

RIO DE ESPERANÇA

Prefeito Paulo Messina 15
Vice-prefeita: Sheila Barbosa

Plano de Governo: 2021- 2024

Movimento Democrático Brasileiro – MDB

2020

CARTA AOS CARIOCAS

O Plano de Governo é um farol para a sociedade, a luz que ilumina a direção a ser percorrida. É também um mapa de navegação para dentro do governo, que norteará a execução dos compromissos assumidos em eleição.

Normalmente os planos de governo existem como peças de ficção, exigência eleitoral transformada em pura retórica marqueteira. Em vez disso, fizemos um plano ouvindo pessoas profundamente comprometidas com a cidade e nosso povo. Agradeço a todos que dispuseram seu tempo, conhecimento, disposição e amor pelo Rio, durante dois meses, construindo esse plano que abriga os propósitos que representam nossa candidatura. Esse plano, assim como cada passo dado, cada decisão assumida, traduz nosso compromisso inarredável com o povo, as pessoas, o futuro da cidade.

Chegamos onde estamos na administração da cidade com as finanças arrebatadas, os serviços mal prestados, ausência completa de empatia com os cidadãos porque a política foi sequestrada por grupos políticos e econômicos interessados somente em seus interesses. Então será preciso limpar, devolver o governo da cidade aos cidadãos. Esse é sentido da causa pública, do homem público!

Vivemos tempos sombrios em que nosso povo está cada mais sem esperança de um governo limpo, eficiente e que trabalha exclusivamente para o cidadão. Estou colocando minha vida nesse projeto e exatamente com o propósito de resgatar nossa cidade, e a própria esperança. Além de experiência para representar esse projeto, minha vida pública de 12 anos é imaculada.

Agradeço a Deus, meus pais, minha esposa, meus filhos em particular, meus eleitores, meus amigos e meus colaboradores de três mandatos como vereador ter chegado até aqui, ponto de mudança em minha vida pública. Um especial. Declaro meu amor incondicional pelo Rio e pelos seus cidadãos.

Paulo Messina

SUMÁRIO

CARTA AOS CARIOCAS	2
O PLANO DE GOVERNO	5
GOVERNANÇA, ÉTICA E <i>COMPLIANCE</i>	9
Governança	11
Integridade	15
CIDADE E SUSTENTABILIDADE	22
Acessibilidade	25
Cidade Resiliente – Enchentes	28
Cidade Resiliente – Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos	34
Comunidades	37
Conservação	43
Governança Urbana e Centralidade	49
Meio Ambiente e Sustentabilidade	56
Mobilidade Urbana	66
Obras Inacabadas	77
Zona Portuária	83
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	89
Indústria e Parceria Público Privada	92
Cultura, Turismo & Eventos	96
Empreendedorismo e Emprego	106
Esporte	108
DESENVOLVIMENTO SOCIAL & DIREITOS HUMANOS	113
Assistência Social	117
Habitação	119
Pessoa em Situação de Rua	123
Preparação para o Mundo do Trabalho	128

Primeira Infância	131
Segurança Alimentar e Nutricional	133
Criança e Adolescente	137
Mulheres	141
Pessoa com Deficiência	146
Pessoa Idosa	150
Pessoas Desaparecidas	154
Liberdade Religiosa	156
Igualdade Racial	159
LGBT+	163
EDUCAÇÃO	168
Educação Especial Inclusiva	170
Educação Infantil	173
Educação Integral	176
Ensino Fundamental	178
Educação Continuada	182
Protocolo Covid	186
Valorização do Servidor da Educação	187
Funcionalismo Público	189
SAÚDE	190
Gestão	193
Prevenção e Promoção de Saúde	197
Rede Hospitalar, Especializada e de Urgência e Emergência	204
SEGURANÇA & ORDEM PÚBLICA	208

O PLANO DE GOVERNO

Fabiana Bentes

Quando fui convidada por Paulo Messina para coordenar seu plano de governo não tive dúvidas, era uma grande oportunidade para pensar a cidade que queremos viver, de ver nossos filhos crescerem, de ver os turistas visitarem e terem vontade de voltar. Uma cidade pulsante na geração de emprego e renda, para toda e qualquer pessoa que viva aqui ou que simplesmente queira fazer negócio no Rio, com os cariocas. A cidade maravilhosa de porta aberta para o desenvolvimento social, econômico e cheia de oportunidades, é este Rio de Janeiro que queremos.

No entanto, para chegar a esta cidade em que brilha o sol e contempla a todos na sombra e no vento fresco, era preciso entender sobre o abismo a que chegamos: social, econômico e educacional, áreas que são a base de uma sociedade.

Por meio de um profundo diagnóstico da cidade, encontramos a razão para a situação atual. O Rio sucumbiu numa assustadora falta de ética, de compromisso com o servir a população e com uma falta de gestão impressionante, agravada pela pandemia, porém mais ainda pela nítida falta de entendimento da classe política sobre as prioridades dos cidadãos. Uma mescla de irresponsabilidade, ineficiência e mau uso do recurso público. A cidade maravilhosa foi abatida sem dó nem piedade por quem não ama a cidade e por quem não ama os cariocas.

Se por um lado entendemos como chegamos a uma cidade sem perspectiva, por outro nossa equipe de plano de governo, um time competente, diverso e apaixonado pelo Rio, trabalhou arduamente para encontrar a saída para uma nova cidade... aquela... maravilhosa de fato, para todos, em que a diversidade econômica e social, a qualidade de vida, e o desenvolvimento pleno fortalecido pela matriz da cidadania – a educação – abarcasse, a partir daquele momento, todos os nossos esforços.

Pensamos numa cidade de vanguarda, de raízes e de inovação. Buscamos no Rio sua essência, e encontramos uma cidade repleta de novas oportunidades. Ficamos embevecidos com a energia que saltou aos nossos olhos. Descobrimos um Rio forte na ciência, em sua cultura e em suas características não tão óbvias. Descobrimos que a palavra esperança tem significado para os cariocas, tem para mim, tem para você. E mesmo com a situação agravada pela pandemia, descobrimos que a

retomada do crescimento da nossa cidade é possível, com muita vontade política, seriedade e compromisso com a população.

No plano, não abordamos diretamente a situação da COVID, exceto na educação, porque entendemos que as ações e o sucesso no Rio estão centrados na reformulação da conduta política dos nossos governantes, na vontade de fazer dar certo e de colocar as pessoas certas nos lugares certos. A gestão pública não é lugar de confraria entre amigos ou de grupos de poder. Desta forma, seja a pandemia ou qualquer outra mazela social que acomete o Rio há muitos anos, é com seriedade que conseguiremos reverter o quadro de calamidade na gestão e voltaremos a evoluir como cidade, podendo enfrentar todas as circunstâncias que por venturam ocorram durante a caminhada.

Estrategicamente, dividimos o plano em eixos centrais: Governança, Ética & *Compliance*; propositalmente o primeiro tema, dada a necessidade vital de recompormos a herança política do Rio de Janeiro. Seguido, por ordem alfabética, das áreas de Cidadania & Sustentabilidade – Desenvolvimento Econômico – Desenvolvimento Social & Direitos Humanos – Educação – Saúde – Segurança & Ordem Pública, e diversos temas internalizados em cada setor.

A contribuição do time deste plano de governo para a retomada do Rio começa aqui. Deixo meu enorme agradecimento a todos os participantes, uma equipe absolutamente sensacional e ao Paulo Messina por ter conduzido o grupo com total liberdade. Deixo, também, a mensagem que nosso time gostaria que você sentisse: Não desanime com os obstáculos pois temos capacidade de superá-los. Não desanime com a desesperança porque temos capacidade de nos reerguemos. Não desanime. Nosso plano não é de poder, é de sociedade.

“O Rio de Janeiro continua lindo

O Rio de Janeiro continua sendo

O Rio de Janeiro, fevereiro e março

Alô Rio de Janeiro

Aquele Abraço!”

EQUIPE PLANO DE GOVERNO

COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO DE GOVERNO

Fabiana Bentes

COMUNICAÇÃO INTERNA

Ronaldo Lapa

GOVERNANÇA, COMPLIANCE & ÉTICA

Equipe multidisciplinar

CIDADE & SUSTENTABILIDADE

COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Carlos Murdoch

Equipe

Altair Ferreira Filho

Carlos A. Hernández Arriagada

Glaucia Cristina Garcia dos Santos

Luciano Falcão

Marcelo Cardoso

Marcos Lima

Sebastião Guedes

Túlio Galvão

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Marco Aurélio Sá Ribeiro

Equipe

Andréa Löfgren

Hugo Mósca

Matheus de Moura

Robson Santos

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Dianne Arrais Cortes

Equipe

André Luiz Fernandes

Fábio Quintino da Silva

Klebeanderson Duarte da Silva

Paula Martinez Mello

Rafael dos Santos Sousa

DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Paula Peixoto

Equipe

Alessandra Werner

Eliane Vieira Lacerda Almeida

Karine Moura

Paula Martinez Mello

EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Yvonne Bezerra de Mello

Equipe

Felipe Ribeiro Ramalho

Lilian dos Santos Ferreira

Mônica Araújo de Souza

Patrícia de Souza da Silva

SAÚDE

Equipe multidisciplinar

SEGURANÇA & ORDEM PÚBLICA

Equipe multidisciplinar



Parte da equipe reunida ao longo de um dia de uma grande jornada com o então pré-candidato Paulo Messina. 07/08/2019.

GOVERNANÇA, ÉTICA E *COMPLIANCE*



As áreas de Governança e de Integridade vêm ganhando destaque na administração pública brasileira nos últimos anos.

A Governança vem sendo reconhecida como mecanismo efetivo na condução de políticas públicas e na prestação de serviços de interesse da sociedade, por meio do uso de instrumentos de controle, monitoramento, prestação de contas e incentivo à transparência das informações.

Em paralelo, a área de Integridade tem um papel fundamental no fomento da ética e do cumprimento das leis, visando criar e cultivar uma cultura de integridade, prevenindo, mitigando e remediando riscos relacionados à fraude, à corrupção e demais riscos que de alguma forma possam impactar negativamente na imagem e na reputação da Prefeitura, já tão maculada. Tem como objetivo maior, restaurar e zelar pela confiança e a credibilidade das instituições públicas municipais, inspirando compromisso, seriedade e responsabilidade.

As propostas contidas neste documento foram elaboradas com base em recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Controladoria Geral da União (CGU) e nas melhores práticas adotadas pela iniciativa privada, quando aplicáveis ao setor público. Foram analisadas, ainda, iniciativas de sucesso implementadas por Estados da Federação e /ou municípios.

Equipe multidisciplinar

Governança

O que observamos atualmente é a completa ausência de monitoramento contínuo por uma área central, a fim de assegurar a execução e a efetividade das ações governamentais que foram estabelecidas no início do Governo, demonstrando total descaso com os compromissos assumidos perante a sociedade. Observa-se uma escassez de medidas relacionadas à governança que visem definir parâmetros e controles para o funcionamento interno dos órgãos da administração, conforme se verifica pela ausência de um planejamento anual de compras, com o objetivo de reduzir contratações emergenciais e maximizar ganhos em escala nas aquisições, otimizando assim o uso dos recursos públicos. Também não há controle efetivo da frequência, que ainda hoje é feito por meio de folha-ponto física. É preciso adotar critérios técnicos para investidura em cargos em comissão, funções gratificadas e empregos de confiança pelos integrantes da administração pública (direta e indireta), trazendo maior profissionalismo às funções e mitigando o uso da “máquina pública” para fins políticos e ilícitos

A transparência é o caminho para possibilitar o controle cidadão dos atos administrativos, devendo ser continuamente aperfeiçoada, promovendo-se ações junto à sociedade civil que facilitem o entendimento do orçamento e gastos públicos e a conscientização da importância da participação de todos para um Governo melhor e mais justo.

Muito embora as áreas de Governança e Integridade estejam relacionadas, cada uma requer sua própria independência e autonomia para agir, devendo o programa atual ser segregado para que se possa acelerar a implementação e usufruir dos benefícios propostos por cada um.

Diretrizes:

- ações voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento da confiança dos cidadãos cariocas no Governo Municipal;
- prestação de serviços de qualidade e compromisso com a “coisa pública”;

- monitoramento contínuo das ações planejadas, em fase de implementação e já implementadas;
- processo transparente e técnico para cargos em comissão, funções gratificadas e empregos de confiança integrantes da Adm. Pública Direta e Indireta.

Propostas

Processos Eletrônicos

Implementar processos eletrônicos via Sistema Eletrônico de Informação, SEI, já adotado por grande parte da administração pública federal no Brasil, em toda a administração municipal. O SEI é um software público desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4) e escolhido como a solução de processo eletrônico no âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública e coordenada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O software foi cedido gratuitamente a diversos órgãos da administração pública, como o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, e o mesmo pode ser pleiteado pela PCRJ.

Recomenda-se implantar em fases, iniciando-se com uma gama de processos de baixa complexidade, e, paulatinamente, incluir processos mais complexos até sua completa implantação. Atualmente na todos os processos administrativos na Prefeitura, à exceção das novas funções do Carioca Digital, que é um portal de serviços prestados ao cidadão, são constituídos em papel, frequentemente formando volumosos arquivos, que carregam onerosos custos administrativos: papel, impressão, pastas, controles, etc.

Controle Digital de Frequência

À exceção de algumas empresas públicas e determinadas áreas da Saúde, os demais órgãos municipais adotam a assinatura de folha-ponto para controle de frequência, numa solução atualmente adotada somente para o serviço público e que traz consigo inúmeras desvantagens. Vamos solicitar que a IPLANRIO estude soluções disponíveis no mercado, de acordo com as necessidades dos órgãos

municipais, podendo ser necessário adotar serviços diversos para situações diversas, ou mesmo optar pelo desenvolvimento de uma tecnologia interna.

Nomeações Responsáveis

Para admissão em cargos que não sejam resultantes de concurso público, são verificados apenas aspectos da Ficha Limpa e apresentadas algumas certidões, possibilitando, inevitavelmente, o preenchimento de vagas com cargos políticos. É preciso:

- definir critérios técnicos para admissão em cargos em comissão, funções gratificadas e empregos de confiança, similares aos do Art. 17 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16), levando-se em consideração o nível de responsabilidade e poder de decisão do contratado e segregando de acordo com a estrutura de recursos humanos da Prefeitura: secretários, subsecretários, superintendentes, coordenadores e demais;
- criação de comissão independente em cada órgão público, composta por no mínimo 3 (três) pessoas, responsável por avaliar as contratações de cargos em confiança abaixo de Subsecretário;
- obrigatoriedade de apresentação de Curriculum Vitae e certificados de escolaridade para todos os contratados;
- preenchimento obrigatório de questionário de conflito de interesses para todos os cargos do primeiro e segundo escalão, o qual deverá ser avaliado por um Comitê Central, a fim de avaliar pro-ativamente os riscos envolvidos na contratação e tomar medidas de remediação, caso entenda-se necessário;
- realização de análise de integridade para todo o primeiro e segundo escalão do Governo, estabelecendo ações de controle no caso de alguma contratação com informações negativas;

- desenvolver sistema equivalente ao *Sispatri* (Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos do Poder Executivo Estadual), utilizado no RJ, para fins de cadastramento anual de dados relativos ao Imposto de Renda dos servidores ativos. Este sistema facilita a investigação de denúncias de ilícitos como peculato, enriquecimento ilícito, além de facilitar o controle e monitoramento de atualização das informações.

Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Não foram identificados estudos ou levantamentos relacionados aos reflexos da LGPD aos dados pessoais de posse da Prefeitura, que entrou em vigor em 27/08/2020. A LGPD foi criada com o objetivo de proteger os direitos de liberdade e de privacidade das pessoas, por meio da garantia do uso transparente dos dados pessoais. Neste sentido, estabeleceu regras de controle e fiscalização para todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que efetuarem o tratamento de dados pessoais, isto é, desde a coleta até o arquivamento e eliminação de toda e qualquer informação que, em conjunto ou isoladamente, possa identificar ou tornar identificável uma pessoa natural. Ações:

- mapear o processo de tratamento de dados pessoais, desde a coleta, acesso, processamento, até o arquivamento e eliminação em cada um dos órgãos municipais;
- identificar os riscos no processo de tratamento;
- elaborar Relatório de Impacto (Plano de Ação), obedecendo aos dispositivos da LGPD;
- elaborar política de segurança da informação, inclusive para terceiros como OSs da Saúde;
- revisar documentos internos, como fichas de admissão em hospitais municipais, as quais devem conter cláusula de consentimento para uso e compartilhamento de dados pessoais;

- realizar treinamentos internos sobre o tema.

Integridade

As ações relacionadas à promoção da integridade no município estão ainda numa fase inicial de implementação, além de não contemplar diversas medidas necessárias para a mitigação de riscos de fraude e de corrupção, tampouco há um planejamento de médio e longo prazo com vistas à criação de uma cultura de integridade no âmbito municipal. É mister acelerar estes processos.

O Canal Anticorrupção Carioca foi lançado no início do segundo semestre e como o próprio nome, está limitado a denúncias pertinentes à corrupção, não havendo um canal por meio do qual o servidor ou terceiros possam se manifestar para denunciar outras práticas prejudiciais ao ambiente de trabalho, como o assédio moral e a discriminação de qualquer natureza. Ademais, o próprio canal Anticorrupção Carioca não havia sido regulamentado até a data da elaboração deste plano, nem amplamente divulgado, de forma que pudesse produzir efeitos positivos.

Outro aspecto relevante é a ausência de *due diligence* de integridade dos fornecedores ou a exigência de um programa de integridade para celebração de contratos com a administração pública municipal. Estes são requisitos essenciais para mitigar riscos de contratação com empresas/empresários inidôneos e reduzir, se não eliminar, que frequentes escândalos de fraude em licitações e contratos continuem acontecendo.

Há uma grande variedade de soluções tecnológicas disponíveis no mercado e adaptadas para atender às necessidades dos contratantes na gestão do programa de integridade, a custos acessíveis, que facilitam e melhoram os controles, porém não foi identificado o uso de ferramentas eletrônicas por parte da administração.

A ética é um processo de construção de médio, longo prazo, feito paulatinamente e de forma contínua. Por isso, é preciso investir na comunicação, na capacitação de servidores, e na educação, inserindo no currículo escolar aulas semanais de cidadania, adaptadas para cada ano escolar, onde se possa abordar temas como ética, educação ambiental, direitos humanos, bullying, entre tantas outras questões que devem ser adequadamente discutidas com crianças e adolescentes para que se tornem os cidadãos conscientes do futuro.

Diretrizes:

- ações sempre voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento da confiança dos cidadãos cariocas no Governo Municipal;
- compras públicas baseadas nos princípios chaves da governança pública: integridade, transparência, responsabilidade, eficiência, eficácia;
- privilegiar micro e pequenas empresas locais nos processos de fornecimento de bens e serviços aos órgãos públicos, incentivando o desenvolvimento local e empreendimentos de propriedade de mulheres ou grupos economicamente vulneráveis;
- adoção de soluções eletrônicas.

Propostas

Anticorrupção Carioca

O canal de denúncias foi criado em junho/20 e implementado em julho/20, porém não foi editada regulamentação que estabeleça o tratamento das denúncias recebidas, proteção ao denunciante de boa-fé, política de não retaliação e política de recompensa financeira por denúncias originais que levem à recuperação de ativos, como tampouco foram realizadas ações amplas de divulgação e conscientização de uso do canal, o que impacta na sua efetividade. É preciso:

- regulamentação do tratamento das denúncias, com regras claras sobre a manutenção do sigilo e/ou anonimato da denúncia;
- estabelecimento da política de não-retaliação para que os potenciais denunciadores se sintam confortáveis em reportar;

- desenvolvimento de plano de comunicação interno e externo para fortalecer a cultura de integridade e uso do canal, que contemple, no mínimo;
- obrigatoriedade de divulgação do canal anticorrupção em todos os editais de licitação e respectivos contratos;
- obrigatoriedade de divulgação do canal anticorrupção em destaque em todas as páginas de internet dos órgãos públicos;
- inserção de informações no atual link para o canal Anticorrupção Carioca, explicando sucintamente o seu funcionamento, a fim de atribuir maior segurança no seu uso;
- divulgação periódica da quantidade de denúncias recebidas e ações tomadas, de forma macro, observando-se as questões de sigilo;
- inclusão do tópico nos treinamentos de integridade.

Contratações Públicas

As licitações são realizadas pelos órgãos municipais para aquisição de bens e serviços específicos para o órgão, e de forma centralizada, prioritariamente pela Subsecretaria de Serviços Compartilhados, para as aquisições e contratações corporativas de interesse comum, neste último caso devendo ser obrigatoriamente realizadas por meio de pregão eletrônico.

As demandas de cada órgão são efetuadas por meio do Sistema de Registro de Preços, SRP. As licitações são realizadas pelas Comissões Permanentes de Licitação ou pelas Comissões Especiais de Licitação, instituídas para tratar de projetos especiais, as quais recebem “jeton”, na forma do Decreto nº 14.298/95. As compras públicas também podem ser realizadas por dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93. É preciso:

- restringir contratações emergenciais (Art. 24, IV da Lei 8.666/93), as quais somente poderão ser realizadas com autorização do Prefeito;

- revisar o escopo de contratações no âmbito da Subsecretaria de Serviços Compartilhados, a fim de avaliar a ampliação de bens e serviços cobertos;
- definir regras de conflito de interesses nas compras públicas que inibam a prática de atos corruptos. Ex.: equipe de licitação / alto escalão do órgão licitante não pode ter relacionamentos até o terceiro grau com o potencial fornecedor;
- cadastrar fornecedores somente após a aprovação em análise de integridade (*due diligence*), a fim de evitar a contratação de empresas / administradores que já estiveram envolvidos em atos ilícitos;
- autorizar a CGM a realizar auditorias aleatórias “de surpresa” nos processos licitatórios, em qualquer estágio do processo, podendo determinar medidas de revisão, suspensão ou cancelamento do procedimento;
- possibilitar ao Prefeito avocar a realização de determinados processos licitatórios;
- requalificar as comissões permanentes de licitação e equipes de apoio;
- avaliar a manutenção do “jeton” para as comissões de licitação;
- criar tratamento diferenciado para microempreendedores e empresas de pequeno porte em licitações (Ex.: Decreto federal 8.538/15 e estadual), podendo estender para negócios;
- exigir Programa de Integridade para celebração de contratos com a Adm. Pública Municipal a partir dos valores corrigidos estabelecidos na Lei 8.666/93 e, para valores inferiores, exigir a aderência do fornecedor ao Código de Ética de terceiros;

Due Diligence

Não é feita análise de integridade de fornecedores de bens e serviços, conveniados ou qualquer outra parte que celebra algum tipo de contrato com a Prefeitura, o que leva à celebração de contratos cujos gestores / proprietários já estiveram envolvidos em atos ilícitos contra a administração pública.

A avaliação de integridade da contraparte deve ser realizada, preferencialmente, quando do cadastramento da parte como fornecedor do município. Alternativamente, quando a parte não estiver sujeita ao cadastro prévio, a análise de integridade deve ser realizada previamente à celebração do respectivo contrato, como o caso dos convênios por exemplo.

A avaliação de integridade deve ser realizada pela Comissão de Habilitação Cadastral de Fornecedores de Bens e Serviços e de Empreiteiros, lotada na Subsecretaria de Serviços Compartilhados, mesmo no caso de partes que não requerem o cadastramento prévio.

A mesma Comissão será responsável por manter o cadastro de integridade atualizado, revogando aprovações em caso de informações supervenientes que impactem a análise realizada anteriormente.

A reprovação na análise de integridade implicará no não cadastramento do fornecedor / não assinatura do contrato e seleção do segundo vencedor e assim por diante, observando-se as regras previstas na legislação;

A avaliação de integridade deverá ser abrangente, observando critérios e requisitos pré-definidos, que possibilitem a análise em vários níveis de profundidade, até chegar ao nível dos sócios pessoas físicas, se necessário, devendo incluir aspectos relacionados a práticas trabalhistas justas e legais (não emprego de mão de obra infantil, por ex.) e aspectos ambientais.

Treinamento Anticorrupção

Não há um programa de treinamento e comunicação voltado para o desenvolvimento da cultura de integridade, focando em valores como ética, integridade, controles internos, gestão de riscos e denúncias de irregularidades.

Ações de treinamento:

- desenvolver treinamentos online, interativos, frequentes e obrigatórios, para toda a gestão municipal (Código de Ética, conflito de interesses, canal de denúncias, etc.);
- elaborar treinamentos específicos, preferencialmente presenciais, para determinadas áreas, como a alta gestão municipal e as comissões de licitação, com foco nos riscos inerentes às respectivas áreas;
- realizar ciclos de palestras temáticas para todo o quadro de servidores.

Ações de comunicação:

- criar um espaço destinado à integridade na página de internet da Prefeitura, que deverá conter informações como: Código de Ética da Administração Pública Municipal; regras sobre conflito de interesses, nepotismo, Canal de Denúncias, nome dos responsáveis pelos programas de integridade dos órgãos municipais, treinamentos online, ações de promoção da integridade, etc.;
- publicar os Códigos de Conduta Setoriais nos respectivos sites dos órgãos municipais;
- divulgar o Canal Anticorrupção Carioca;
- desenvolver “símbolos” de ética e integridade, como cordões para crachás com mensagem temática;
- promover encontros com palestrantes externos;
- criar pop-ups com mensagens temáticas nos computadores;

- exemplos da alta gestão na realização de ações éticas.

Revisão Contratual

A Prefeitura celebra uma média de 2 mil contratos de diversas naturezas, por ano. Inúmeros foram firmados em caráter emergencial, sem a realização de procedimento licitatório. É necessário rever os contratos com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2021 com valor igual ou superior a um milhão de reais. A revisão deve acontecer dentro do primeiro semestre de 2021. Esta proposta tem como objetivo visitar uma gama de contratos que foram celebrados no período de 2018 a 2020, cujo vencimento ocorra a partir de 1º de janeiro de 2021, visando reavaliar se as propostas selecionadas foram as melhores para atender aos fins a que se propõem e, caso necessário, realizar novo procedimento licitatório. Além de:

- criar comissões especiais, com participação da CGM, para avaliação dos contratos em vigor;
- definir comissões especiais de licitação, para o caso de ser necessário realizar licitação / nova licitação para o contrato em questão;
- cancelar os contratos vigentes, para os quais foi realizado novo procedimento licitatório, observando-se os trâmites legais.

CIDADE E SUSTENTABILIDADE



Não resolveremos os antigos problemas da cidade repetindo as mesmas soluções e atitudes do passado recente. O Rio de Janeiro apresenta condições muito específicas e complexas inerentes ao seu território e sua formação histórica e social. Tais soluções somente serão possíveis através de uma abordagem multidisciplinar sobre os problemas e potencialidades da cidade. A responsabilidade sobre as ações municipais deve repousar sobre pessoas competentes, preparadas e imbuídas na convicção de servir. Acima de tudo, com a humildade que a situação exige e a capacidade de inovação no enfrentamento dos antigos problemas. Servir. Não a si, nem ao seu círculo, mas à uma sociedade carioca tão carente de ações propositivas que melhorem sua qualidade de vida. Carente, acima de tudo, de esperança, de que o futuro seja mais brilhante do que o presente. Coragem e fibra são necessárias para realizar esta mudança de paradigma político, porém não existe outra alternativa para a cidade.

Essencial é a discussão eficaz do meio urbano e de sua infraestrutura integral. A cidade é a maior realização humana e, ao mesmo tempo, o retrato fiel de nossa civilização e das nossas convicções. Inadmissível no século XXI habitarmos em uma cidade fragmentada entre morro e asfalto, entre mansão e barraco, entre zona norte, zona oeste e zona sul. Todos são partes de um mesmo organismo vivo. O que acontece em uma área, se reflete diretamente nas outras, pois somos um organismo, que no momento se apresenta muito desequilibrado. A cidade é o palco da vida de 85% dos brasileiros. No caso do Rio – município e metrópole – é a nossa totalidade. Não se resolvem problemas acumulados por décadas e gestões duvidosas em quatro anos. Há de se ter uma perspectiva de longo prazo, porém sem perder o foco na prioridade urgente - passível de tratamento imediato: a casa, o emprego, a segurança, a saúde e o transporte.

Saúde começa na casa ventilada, ensolarada e acessível; na qualidade da água e do saneamento, passando também pelas áreas verdes da cidade. Segurança não é só caso de polícia. Mas também de escola, de emprego, de iluminação, da poda das árvores que amplia a visibilidade, de tecnologia, de inteligência, de legislação edilícia revitalizando as fachadas no nível do pedestre, do retorno do comércio do bairro e o mais importante, com as pessoas retomando o espaço público, que lhes pertence, se transformando nos “olhos das ruas”. Educação é muito mais do que escola. É a creche, é a rua, é o bairro, é a cultura local, é a integração social, é o

tempo que o trabalhador perde no transporte quando deveria estar educando os filhos, ou se capacitando para um futuro melhor.

Chegou o momento de o Rio mudar seu olhar para com as comunidades. Ao invés de um problema, devemos enxergar as oportunidades e potencialidades econômicas e culturais destes territórios. Assimilar, melhorar e incluir são as premissas. Trabalho complexo para o qual solicitaremos auxílio às universidades cariocas, pela capacidade de prover inovação e trabalhar com uma legião de jovens ávidos a construir uma realidade melhor e mais justa.

Estas ações só serão concretizadas com a participação e cumplicidade da população. As ferramentas tecnológicas nos fornecem condições de diálogo imediato e identificação dos problemas em tempo real. A interação sinérgica entre o poder público e sociedade nos possibilita a atingir resultados nunca imaginados. Uma coisa é empilhar um tijolo sobre o outro repetidas vezes. Outra coisa é ter a consciência de estar construindo, ao final do trabalho, uma catedral.

Estamos preparados para assumir este vácuo de liderança. Temos a experiência pública, o conhecimento da máquina, o suporte técnico e intelectual de diversos líderes de todas as áreas e classes sociais e, acima de tudo, a vontade de servir à cidade pela retomada de um futuro para o Rio. Não é um plano de poder. É a construção coletiva do futuro de todos.

Carlos Murdoch

Acessibilidade

Muitas vezes a cidade se coloca como um desafio insuperável por idosos e pessoas com deficiência. As calçadas, que deveriam ser caminhos de segurança não possuem rampas de acesso, nem piso tátil, como prevê a lei. A precariedade é ainda maior na Zona Norte e Oeste. A vida autônoma fica prejudicada, uma vez, que estes grupos populacionais enfrentam dificuldades que vão da ida ao supermercado, até mesmo à escola e à unidade de saúde.

A calçada é só o começo, o transporte público quando não adequado na infraestrutura, é ruim na assistência. Falta acesso adequado nas estações de trem e metrô. Muitas vezes as rampas são mais íngremes que o permitido em lei. Mas também falta capacitação e preparo por parte das empresas para atendimento ao idoso e a pessoas com deficiência.

Mas estão nos ônibus os maiores problemas relacionados ao transporte público. Segundo o IBGE, 88% da frota que roda nos municípios brasileiros apresentam problemas quando utilizados por pessoas com mobilidade reduzida. As entrevistas realizadas indicam que proporção similar ocorre na cidade do Rio de Janeiro. Sem falar nos ônibus executivos que excluem definitivamente este grupo populacional. Nem mesmo o transporte alternativo (vans) e complementar (por aplicativo) estão adequadamente preparados para atender a todos os passageiros.

As praças públicas não estão preparadas para que todos possam usufruí-las plenamente. Não existem brinquedos nem banheiros acessíveis. Quando há rampas de acesso, muitas vezes elas são irregulares.

Mas os problemas não se limitam ao que é público. Os setores econômicos também não estão preparados. Supermercados, restaurantes e até farmácias quase não possuem acessibilidade. A luta é constante.

E para vivenciar os pontos turísticos e as praias da Cidade Maravilhosa o desafio continua. Além da falta de acessibilidade, muitos não asseguram a meia entrada, direito que deve ser garantido.

Diretrizes:

- implantar a cultura da cidadania e dos direitos da pessoa com deficiência;
- aumentar a eficácia da aplicação dos recursos públicos em prol das pessoa com deficiência e mobilidade reduzida;
- melhorar a avaliação do poder público pelas pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

Propostas

Acessibilidade no Poder Público / Censo da Inclusão

Para que a cidade atenda a todos, a mudança deve começar no Governo Municipal. A Prefeitura instituirá comissão unificada para fiscalização de acessibilidade e o Censo da Inclusão para conhecermos a real situação dos habitantes com deficiência na cidade. Será criada ainda uma ouvidoria específica para atendimento às pessoas com deficiência. Firmaremos cooperação técnica com organismos nacionais e globais de estudos e propostas para uma cidade mais inclusiva.

Mobilidade e Acessibilidade no Transporte Modal

Atualmente o sistema de transporte não está adequado ao trânsito de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida uma vez que apenas 5% do sistema ferroviário atende às aplicações das normas vigentes, calçadas e vias para pedestres não se ligam as estações de BRT e toda frota rodoviária está ultrapassada, os funcionários que conduzem os mesmos não promovem a acessibilidade adquirida por não usufruir das rampas localizadas no interior do veículo, tornando a experiência desafiadora. A ação consiste em:

- melhorar a infraestrutura de acessibilidade das estações, principalmente ferroviárias, e dos pontos de ônibus (ajuste do modelo aplicado), de acordo com as normas de acessibilidade na portaria do Detro 1421/209, NBR

9050/2020 e da Lei 13.146/2015, Art. 46, obrigatória de acordo com a Lei nº 10.098/2000;

- atualização da frota rodoviária, tanto no treinamento de seus operadores, quanto na tecnologia de acesso aos veículos;
- implantação de meios de acesso às estações de trens e metrô, incluindo alternativas de baixo custo, como rampas e plataformas;
- inclusão de semáforo sonoro, e inteligente (detectam a presença de pedestres), permitindo uma maior segurança à população e as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- treinamento e fiscalização dos dispositivos e de toda organização dos transportes para uma melhor experiência do sistema modal de transportes, conexões e reduzindo o constrangimento de acesso aos veículos do sistema de transporte municipal.

Cidadania nas Escolas

Há falta de sentimento de cidadania face à distância entre governo e sociedade, e a aceitação de não pertencimento de lugar pelo cidadão. A cidadania pode ser fortalecida nas escolas. Assim, serão formadas gerações futuras conscientes do seu lugar político e como ator fundamental nas mudanças em sua cidade. Percebe-se um distanciamento destes assuntos no currículo das escolas e sua adoção pode ser realizada de forma imediata e de custos baixos. Serão realizados fóruns de debate e treinamento de professores para tornar esse assunto transversal às diversas disciplinas do currículo escolar. Profissionais de diversas áreas, institutos de pesquisas, cursos superiores e o próprio governo podem ser instrumentos de disseminação destes conceitos.

Qualidade nas Intervenções

As pequenas intervenções urbanas são realizadas sem um controle de qualidade eficaz, o que leva ao aumento de custos de reparo. As equipes de manutenção contratadas realizam as obras sem o critério técnico mínimo necessário. Como resultado, temos calçadas e pavimentos desnivelados, falta de escoamento d'água adequado, interferência indesejada da arborização junto às calçadas e iluminação. Isso será corrigido com projetos executivos de qualidade, que podem ser realizados por equipes de projeto contratadas ou mesmo internas com um sistema de revisão eficiente. As obras devem ser realizadas com empresas certificadas para tal, com comprovada qualidade em suas execuções prévias.

Cidade Resiliente – Enchentes

As enchentes e os alagamentos são recorrentes no Rio de Janeiro. O sistema de drenagem está assoreado, com conseqüente redução da capacidade de escoamento de condutos, rios e lagos urbanos, como o transporte de substâncias poluentes agregadas ao sedimento. Nas Zonas Norte e Oeste é preciso aumentar as áreas verdes que possuem papel primordial na retenção pluvial, com capacidade de reter até 85% do volume de água.

A melhoria e manutenção constante do sistema de drenagem, galerias e bueiros, soluções estruturais e projetos de construção são imprescindíveis para amenizar os impactos das enchentes.

Devemos terminar o projeto dos reservatórios de retenção da Bacia do Maracanã. Apenas três dos cinco previstos foram executados. Restam ainda os reservatórios “Heitor Beltrão” e “Alto Grajaú” na Bacia do Canal do Mangue.

É preciso uma ampla campanha de reeducação e cooperação da população na conservação das águas e corpos hídricos, consolidação da coleta seletiva do lixo e mitigação do entupimento das galerias de drenagem.

Diretrizes:

- controle das vazões a montante por meio de reservação;
- reservatórios de pé de morro para controle de “*flash floods*” e retenção de sedimentos provenientes das enxurradas;
- intervenções pontuais nas seções restritivas dos cursos de água: pontes e obstruções;
- revisão e execução das diretrizes propostas no Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais do Rio De Janeiro;
- adoção de medidas estruturais e não estruturais com o objetivo do aumento e a recuperação da capacidade de retenção superficial e infiltração das águas pluviais;
- recuperação de espaços que garanta o escoamento natural dos cursos d’água, diminuindo a velocidade de escoamento;
- conscientização constante dos riscos de enchentes para a adoção de medidas preventivas mitigando os prejuízos;
- limitação estratégica do uso do solo bloqueando a urbanização em áreas sujeitas a inundação;
- minimização das invasões e urbanização de áreas sujeitas à inundação;
- fiscalização das faixas marginais de proteção dos cursos d’água.

Conjunto de medidas emergenciais para a mitigação dos efeitos provocados por eventos relacionados às enchentes e alagamentos nas camadas mais carentes da população. Habitação temporária pós-desastre e assistência técnica para a reconstrução das residências. As camadas mais carentes da população, que habitam em áreas mais fragilizadas suscetíveis a estes eventos, encontram-se desprotegidas no momento imediato posterior à ocorrência. A Prefeitura deve trabalhar para em um conjunto de ações para mitigar os impactos sociais em decorrência de calamidade:

- criação de protocolo de prevenção a calamidades;
- criação de protocolo de remediação a calamidades para o abrigo e recomposição da vida do indivíduo acometido por desastre. Isto ocorre em dois momentos: acolhimento emergencial em espaços projetados ou passíveis de adaptação rápida para este fim;
- criação do programa HOSPEDAGEM SOLIDÁRIA que permita a acomodação temporária dos atingidos;
- programa de assistência técnica provido por profissionais e universidades cadastradas no intuito de orientar a reconstrução das unidades habitacional dentro de parâmetros técnicos adequados;
- programa de ISS SOCIAL para o financiamento solidário das reconstruções emergenciais, podendo parte da arrecadação destinado a um fundo emergencial para mitigação de desastres.

Cidade +Resiliente

Serão realizadas campanhas de reeducação e cooperação da população na conservação das águas e corpos hídricos, consolidação da coleta seletiva de resíduos, pois falta esclarecimento entre a relação causa e efeito das ações de descarte e as ocorrências de desastre. As campanhas têm por objetivo a conscientização e a participação popular nas ações de conservação dos corpos

hídricos e coleta seletiva com o objetivo de mitigar a ocorrência de enchentes e outros prejuízos.

Embasaremos nossa atuação nos critérios do Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres – UNISDR, braço da Organização das Nações Unidas – ONU, por meio de 10 passos essenciais para fins de incremento da resiliência a desastres, em nível local:

- 1 colocar em prática ações de organização e coordenação para compreender e aplicar ferramentas de redução de riscos de desastres, com base na participação de grupos de cidadãos e da sociedade civil; construir alianças locais; assegurar que todos os departamentos compreendam o seu papel na redução de risco de desastres e preparação;
- 2 atribuir um orçamento para a redução de riscos de desastres e fornecer incentivos para proprietários em áreas de risco, famílias de baixa renda, comunidades, empresas e setor público para investir na redução dos riscos que enfrentam;
- 3 manter os dados sobre os riscos e vulnerabilidades atualizados; preparar as avaliações de risco e utilizá-las como base para planos de desenvolvimento urbano e tomadas de decisão. Certificar-se de que essa informação e os planos para a resiliência da cidade estejam prontamente disponíveis ao público e totalmente discutidos com eles;
- 4 investir e manter uma infraestrutura para redução de risco, com enfoque estrutural, como por exemplo, obras de drenagens para evitar inundações; e, conforme necessário, investir em ações de adaptação às mudanças climáticas;
- 5 avaliar a segurança de todas as escolas e centros de saúde e atualizar tais avaliações conforme necessário;

- 6 aplicar e impor regulamentos realistas, compatíveis com o risco de construção e princípios de planejamento do uso do solo; identificar áreas seguras para cidadãos de baixa renda e desenvolver a urbanização dos assentamentos informais, sempre que possível;
- 7 certificar-se de que programas de educação e treinamento sobre a redução de riscos de desastres estejam em vigor nas escolas e comunidades;
- 8 proteger os ecossistemas e barreiras naturais para mitigar inundações, tempestades e outros perigos a que a cidade seja vulnerável; adaptar-se às mudanças climáticas por meio da construção de boas práticas de redução de risco;
- 9 instalar sistemas de alerta e alarme, e capacidades de gestão de emergências em seu município, e realizar regularmente exercícios públicos de preparação;
- 10 após quaisquer desastres, assegurar que as necessidades dos sobreviventes estejam no centro da reconstrução, por meio do apoio direto e por organizações comunitárias, de modo a projetar e ajudar a implementar ações de resposta e recuperação, incluindo a reconstrução de casas e de meios de subsistência.

Sistema de Monitoramento e Alerta

A rede do sistema de alerta comunitário (sirenes e pluviômetros) encontra-se incompleta e desequilibrada. Vamos aperfeiçoar e investir no uso de recursos tecnológicos para o monitoramento e alerta da população em relação a precipitações pluviométricas de risco, incrementando ao sistema de monitoramento sensores pluviométricos conectados à Central de Controle de Risco e ao Centro de Operações Rio – COR, com capacidade de alerta imediato a população por meio de sirenes e mensagens de celular visando a mitigação de óbitos, ferimentos e prejuízos materiais em ocorrências ligadas às chuvas torrenciais.

Áreas Verdes Urbanas

A cidade possui carência de áreas verdes e permeáveis, notadamente nas áreas de planejamento 3 e 5. Vamos trabalhar para ampliar as áreas verdes na cidade. A permeabilidade do solo é essencial para a mitigação de enchentes e alagamentos. O índice de permeabilidade do solo é extremamente baixo nas Zonas Norte e Oeste. Além de favorecer o escoamento natural da água, as áreas verdes contribuem para a mitigação das ilhas de calor e potencialmente podem ser preparadas como reservatórios de retenção. Além de propiciar o aumento das áreas de lazer destinadas à população; a diminuição de enchentes e das ilhas de calor.

Telhados Verdes

O programa para a instalações de telhados verdes complementa a proposta para o aumento de áreas verdes na cidade e de áreas permeáveis com capacidade de retenção de água pluviais. Da mesma forma, a retenção de águas pluviais para reuso colabora na gestão de recursos hídricos. A ação será acompanhada da capacitação de gestores imobiliários para avaliar e implantar estes recursos nas edificações novas e existentes. Os telhados verdes contribuirão para diminuição das enchentes, alagamentos e ilhas de calor, redução do usos de recursos hídricos e até nos índices de doenças respiratórios.

Rio Casa Sustentável

As edificações correspondem por cerca de 40% do consumo de energia da cidade, e do consumo de cerca de 20% da água potável. E as ações ligadas à saúde consomem cerca de 18% dos gastos municipais. Já se tem conhecimento que há uma relação direta entre a sustentabilidade e a saúde da população. A interferência acontece na redução das ilhas de calor, maior limpeza do ar, maior oferta de recursos hídricos. A sustentabilidade deve ser pensada não somente como um recurso elegante para as edificações, ou um problema distante das questões governamentais municipais. O impacto, quando adotada, é positivo na imagem e percepção externa da cidade, atraindo investimentos de alta qualidade, na sua

paisagem, nas finanças do município e dos cidadãos e, não menos importante, na saúde e bem-estar das pessoas. A inclusão do conceito de sustentabilidade é importante e deve ser adotada pela gestão pública através de ações como: promoção do tema nas escolas e em ações de cidadania; reforma e adaptação das edificações públicas municipais (por fases, iniciando pelas escolas e sede principal); promoção de cursos e treinamento para síndicos e gestores de edifícios; diminuição de impostos municipais sobre a implantação de itens de sustentabilidade em edificações; atuação junto às concessionárias de serviços públicos como energia, água e saneamento, para ações conjuntas de interesse de ambos; promoção de prêmio sustentabilidade para cidadãos, bairros, edifícios; atuação junto a construtoras e incorporadoras reduzindo impostos e priorizando a construção de edificações certificadas ambientalmente; aplicar o IPTU verde com critérios rígidos e de fiscalização automatizada (pode ser utilizada a autodeclaração ou processo similar à autovistoria); implantar uma política municipal de manejo de resíduos sólidos; promover e abrigar a Rio+30, em 2022; implantação de painéis de divulgação de índices de concentração de gases.

Reservatórios de Retenção de Águas Pluviais

Enchentes e alagamentos cíclicos anuais promovem prejuízos diretos, indiretos e intangíveis ao erário público e à população. É preciso mitigar as ocorrências de enchentes com a execução dos reservatórios previstos para a Bacia do Canal do Mangue: “Heitor Beltrão” e “Alto Grajaú” e do Jardim Botânico/Jockey (ainda sem projeto).

Cidade Resiliente – Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos

Estudos da Prefeitura apontam que aproximadamente 1,4 milhões de pessoas habitam os aglomerados subnormais (favelas e comunidades) – 22% da população do Rio de Janeiro. Estes territórios, por sua ocupação de natureza irregular, não possuem infraestrutura de saneamento básico nem coleta de lixo. A situação expõe os habitantes, em especial as crianças e jovens a um ambiente de extrema insalubridade, convivendo com uma série de vetores de doenças, ainda

sobrecarregado pelas condições precárias de ventilação e insolação das habitações.

O esgoto acontece usualmente através de “valões” que recebem os dejetos à céu aberto. Predominantemente é descarregado em corpos hídricos nas proximidades do território (rios e lagoas) promovendo a poluição dos mesmos.

Sem um destino adequado para os resíduos sólidos, estes percorrem o mesmo caminho do esgoto, tendo como destino os corpos hídricos e territórios vazios do entorno – em última instância desaguardando nas praias, lagoas e Baía de Guanabara.

As lagoas – notadamente o sistema lagunar da Barra da Tijuca e a Lagoa Rodrigo de Freitas sofrem com o despejo irregular de esgoto. Importante observar que esta ação não se dá apenas pelas comunidades do entorno. Condomínios de “alto padrão” também contribuem para esta ação.

As praias do Rio perdem sua condição de balneabilidade, pois são o destino dos rios e demais corpos hídricos. O efeito colateral é a péssima propaganda que faz para a imagem da cidade com impacto direto, além da saúde, no turismo e na cadeia de empregos gerada por esta atividade. A poluição dos corpos hídricos é incrementada pelas más condições das tubulações de esgoto com vazamentos constantes, como também de ligações clandestinas de esgoto às redes de águas pluviais.

A cidade produz 10.000 toneladas de resíduos diariamente. 90% são destinados a aterros licenciados, sendo o maior o de Seropédica a 70 km do centro do Rio de Janeiro. Ainda assim há o que melhorar na reciclabilidade, que tem potencial imenso na geração de empregos e recursos através de uma gestão integrada.

A mentalidade corrente é baseada no conceito “do berço ao túmulo”, onde os materiais após cumprirem sua função, são descartados (ex: plásticos e embalagens). Deve ser substituída por uma visão “do berço ao berço”, onde após o uso convencional, são reciclados, entrando novamente na cadeia produtiva.

Apenas com a participação de todos os participantes do processo de produção de resíduos, portanto qualquer ação deve contar com a participação popular. Se faz urgente a consolidação da prática da coleta seletiva do lixo, como também uma campanha de reeducação, contida neste plano, para mitigar a saturação e poluição das galerias de drenagem, dos corpos hídricos, praias e vazios urbanos.

A gestão de resíduos deve se basear na diversificação das ações: a gestão integrada, a compostagem e a participação da sociedade.

Revisão da concessão da CEDAE

É uma empresa estadual de capital misto, portanto se faz necessária uma ação alinhada com a esfera estadual. É notório que a empresa não tem gerado o resultado necessário na prestação de serviços. O fornecimento de água é cobrado e gera recursos, recebendo a prioridade das ações da empresa. Por outro lado, o saneamento, que é um serviço essencial obrigatório, porém gratuito, não recebe o mesmo interesse de ação por parte da empresa. Niterói não utiliza o serviço da CEDAE desde 1999. Neste período o fornecimento de água atingiu o patamar 100%, enquanto o saneamento saltou de 35% (1999) para 95% (2019). Um modelo a ser seguido. Para esta ação, existe a necessidade de alinhamento com a esfera estadual para a revisão e licitação da prestação de serviços de água e saneamento – atualmente efetuados pela CEDAE.

Saneamento para todos

A instalação de um sistema de saneamento nos aglomerados subnormais só será possível através de um conjunto de ações em paralelo e intervenções pontuais no território para a implantação de um sistema de infraestrutura. Estas serão viabilizadas pelo projeto Universidade na Cidade descrito neste programa.

Gestão Integrada de Resíduos

Os diversos agentes responsáveis pela gestão de resíduos na cidade não atuam de modo coordenado no sentido de potencializar suas ações. Esta gestão engloba as diversas etapas. Desde a não geração de resíduos até sua disposição final. Deve contar com a participação dos primeiro, segundo e terceiro setores (governo, iniciativa privada e sociedade civil).

Revisão da estratégia e da logística da Comlurb

A empresa deve liderar a mudança de paradigma sobre a gestão dos resíduos. Atualmente são utilizados os mesmos caminhões – tanto para o lixo orgânico, como

para o reciclado, o que promove a contaminação, dificultando o processo de reciclabilidade.

Participação Social

Participação social através de programa de troca e recompensa. A participação civil deve ser incentivada através de programas que incentivem a separação de resíduos já na fonte, assim como a entrega em diversos *ecopontos* e *drive-thrus* de coleta.

Investimento na compostagem

A compostagem do lixo orgânico é um vetor essencial na gestão de resíduos orgânicos da mesma forma que a reciclagem. A compostagem gera como subproduto adubo fertilizante essencial para a produção de alimentos. Compatível com a ODS 12 (ONU) – assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis.

Inovação 3D

Inovação em parceria com as universidades (Universidade na Cidade) e do setor privado. A indústria da plotagem em 3D a partir de materiais reciclados (plástico) já é uma realidade. O resíduo pode ser transformado em diversos produtos. Desde mobiliário urbano até habitações.

Comunidades

Aproximadamente um em cada quatro habitantes da cidade residem em favelas e comunidades segundo estudos da Prefeitura. Precisamos mudar o paradigma na abordagem para com estes territórios com base na tríade - urbanização (apenas a essencial), absorção pela cidade formal e pela inclusão social.

A mais premente urgência é um programa de Saneamento Básico integral que atenda a esta população. Além de um direito constitucional, revela-se um investimento com retorno financeiro, pois estima-se que a cada um real investido em saneamento obtenha-se um retorno de R\$ 2,50, segundo informações que

constam no Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Rio de Janeiro - 2015. Ainda devemos considerar outros subprodutos como o incremento do desempenho escolar, a produtividade do trabalhador e a autoestima do cidadão.

A percepção de inclusão e o incremento da qualidade de vida são produtos inerentes à um grupo de ações. Uma das estratégias essenciais é a ativação/implantação de equipamentos fomentadores de educação, cidadania, empreendedorismo e lazer dentro destes territórios, como as vilas olímpicas, centro de suporte psicossociais, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e *coworkings* populares.

Detecta-se através de entrevistas um mercado em formação. O de indivíduos que desejam sair dos territórios subnormais, porém sem abandonar a região onde estabeleceram laços de familiaridade. Para cumprir tal objetivo, duas ações são necessárias. A flexibilização da legislação edilícia, no sentido de ofertar imóveis acessíveis a esta parcela da população com menor área do que os previstos atualmente, nos arredores da região de origem . Assim como da criação de um Fundo Municipal de Habitação Social para fornecimento de crédito imobiliário específico para baixa renda.

Uma outra solicitação foi identificada. A de que a maior parte das ações e programas para estes territórios provém de diagnósticos e conceitos externos. Portanto existe a necessidade de se reverter este processo através de uma constante interlocução com entidades representativas das comunidades e participação popular na conceituação e promoção das ações. Criação de políticas "*down-top*".

Tais objetivos devem contemplar a formação de parcerias de cooperação técnica com universidades, entidades e ONGs para desenvolvimento de assistência técnica e desenvolvimento de projetos específicos de mobilidade, habitação salubre e urbanização de áreas estratégicas.

O Estatuto das Cidades prevê uma série de instrumentos que contemplam a viabilização das melhorias propostas, notadamente a utilização do instrumento da *outorga onerosa* para financiamento das intervenções destinadas às camadas mais necessitadas.

Diretrizes:

- políticas centradas na inclusão eliminando a fronteira entre morro e asfalto;
- adequação da legislação em termos de zoneamento e áreas mínimas para as unidades de modo a permitir acesso à moradia em áreas consolidadas à valores acessíveis;
- considerar a curva de crescimento demográfico do Rio de Janeiro, cuja inflexão para o decréscimo está para 2040 segundo o IBGE;
- consideração do planejamento nos níveis federais, estaduais, municipais e metropolitanos, as tendências de desenvolvimento existentes, as infraestruturas urbanas, os transportes e os equipamentos urbanos existentes e a serem implantados e as áreas vizinhas e suas conexões com a área a planejar;
- participação das comunidades na formulação de ações e hierarquia de ação;
- ativação dos equipamentos existentes e criação de novos de modo a gerar uma rede abrangente de interface entre as comunidades e o poder público consolidando a presença deste no território. Ex: Vilas Olímpicas como indutoras de cidadania, educação, esporte e empreendedorismo;
- abordagem para geração de ações, programas e políticas do tipo “caixa de ferramentas”, compreendendo a diversidade e particularidades sociais, econômicas e territoriais inerentes cada uma.

Propostas

Universidade na Cidade

Estabelecimento de parcerias estratégicas com as universidades, conselhos e institutos representativos do Rio de Janeiro formatando um plano de ação abrangente e um arcabouço de propostas em diversos campos: urbanismo, habitação, saúde, cidadania, serviço social, psicologia, esportes e inovação. As universidades possuem um imenso potencial de capacidade intelectual e

fornecimento de mão de obra qualificada para trabalhar em conjunto com as comunidades no sentido de produzir soluções qualificadas e particulares. Os diversos campos de conhecimento devem contribuir para a melhoria de condições de vida e cidadania da população que mais necessita. Desenvolvimento de plano estratégico de ação para a integração dos territórios e população das comunidades. Assistência técnica para a melhoria da salubridade das habitações (notadamente iluminação natural e ventilação). Assistência médica, odontológica, psicológica e social. Capacitação técnica e empreendedora. Cadastramento e obtenção de dados para elaboração de futuras políticas.

Saneamento Integral nas Comunidades

Instalação de redes gerais e intervenções pontuais nos territórios para a regularização de serviços de fornecimento de água e recolhimento de esgoto. O saneamento quando possível deve ser executado através de modos naturais (biodigestores) e com o apoio de novas tecnologias. O projeto e o estabelecimento das redes devem receber suporte através do programa Universidade na Cidade. O que assistimos desde sempre são comunidades e favelas desprovidas de saneamento básico, promovendo a degradação da saúde da população (principalmente em estado de fragilidade). A falta do saneamento sobrecarrega o sistema de saúde acima do que seria uma curva de normalidade. A relação identificada no Plano Municipal de Saneamento (2015) é que a cada real investido, economiza-se R\$ 2,50 em saúde.

Vilas Olímpicas e Centros de Cidadania

Comunidades e favelas carecem de espaços públicos e elementos indutores de cidadania. Através da análise dos programas e levantamentos efetuados pelo Universidade na Cidade, serão criados/recuperados espaços de presença da prefeitura nos territórios das favelas/comunidades. As Vilas Olímpicas deverão ampliar seu repertório de ação além do que o nome indica (esporte), abrigando em seu programa atividades de capacitação técnica e empreendedora. De modo análogo, contido no mesmo espaço ou em área próxima, deve ser instalado um Centro De Cidadania com os serviços essenciais ao cidadão – desde serviços cartoriais e documentos até o encaminhamento a assistência psicossocial. Sempre

que possível, o programa urbanístico deve prover uma praça pública (com presença do verde) para eventos e lazer local.

Agricultura Familiar

Possibilidade de transformar as lajes das comunidades e territórios improdutivos em hortas de cultivo, gerando emprego e renda. Programa efetuado através da Universidade na Cidade, que proverá capacitação e assistência técnica na avaliação e implementação das “hortas sobre as lajes”. Criação de logística para transporte e escoamento da produção familiar.

Redes de Esperança – Liderança e Participação

Identificação dos atores/agentes internos e externos que possuem algum nível de participação, interação ou incentivo para com as ações sociais nas comunidades. Identificação e programa de capacitação das lideranças locais. Criação de Fórum permanente para constante capacitação e interação entre as lideranças e agentes. Estruturação e fomento das redes através da criação de um centro de apoio específico para este fim. As redes de solidariedade são processos naturais. Muitos são os atores que interagem com e nas comunidades. Desde as associações e ONGs até grupos civis não registrados. Este potencial deve ser organizado e valorizado recebendo uma estruturação para otimizar o alcance de suas iniciativas.

Intervenções Urbanísticas Pontuais de Mobilidade, Acessibilidade e Infraestrutura

Os assentamentos foram formados através de uma ocupação orgânica. Favelas e comunidades carecem de mobilidade, acessibilidade e redes de infraestrutura mínima para a subsistência de seus habitantes. Notadamente acesso de ambulâncias, bombeiros e saneamento. Através do programa Universidade na Cidade, as comunidades serão mapeadas com o foco na identificação para a criação de vias estruturantes para a melhoria de mobilidade, acessibilidade e a implantação de rede de infraestrutura (saneamento e eletricidade).

A execução das ações será efetuada através de uma cesta de recursos provida por empresas de construção civil em situação de dívida ativa (contrapartida), financiamentos externos, do Fundo de Habitação Social emergencial da prefeitura.

Democratização da Banda Larga – Coworkings Populares

Criação de pontos de trabalho remoto com computadores, banda larga e condições de saúde, no sentido de oferecer a oportunidade para que o indivíduo possa trabalhar remotamente sem a necessidade do deslocamento e da exposição aos riscos sanitários.

A situação promovida pela pandemia (COVID-19) trará alterações na dinâmica urbana. Uma delas é a consolidação do trabalho remoto. Observa-se que em quase a totalidade das habitações populares não apresentam condições para a criação de um espaço de trabalho compatível com a demanda. Em paralelo, a democratização da banda larga de internet se faz necessária, tanto para o trabalho, como para a educação. Parceria com as empresas de telecomunicação para o fornecimento a preços acessíveis de banda larga (wifi, celular ou cabeada) para gerar a possibilidade de trabalho remoto e inclusão na educação.

O Sol é para Todos

Programa de fomento à popularização da energia solar nas comunidades através de cesta de recursos provida pelo cálculo do déficit de energia desviada por instalações clandestinas e parcerias externas com entidades de desenvolvimento e financiamento externas. Como subproduto desta ação – um programa de capacitação de profissionais aptos a executar a instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos.

Regularização Fundiária – Aqui é o meu lugar

Nas áreas passíveis de registro, os moradores terão suas habitações registradas através do programa Universidade na Cidade (plantas e geolocalização). Após a avaliação das condições para a regularização e adequação de salubridade, o indivíduo receberá o certificado de propriedade da terra, sendo incluído no sistema formal. A ação visa mitigar os riscos de invasões e perda do local de moradia.

Conservação

Um dos importantes pilares da visão contemporânea da sustentabilidade contempla a manutenção do que já existe em detrimento do simples descarte e da substituição. Neste sentido, as políticas e ações destinadas a conservação são um elemento importante no plano de gestão municipal. A conservação passa por vários momentos que vão da participação popular até o estabelecimento de protocolos de serviço preventivos. A cidade é de todos e para todos. O espaço público reflete o nível de conscientização e apropriação do cidadão para com o espaço público. As pichações (não confundir com o grafite artístico) custou aos Cariocas em 2017 a cifra de R\$ 400.000,00 conforme aponta a Urbe Carioca. A ausência de poda significa um menor grau de visibilidade o que implica na segurança pública. O acúmulo progressivo de lixo transforma as ruas em “lixões a céu aberto” nas favelas e comunidades, em conjunto com desorganização do comércio ambulante, adicionado à má qualidade das calçadas e pistas, fiações aéreas e a poluição visual promovem uma percepção incremental da desordem urbana.

Desordem gera desordem. Além das questões inerentes à conservação, deve-se incentivar a participação popular no sentido da apropriação da cidade através do conceito de “eficácia coletiva”, definido pela coesão da vizinhança combinada com as expectativas compartilhadas acerca do controle social do espaço público.

Estas ações devem ser lideradas e coordenadas pela prefeitura através do exemplo e da *requalificação do aplicativo 1746* (contido neste plano) – instrumento essencial de governança e participação popular. Observa-se uma correlação direta entre a conservação pública e os índices de segurança.

Diretrizes:

- conservação preventiva dos equipamentos públicos através da integração dos serviços, consolidação de protocolos de ação e monitoramento constante através do aplicativo 1746 (denúncias e comunicações da população).
- iluminação pública – ampliação e cobertura das zonas não atendidas. Substituição – quando possível – para um sistema de LEDs que requerem menor manutenção (maior durabilidade), menor consumo de energia e, por consequência, economia aos cofres públicos. Deve ser realizada através de Parcerias Público Privadas, PPPs;
- podas de arborização preventiva. Não apenas por necessidades estéticas e funcionais, mas também no sentido da visibilidade e segurança do espaço público;
- arborização pública. Elemento essencial na paisagem da cidade, Deve receber atenção especial, uma vez que está diretamente ligada á conservação da cidade em termos de limpeza pública. Deve seguir as orientações norteadores contidas no Plano Diretor de Arborização Urbana. Destaca-se a revisão das espécies implantadas, sua adequação em termos ambientais e de conservação, assim como a necessidade de um programa de arborização emergencial destinado às zonas norte e oeste da cidade;
- galerias de águas pluviais. Revisão, mapeamento e plano de ação para a sua recuperação e ampliação. Conscientização popular sobre o resíduo urbano;
- Recuperação de programas de participação popular para a “adoção” e conservação de espaços públicos e calçadas. Incentivo de ações de *Urbanismo Tático*;
- Revitalização de praças, marcos urbanos, monumentos, edificações históricas e relevantes para as unidades de paisagem e espaços públicos. Efetuado através de ações combinadas através do incentivo à participação civil e parcerias público-privadas sob coordenação da prefeitura.

- Programa de parcerias público-privadas para a adoção de marcos da cidade (praças, monumentos, edifícios históricos e marcos da cidade).
- Campanha de prevenção ao vandalismo. Em concomitância com a vigilância e participação popular através da revisão do aplicativo 1746 (contido neste plano), monitoramento por câmeras do COR e campanha publicitária de conscientização.
- instrumentos de fomento à conservação (análoga a Lei do Incentivo à Cultura) possibilitando que parte dos recursos seja destinado à conservação do patrimônio construído e natural;
- parceria com as universidades através do programa Universidade Na Cidade.

Propostas

Sistema 1746

O sistema atual (1746) será um *case* de participação popular. É necessário um levantamento das solicitações existentes no sistema, com definição de um cronograma de prioridades, custo e tempo de execução. Importante também é a expansão da comunicação, ampliando o seu uso. Métricas serão estabelecidas para que os cidadãos, dirigentes públicos, imprensa e órgãos de controle possam acompanhar as ações da cidade. O aumento de participação pode ser obtido com o redesenho e incremento de recursos, integrando o sistema 1746 às redes sociais existentes (Facebook, WhatsApp, Twitter) se tornando referência para o cidadão quanto à sua participação nas decisões governamentais do município.

Iluminação Pública

- modernizar e ampliar a rede de iluminação pública, dando prioridade aos espaços públicos, como praças e parques;

- realizar podas visando livrar as luminárias de conflito com galhos, o que refletirá numa maior sensação de segurança pela população;
- melhorar a iluminação de esculturas e monumentos, para proteger o patrimônio público.

Galeria de Águas Pluviais

- criar uma rotina de limpeza dos bueiros e ramais, passando esse serviço a ser realizado pela secretaria de conservação. Atualmente, a limpeza dos ralos é feita pela Comlurb, e a dos ramais pela conservação;
- instalar caixas com telas nos bueiros para impedir que o lixo entupa os bueiros e ramais;
- modernizar a rede de galeria de águas pluviais, trocando as manilhas por outras maiores nos pontos mais críticos, onde a galeria atual não dá vazão ao volume de água pluvial.

Poda

- criar um protocolo a ser seguido quando o serviço for demandado pelo cidadão. Quando o serviço for solicitado, a OS deve ser enviada simultaneamente para todos os órgãos envolvidos, evitando que o serviço não seja realizado.
- Otimizar o serviço com o treinamento da equipe, para que todos possam operar os equipamentos;
- caso seja necessário remover uma árvore, outra deve ser plantada imediatamente após a destoca da árvore. Atualmente, após a destoca, a

prefeitura leva muito tempo para plantar outra no local e, muitas vezes, ao retornar, encontra a gola cimentada.

Revitalização de Espaços Públicos

- estimular a adoção/concessão através da modernização da legislação vigente para permitir que o adotante de áreas públicas possa divulgar a sua marca ou a dos parceiros no espaço. Atualmente, só é permitido exibir a marca no totem que informa as regras de uso;
- criar incentivos para que as praças sejam mantidas por comerciantes do entorno, o que levará segurança ao cidadão que frequenta o espaço e fomentará o comércio local.

Reciclagem

- isenção de IPTU para as empresas de reciclagem e a cessão de terreno para a instalação de empresas de reciclagem. Atualmente, a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não tem uma coleta seletiva eficiente e abrangente, o que onera os cofres públicos, já que paga para despejar o lixo reciclável no aterro sanitário, quando poderia estar gerando receita e empregos;
- criar linhas de crédito para a compra de máquinas e equipamentos;
- criar incentivo fiscal para produtos que tenham material reciclado em sua composição;
- promover fóruns com empresas para organizar a logística reversa de absolutamente tudo (Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- promover campanhas em organizações não governamentais para a separação e destinação de resíduos a boas causas, a exemplo do Programa Rodando com Tampinhas;

- criar uma política de compras responsável de produtos feitos com reciclagem e campanhas nas escolas, nos moldes de projetos onde produtos plásticos entregues se tornariam créditos para a compra de materiais e equipamentos para as escolas.
- Fomento prática da reciclagem através da ampliação e instalação de EcoParques, incentivo às cooperativas e indústrias recicladoras. É um mercado com alta capacidade de expansão e geração de empregos.

Calçadas & Asfalto

- determinar que a autorização para as concessionárias quebrarem uma calçada, para passar eletrodutos, seja precedida de uma contrapartida, em que a concessionária será obrigada a passar mais dois eletrodutos, que pertencerão à prefeitura;
- determinar que as concessionárias de telecomunicação retirem a fiação aérea e usem os eletrodutos da prefeitura para passar os cabos. Ao invés da Light cobrar das concessionárias por poste em que os fios ficam pendurados, esta receita passará a ser da prefeitura, que poderá cobrar por metro linear ou outra forma;
- incentivar os proprietários de imóveis que, ao refazer o piso da calçada, usem um piso drenante;
- construir rampas de acessibilidade nas calçadas, com escoamento de água antes e após a rampa, evitando o alagamento em frente a elas. Esta rampa deve seguir as normas da ABNT.
- Melhorar significativamente a qualidade do asfalto empregado e implementar uma rotina efetiva de manutenção para toda a cidade.

Estátuas e Monumentos

- gerar um inventário de todas as esculturas da cidade usando scanner 3D. Desta forma, será mais fácil fazer uma nova escultura em caso de furto ou danos;
- instalar uma câmera de monitoramento ao lado dos monumentos, que seja acessada pelos órgãos de segurança e com armazenamento das imagens na nuvem. É possível fazer uma parceria público-privada para que as concessionárias de telefonia forneçam esse equipamento e o link;
- fomentar através da Lei de Incentivo à Cultura o restauro dos monumentos da Cidade do Rio de Janeiro. Buscar parceria com as concessionárias de telefonia, para a instalação de câmeras para monitorar esses monumentos, evitando furtos e vandalismos.

Governança Urbana e Centralidade

A ausência de mecanismos justos de escuta ativa das necessidades dos cariocas perpetua um cenário de desigualdade geográfica na aplicação dos recursos públicos. As gestões acabam por realizar ações a partir de percepções rasas daquilo que precisa ser resolvido. A ausência de um diagnóstico amplo, com a participação da comunidade é garantia para uma ação ineficiente e sem efetividade.

Observamos muitas vezes a alocação de grandes recursos em projetos de baixo impacto ou difícil execução, enquanto obras necessárias são executadas com baixa qualidade, implicando manutenções e intervenções constantes, onerando demasiadamente os cofres público.

É preciso reverter este quadro de baixíssima participação popular nos projetos e decisões governamentais. Conselhos populares efetivos, com tomadas de decisões, precisam ser estabelecidos.

A gestão precisa ver o todo ao mesmo sem se esquecer as especificidades de cada região. É preciso conhecer as unidades de paisagem e presumíveis clusters de desenvolvimento econômico, cultural e turísticos do município

Diretrizes:

- criação e elaboração de mapa de incentivo aos serviços fundamentais e essenciais à cidadania a partir de um raio máximo de quinze minutos a pé ou de bicicleta;
- adequação das vias de deslocamento a pé (calçadas e passarelas), possibilitando incentivar a vida na calçada, aprimorando o relacionamento do cidadão com a cidade e atribuindo a percepção de valor e pertencimento com a rua, dentro dos cluster de desenvolvimento do município;
- criação de malha cicloviária e acessos de pedestres nas áreas de interesse de desenvolvimento, permitindo o deslocamento sem os usos de transporte motor, incentivando o uso da rua e aumentando a percepção de sustentabilidade e valorização da cidade;
- criação de sinalização adequada e característica, com programação visual específica e atrativa, incentivando e organizando os espaços de desenvolvimento.

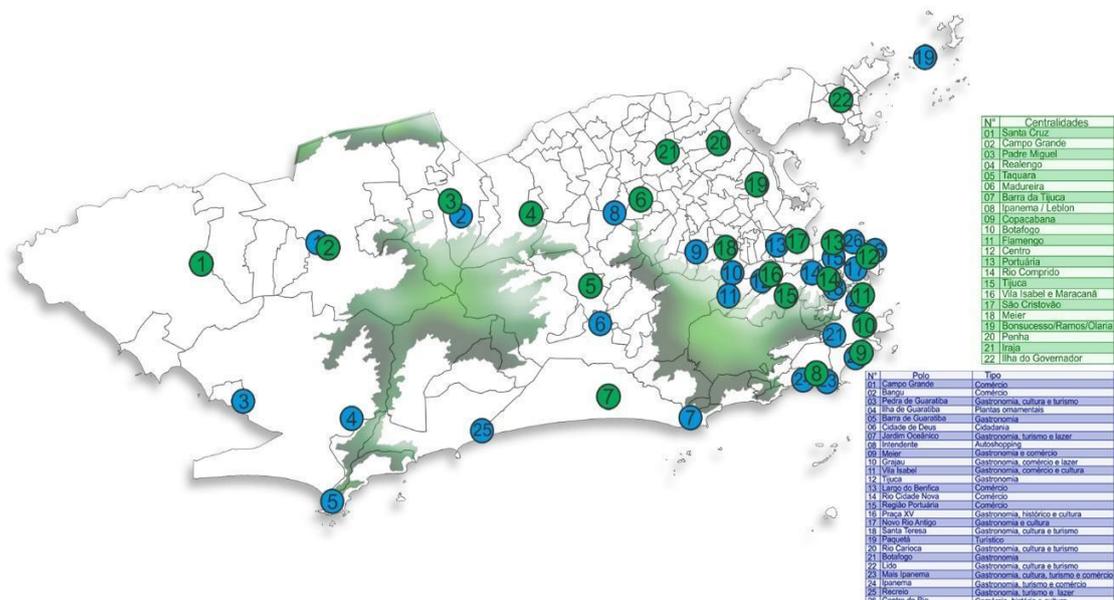
Cidade 15 Minutos

O plano alinha as principais funcionalidades e necessidades do cidadão em um raio de deslocamento aproximado de 15 minutos a pé ou de bicicleta/patinetes. Esta compreensão favorece o desenvolvimento de áreas metropolitanas de alta e média densidade, próximos a estações e instrumentos municipais de cidadania (como vilas olímpicas e parques urbanos) através de acesso facilitado e de curta distância, ampliando a percepção da rua como meio de convivência, favorecendo a percepção da cidade e a sensação de pertencimento, favorecendo o comércio local e regional,

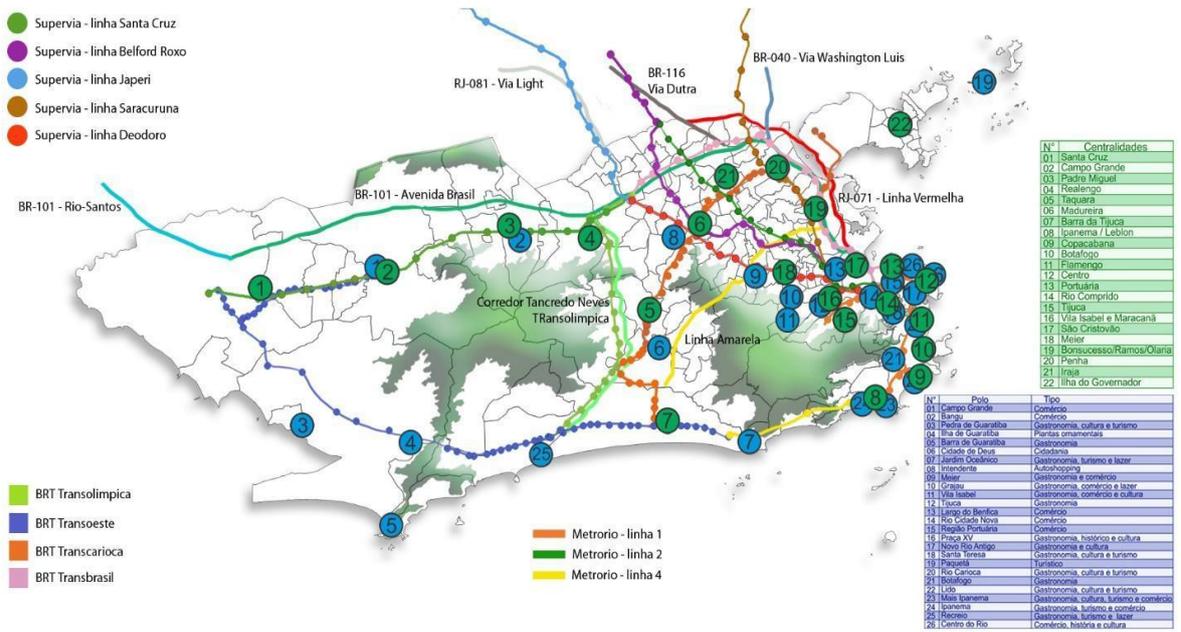
as atividades culturais e intensifica os espaços de convivência. Além de estimular o uso da rede de transporte modal do município (rede ferroviária e rede rodoviária) para deslocamentos interbairros, proporcionando acesso à serviços essenciais, como postos de documentação, correios, etc.

Clusters de Desenvolvimento Municipal

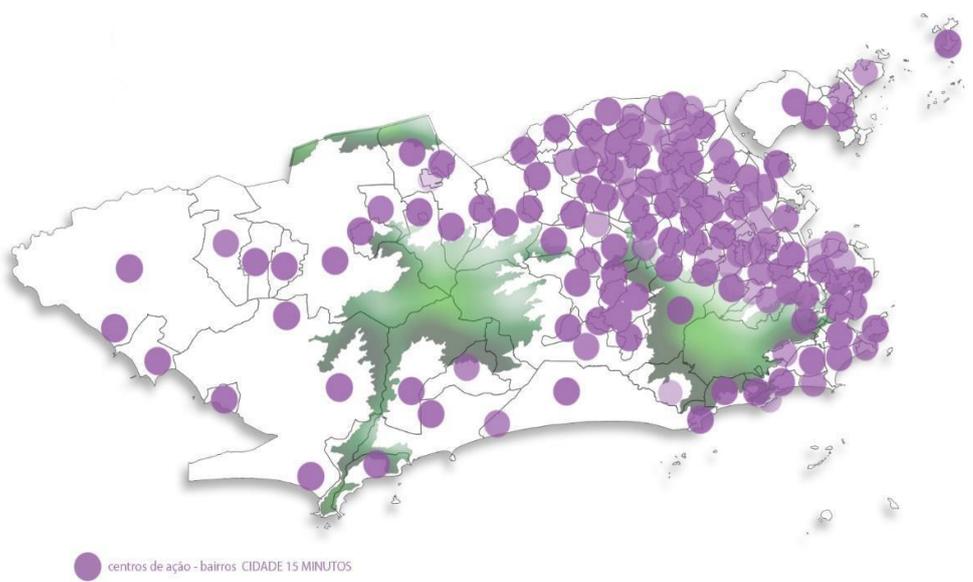
A descentralização de incentivos ao desenvolvimento desfavorece a organização e o acesso da população aos serviços considerando essenciais e contribuem para o crescente sentimento de abandono pelos órgãos governamentais. É preciso otimizar políticas públicas de incentivo à formação e crescimento das unidades de paisagem e clusters de desenvolvimento municipais com a organização de atividades por predominância de desenvolvimento aparente e constante crescimento de setor de atividade; aprimoramento de informação à população das atividades desenvolvidas; e, incentivo à adaptabilidade do sistema de transporte modal e implantação de mecanismos de mobilidade que promovam essa comunicação.



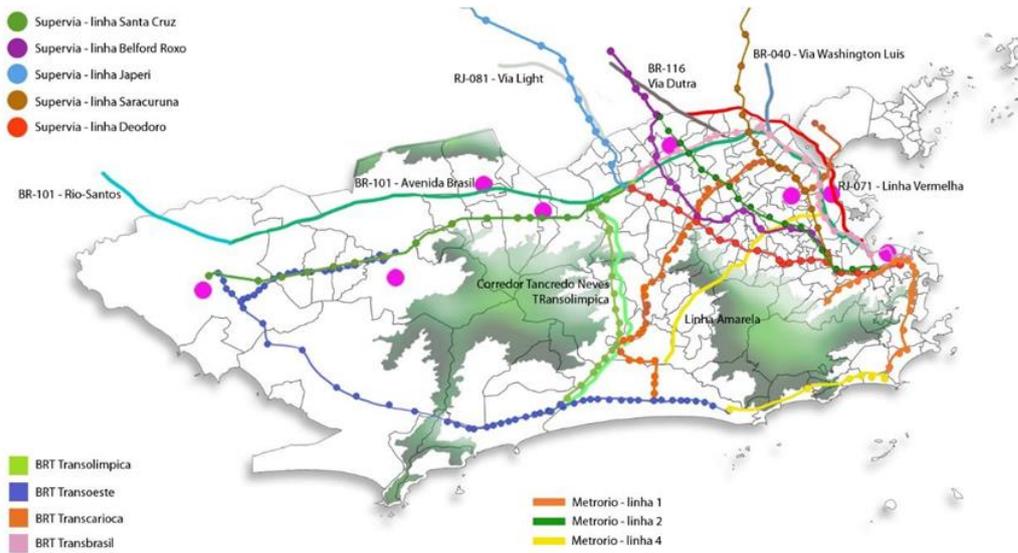
Pontos das centralidades detectadas e localização dos polos culturais.



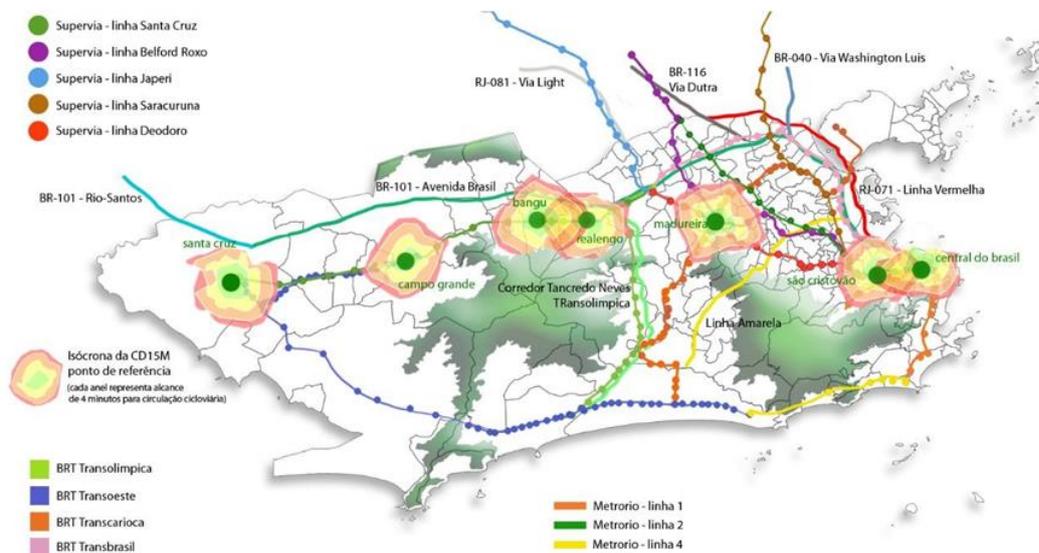
Sobreposição dos pontos das centralidades detectadas e localização dos polos culturais e, mas malhas rodoviárias e de transporte modal do município.



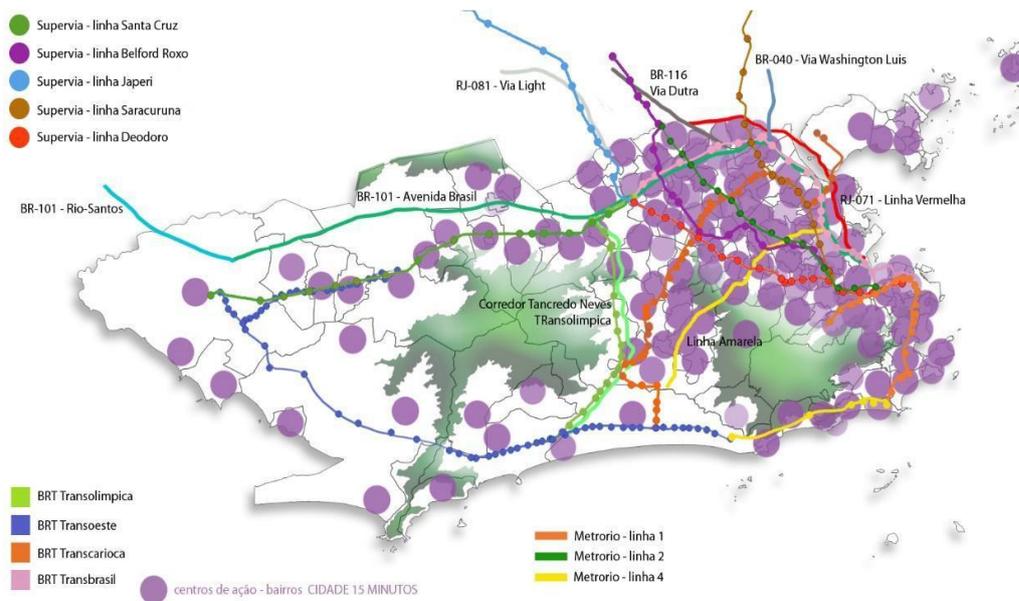
Indicação dos centros de bairro e possíveis pontos de centralidade do plano Cidade 15 Minutos.



Sobreposição da rede de transporte modal, principais vias rodoviárias e a localização das vilas olímpicas (círculos roxos), importantes centros de cidadania.



Sobreposição da rede de transporte modal, principais vias rodoviárias e a localização das prováveis unidades de paisagem e desenvolvimento.



Sobreposição da rede de transporte modal, principais vias rodoviárias e a localização dos centros de bairro e adensamento de desenvolvimento.

Fortalecimento dos Conselhos e Organizações Populares

É preciso aumentar a participação popular através de suas representações de bairro, organizações setoriais e conselhos municipais oficiais. Prover espaço de fala e opiniões para os cidadãos é fundamental pois melhora sua condição de ator político no que afeta a sua realidade e por tornar o governo um catalizador das urgências urbanas a partir da visão do seu objetivo final, o bem-estar do cidadão. Os conselhos atualmente têm sua composição formada sem atenção à equidade representativa, além de suas decisões não serem vinculantes, com “obrigação de fazer”. Isso aumenta a descrença da população na sua posição de protagonista nas questões da cidade e de suas decisões.

Incentivo e acolhimento dos projetos de iniciativa popular

Os projetos de iniciativa popular não têm prosseguimento satisfatório para a sua discussão e possível implantação. É preciso aperfeiçoar a participação popular através de suas organizações das discussões e apresentação de soluções para as

questões urbanas. O instrumento constitucional da iniciativa popular de projetos de lei foi destacado como um dos instrumentos fundamentais da gestão democrática da cidade. Porém, sua difícil aceitação pelo legislativo traz dificuldades para o exercício pleno deste instrumento. O governo municipal pode, através de sua base legislativa, incentivar a adoção destes recursos ou ainda, o próprio poder executivo pode adotá-los, quando são projetos debatidos e que refletem demandas reais e legítimas do cidadão.

Intervenções e Obras Urbanas

As pequenas intervenções urbanas são realizadas sem um controle de qualidade eficaz, o que leva ao aumento de custos de reparo. As equipes de manutenção contratadas realizam as obras sem critérios técnicos necessários. Como resultado, temos calçadas e pavimentos desnivelados, falta de escoamento d'água adequado, interferência indesejada da arborização junto às calçadas e iluminação. Isso pode ser corrigido com projetos executivos de qualidade, que podem ser realizados por equipes de projeto contratadas ou mesmo internas aos órgãos públicos, e um sistema de revisão eficiente. As obras deveriam ser realizadas com empresas certificadas para tal, com comprovada qualidade em suas execuções prévias. As obras realizadas com recursos públicos devem ter um grau de qualidade alto que permita a sua manutenção com baixo custo e efetivo resultado.

Assessoramento Técnico em Arquitetura e Urbanismo

O profissional arquiteto e urbanista é aquele especializado a coordenar e projetar ações de intervenção na cidade e edificações. Porém, grande parte da população não tem acesso a este profissional, ou por desconhecimento, ou por escassez de recursos financeiros. Serão criados escritórios locais de assessoramento, que seriam o “arquiteto da família”, cuidando localmente de ruas, bairros, edifícios públicos. Os escritórios modelo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo podem ser parceiros importantes nessa proposta. A atuação destes escritórios públicos deve ser conjunta aos conselhos e associações de bairros, devendo priorizar especialmente as medidas de acessibilidade. As ações serão desenvolvidas no âmbito da Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, notadamente nas Habitações e Interesse Social.

Rio sem Papel / Governo Digital

Todos os processos na Prefeitura do Rio de Janeiro, assim como a sua documentação associada são criados em meio físico, gerando insegurança, custos altos, e lentidão na sua tramitação. Com a tecnologia existente, o uso de documentos eletrônicos já vem sendo implantado em diversos setores governamentais das diversas esferas. A cidade do Rio está distante desse cenário, e é urgente a sua implementação. Ela pode (e deve) ser feita a partir de um sistema único a ser adotado por todos os órgãos de gestão, mas a partir de um projeto bem avaliado e seguindo um cronograma adequado e contínuo, para que não haja um impacto grande na operação atual. O sistema e suas aplicações deverão ser acessíveis pelos diversos meios eletrônicos (computadores, celulares, tablets, totens de atendimento, central de atendimento telefônico). A autenticação assinatura de documentos pode ser feita por meio de tecnologias como *tokens* e *blockchain*. Deve ser utilizada a autodeclaração como padrão para processos mais simples, reduzindo o volume de assinaturas, certidões e documentos apresentados, mas reforçando também a fiscalização por amostragem.

Marca-Lugar

Embora abrigue monumentos e símbolos icônicos, a cidade do Rio de Janeiro não possui uma marca associada, reconhecida mundialmente, e que possa gerar divisas para o governo local e sensação de orgulho e pertencimento. Somente no Instagram, a hashtag #errejota possui 13,5 milhões de publicações. E a hashtag #riodejaneiro, mais 34,2 milhões de publicações. Várias cidades e países ao redor do mundo desenvolveram a sua identidade através de uma marca única, perene e reconhecível. A identidade do local estaria presente e pode ser incorporada por quem usa uma roupa ou qualquer outro produto do local. Na era das cidades “instagramáveis”, é necessário reconhecer marcos locais que podem ser explorados comercialmente, além da própria marca. A cidade do Rio de Janeiro possui um potencial enorme se comparada aos demais locais que já possuem sua marca-lugar (Amsterdam, New York, Seul). Tanto o cidadão quanto o turista se sentem parte da cidade. Para a sua implantação, sugere-se: promoção de um concurso mundial para

a criação da marca, que seria escolhida com votação popular; elaboração de lei que desvincule a marca de governos e que a atribua de forma permanente à cidade, afirmando que suas ações, eventos, publicidade, equipamentos públicos, e documentos devam utilizá-la obrigatoriamente; promover concessões para lojas e quiosques exclusivos de venda de produtos da marca em locais específicos, como aeroportos, praças próximas a pontos turísticos e internet; a partir da marca, aplicar identidade visual única à placas de sinalização, de identificação, abrigos de pontos de ônibus, etc.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Já se passaram quase 50 anos desde a organização da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente das Nações Unidas. Encontro repetido em 1983 em Estocolmo. Estes produziram um documento seminal para a visão ambiental: o texto “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório Brutdland”¹. Estes encontros e relatórios posicionaram o debate ambiental como uma das urgências de transformação de nossos processos econômicos, sociais e ambientais. Posteriormente o conceito seria amadurecido através da Agenda 21 (Eco-92) e a conferência de Kyoto (1997), resultando no atual programa da ONU – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.

Em resumo, podemos entender o movimento em prol do meio-ambiente e da consequente sustentabilidade como uma busca de um equilíbrio entre o *modus operandi* humano sobre o planeta e a exploração de seus recursos naturais. Sendo perpassados pelas práticas inerentes a este processo – que incluem o modelo econômico, a distribuição de renda e recursos e do desequilíbrio provocado nos meios ambientais e sociais.

Concluimos que a prática sustentável e de conservação do meio ambiente não pode ser um elemento isolado, mas sim uma abordagem presente todas as diretrizes governamentais e individuais. Não é diferente neste plano. A visão sustentável está presente em todas as ações, políticas e propostas descritas neste documento. Na realidade, agir de modo sustentável é um investimento na nossa sobrevivência

¹ *Our Common Future* – Relatório *Brutdland* – devido à Gro Harlem Brutdland – primeira ministra norueguesa à época que chefiou a comissão sobre meio-ambiente e desenvolvimento. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

como civilização, país, cidade, bairro e indivíduo. Não pode ser considerado diferencial, mas sim, uma obrigação.

Muitas práticas já se encontram estabelecidas como diretrizes, leis ou decretos, porém o que se observa na prática é que as regras não são aplicadas no mundo real. As políticas e ações relacionadas ao meio ambiente naturalmente possuem uma interface com as propostas e diretrizes contidas neste plano possuindo uma articulação tentacular e estratégica com os diversos temas aqui tratados.

A base para as ações de meio ambiente subdivide-se em três eixos estruturais: a prevenção, a conservação e a melhoria.

Diretrizes:

- trabalhar de forma preventiva no cuidado do meio ambiente;
- integração entre as diversas política públicas;
- sensibilização e conscientização da população.

Ações preventivas:

Gestão de áreas de risco.

O histórico de chuvas, deslizamentos e desastres na cidade são centenários, sendo citados nos planos urbanísticos desde a década de 1930². Anualmente observamos manchetes de jornais com as perdas de vidas e materiais resultantes destas tragédias anunciadas, porém nunca resolvidas. O TCM identificou que a prefeitura vem trabalhando com resultados muito abaixo do previsto – em 2018 executou apenas 14% das

² Plano Agache – 1930.

obras geotécnicas previstas e menos da metade das medidas preventivas de habitação em áreas de risco³.

Deslizamentos

Elaboração de Plano Estratégico para a Gestão de Áreas Suscetíveis a Desastres (PEGASD) – que visa priorizar, orçar e executar as ações necessárias tanto do remanejamento imediato das populações atualmente instaladas nestas áreas, quanto ações preventivas de geotecnia e recomposição de cobertura vegetal estruturante do solo.

Enchentes e Drenagem Urbana

Estas ações já se encontram detalhadas no capítulo referente à Cidade Resiliente deste plano. De modo sintético, podemos estabelecer as seguintes diretrizes:

- mitigação do assoreamento da drenagem;
- combate a carência de áreas verdes. Notadamente nas Zonas Norte e Oeste;
- melhoria e manutenção constante do sistema de drenagem, galerias e bueiros;
- finalização do projeto da dos reservatórios de retenção da Bacia do Maracanã;
- campanha de reeducação e cooperação da população na conservação das águas e corpos hídricos;
- consolidação da coleta seletiva do lixo;
- saneamento, gestão de resíduos e a despoluição das praias, rios e sistemas lagunares.

A cidade sofre com a deficiente gestão de suas águas – notadamente com a questão do saneamento básico. Sem um destino adequado, o esgoto e os resíduos sólidos seguem os cursos de água (naturais e artificiais), tendo

³ TCM Relatório Gestão e Avaliação 2018 - http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9839271/4243502/ANEXO_I_RELATORIO_DE_GESTAO_CGM.pdf

como destino os corpos hídricos e territórios vazios do entorno – em última instância desaguando nas praias, lagoas e Baía de Guanabara. As lagoas – notadamente o sistema lagunar da Barra da Tijuca e a Lagoa Rodrigo de Freitas sofrem com o despejo irregular de esgoto. Importante observar que esta ação não se dá apenas pelas comunidades do entorno. Condomínios de “alto padrão” também contribuem para esta ação.

As praias do Rio perdem sua condição de balneabilidade, pois são o destino dos rios e demais corpos hídricos. O efeito colateral é a péssima propaganda que faz para a imagem da cidade com impacto direto, além da saúde, no turismo e na cadeia de empregos gerada por esta atividade.

A poluição dos corpos hídricos é incrementada pelas más condições das tubulações de esgoto com vazamentos constantes, como também de ligações clandestinas de esgoto às redes de águas pluviais.

As ações previstas estão contidas no capítulo “Cidade Resiliente – Saneamento e Gestão de Resíduos Sólidos” deste plano.

De modo sintético, podemos estabelecer as seguintes diretrizes:

- revisão da concessão da CEDAE;
- a instalação de um sistema de saneamento nos aglomerados subnormais;
- gestão integrada de resíduos;
- Comlurb – revisão da estratégia e da logística;
- participação social através de programa de troca e recompensa;
- fomento prática da reciclagem através da ampliação e instalação de EcoParques, incentivo às cooperativas e indústrias recicladoras
- Inovação em parceria com as universidades (UNIVERSIDADE NA CIDADE) e do setor privado.

Ações de Conservação

Parques Naturais

O território do Rio de Janeiro é estruturado através de seus três maciços montanhosos (Tijuca, Pedra Branca e Gericinó-Mendanha) que, em conjunto

com o litoral, formam a base geográfica da cidade. O relevo do Rio de Janeiro é protegido por uma série de leis e decretos através de diversos instrumentos legislativos e jurídicos. As montanhas e morros “protegidos”, portanto desocupados, tornaram-se o principal destino de moradia para a população desabrigada formando favelas e comunidades. Muitas vezes em áreas de risco e, geralmente, sem urbanização. Com o passar do tempo, boa parte se consolidou como um elemento ativo do tecido urbano tanto economicamente como a base de moradia de importante parcela da mão de obra disponível.

A situação dicotômica que se apresenta é a seguinte. Grande parte destes territórios ocupam zonas de proteção ambiental. Remover ou consolidar? Nossa visão é a de se absorver estas áreas à cidade formal, e ao mesmo tempo, impor rígidas regras para conter sua expansão. Esta política é sensível e complexa, pois agrega diversas ações que devem ser tomadas de forma concomitante.



Rio de Janeiro – áreas sob controle ou proteção ambiental (em verde claro) – favelas e comunidades (em vermelho). Conflito de interesses.⁴

Absorção de favelas e comunidades à cidade formal. Realizada através das ações de urbanização pontual descritas no capítulo “Comunidades” deste plano que contempla o programa “Universidade na Cidade”.

⁴ Mapa elaborado a partir de dados do IPP

Contenção da expansão vertical e horizontal. Através de programa de monitoramento georreferenciado pelo COR⁵ e IPP⁶, em conjunto com a aumento da oferta de crédito e imóveis a preços acessíveis no território formal da cidade. A contenção das comunidades e favelas é reforçado pela análise demográfica da população, que se encontra em fase de desaceleração⁷, o que diminui a pressão habitacional.

A ocupação de áreas não é um fenômeno exclusivo da população com menores recursos, ocorrendo também sob a forma de grilagem e especulação. O monitoramento constante à ocupação indevida é democrático, portanto, a regra se aplica a todos.

Incentivo ao turismo ecológico através da geração de infraestrutura de visitação aos parques em uma ação de valorização do patrimônio natural.

Ilhas de calor

As ilhas de calor são fenômenos urbanos promovidos por uma série de fatores que vão das características topográficas, passam pelas atividades funcionais do território, até a proporção de áreas verdes contidas na região.

Ações de melhoria:

Infraestrutura Verde – Lazer, Ambiência e Eficiência Energética

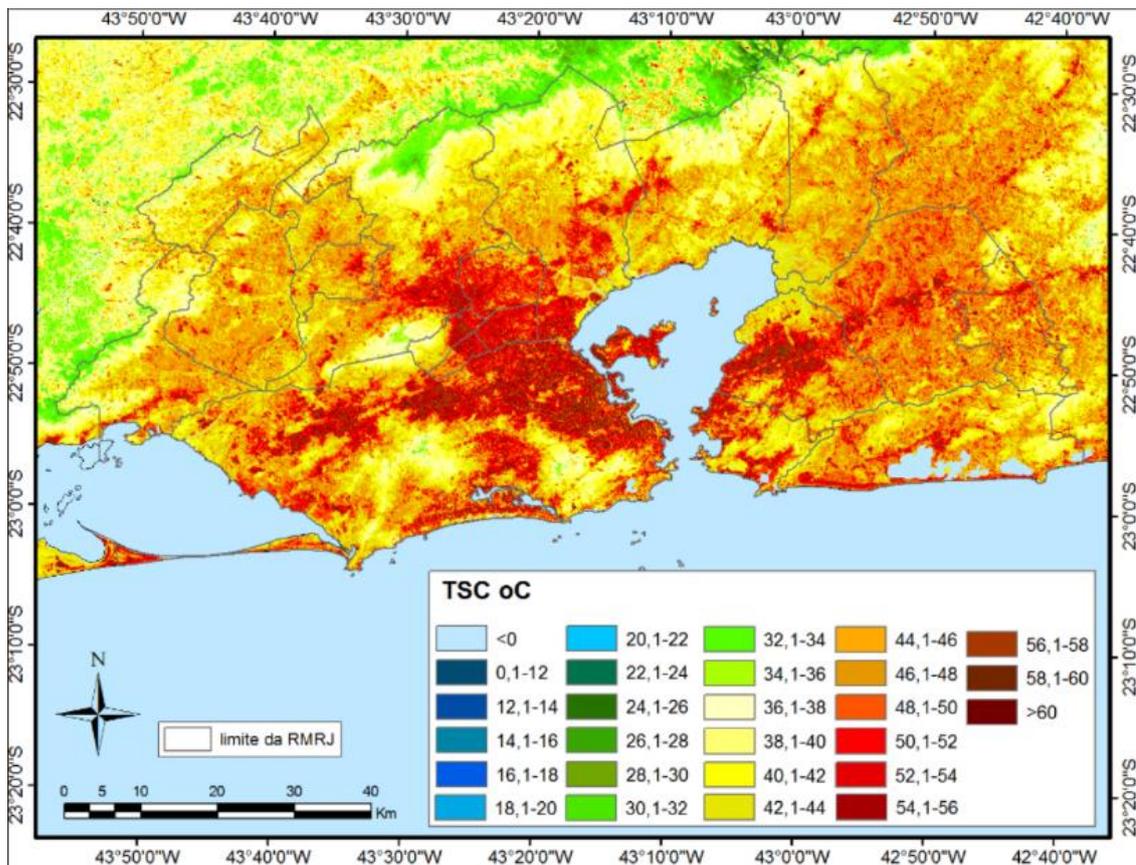
As ilhas de calor detectadas na cidade são localizadas predominantemente na região central, zona norte e zona oeste (região AP5) e baixada de Jacarepaguá. Além do natural desconforto provocado pela temperatura, diversas doenças estão relacionadas com este evento incluem a exaustão pelo calor, síncope e câibras, podendo ter sérias implicações aos portadores de diabetes, doenças cardiovasculares, assim como problemas de saúde cognitivas como depressão, doença de Parkinson ou demência.

⁵ Centro de Operações Rio

⁶ Instituto Pereira Passos

⁷ Dados do IBGE

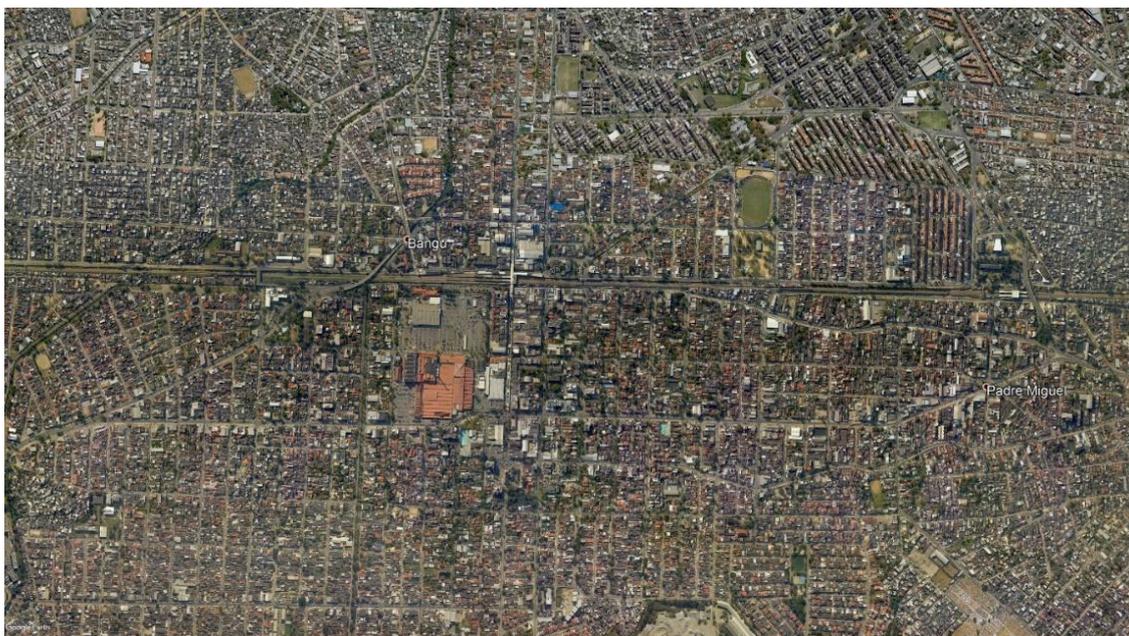
Portanto as manchas de calor denotam também fatores de desigualdade, pois são as áreas, em geral, mais fragilizadas em termos de atendimento de saúde.



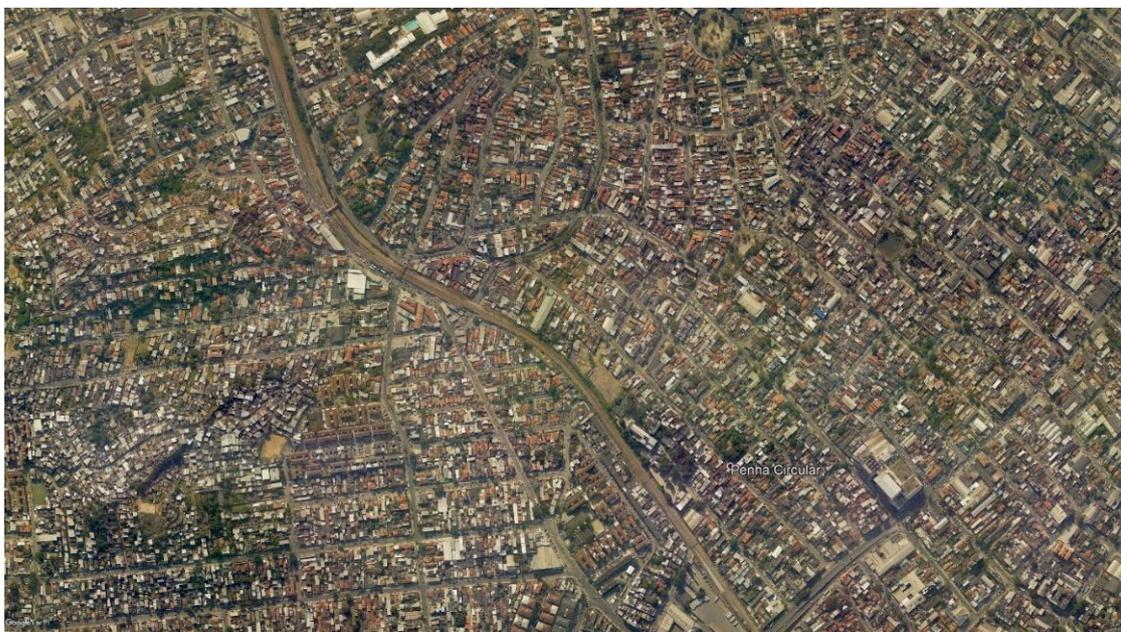
Ilhas de Calor – Rio de Janeiro⁸

A expansão descuidada da cidade pelo eixo rodoviário promoveu uma ocupação do solo precária, tanto em termos de infraestrutura urbana de equipamentos públicos, como de elementos de ambiência de lazer, conforto ambiental e visual. O resultado são áreas impermeáveis vulneráveis à enchentes pela presença opressiva de concreto e asfalto, desprovidas de áreas verdes, arborização pública formando bolsões de calor.

⁸ Tese doutorado PHD Andrew Lucena - <http://www.coc.ufrj.br/pt/teses-de-doutorado/156-2012/3150-andrews-jose-de-lucena>



Região de Bangu – Zona Oeste (AP5).⁹



Região da Penha – Zona Norte (AP3).¹⁰

As estratégias para se combater o efeito ilha de calor são diversas, porém o consenso se baseia na implantação de cobertura vegetal e a abertura de áreas verdes nestes territórios. O impacto na vida dos cidadãos será enorme. Não apenas na autoestima e no conforto visual. Os novos parques promoverão a limpeza do ar, combaterão o calor excessivo e ainda, podem servir como

⁹ Google Earth

¹⁰ Google Earth

reservatórios de retenção de águas pluviais mitigando enchentes e inundações.

Podemos estabelecer as seguintes diretrizes:

- Áreas Verdes – Zona Oeste e Zona Norte. O programa deverá considerar o mapeamento de terrenos vazios, aplicando o instrumento de IPTU progressivo ou permuta com a prefeitura, áreas de gestão municipal e demais oportunidades no território, promovendo a ação de projetos e obras para sua implantação. Deve contar com o Programa UNIVERSIDADE NA CIDADE e a promoção de concursos públicos de projeto, no sentido de melhorar a qualidade das propostas e posicionar o programa no centro das ações urbanas.
- Aumento da Cobertura Vegetal da Cidade. Através da revisão do PLANO DIRETOR E ARBORIZAÇÃO URBANA (PDAU)¹¹. A revisão deve contemplar as áreas mais atingidas pelas ilhas de calor identificadas, a construção da paisagem e a substituição das espécies danosas a conservação urbana. Ainda deve-se recuperar a promessa olímpica (2016), quando houve o compromisso do plantio de 34 milhões de árvores para mitigar o consumo de carbono emitido durante os jogos. Promessa até o momento não cumprida.
- Pavimentação das pistas de rolamento com material frio reflexivo. Esta tecnologia incorpora a pavimentação tradicional elementos reflexivos e refletores de radiação solar.
- Telhados frios/verdes. A cobertura das edificações é responsável pela cobrimento de significativa parcela da cidade (aproximadamente 35%). Coberturas de cores claras e reflexivas possuem a capacidade de rebatimento da radiação. Os telhados verdes, além de manterem uma temperatura estável funcionando como amortizadores de calor das

¹¹ PLANO DIRETOR E ARBORIZAÇÃO URBANA (PDAU)<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4683370/4190252/PDAU.pdf>

casas e edifícios, possuem a propriedade de retardar o escoamento de águas de chuva para as galerias de recolhimento, colaborando na prevenção de inundações. Esta ação funciona em simbiose com o programa “ECOGESTOR” E “IPTU VERDE” listados neste plano de governo.

- Infraestrutura Verde - Meso e Micro Escala. Ações pontuais de infraestrutura verde são essenciais para o manejo de águas pluviais e da qualidade ambiental. Suas principais funções são: a purificação, a retenção, a infiltração, a condução e a infiltração. Sua incorporação ao ambiente urbano ocorre através de avaliação coerente de cada caso. Suas tipologias são implantadas através da adaptação de edifícios e áreas públicas existentes. A “caixa de ferramentas” inclui diversas seguintes tecnologias: alagados construídos que também fornecem habitat para a vida silvestre; a bioengenharia que utiliza a vegetação para a recuperação estrutural do solo, fornecendo estabilidade a encostas; jardins de chuva e hortas urbanas que recolhem as águas pluviais adjacentes e embelezam a cidade; lagoas pluviais; muros vegetais; pavimentações porosas capazes de mitigar inundações, dentre outras.

Mobilidade Urbana

O Rio de Janeiro é a cidade com maior índice de congestionamento do Brasil e a quarta maior do mundo; os motoristas gastaram cerca de 47% a mais de tempo parados no trânsito a qualquer hora do dia acrescentando até 165 horas a mais de viagem por ano, conforme aponta a Forbes.

Quem usa transporte público na região metropolitana do Rio leva, em média, 67 minutos para chegar ao destino. É o maior tempo de deslocamento entre as 10 principais regiões metropolitanas do país, segundo levantamento feito a partir de dados de milhões de viagens registradas no aplicativo Moovit. O estudo global analisou 99 metrópoles de 25 países. O Rio tem o maior percentual de passageiros

que fazem viagens longas, com mais de uma hora. De acordo com o levantamento, 36% levam entre 1 e 2 horas para chegar ao destino. E 11% levam mais de 2 horas. No Rio, metade dos passageiros fazem 2 baldeações por viagem. Outros 15% fazem 3 ou mais trocas. Apenas 35% dos trajetos são feitos sem baldeação. Antes de entrar no ônibus, trem, metrô ou barca, os passageiros do Rio esperam, em média, 17 minutos.

Mais de 150 linhas de ônibus desapareceram das ruas do Rio ou tiveram a frota drasticamente reduzida, afetando a rotina da população que depende do transporte público. No caso de algumas linhas, o problema existe há anos.

A malha cicloviária municipal é ineficiente ou inexistente em diversos pontos, em muitos casos isolada e sem conexões, impossibilitando o uso como meio de deslocamento do cidadão e como meio de acesso entre sua residência e o trabalho.

As estações do sistema ferroviário não possuem a devida acessibilidade, dificultando o acesso por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, tais como idosos, gestantes e enfermos.

A sinalização instrutiva e orientadora também é ineficiente em todo o município, tanto para o usuário veicular, quando ao pedestre, em transporte coletivo ou individual.

Diretrizes:

- atuar a partir de amplo estudo de mobilidade da população abrangendo toda a região metropolitana;
- redesenhar todas as linhas de ônibus para que atuem de forma complementar (e não concorrente) ao metrô, ao trem, ao BRT e às barcas, que devem atuar como eixos principais. Impor ao BRT o comportamento dos trens/metrôs;
- planejar e construir novas ciclovias com foco integrador no transporte da população como um todo (não só lazer e turismo) dentro do conceito da Cidade de 15 minutos;

- implementar terminais de médio porte integrados ao novo sistema de transporte urbano, aliviando a concentração dos grandes terminais e ampliando a oferta de transporte dentro do conceito de Cidade de 15 minutos;
- planejar o novo sistema de transporte urbano integrado considerando, no máximo, 2 baldeações;
- rever e/ou cancelar todas as concessões de transporte por ônibus;
- fazer manutenção no pavimento asfáltico com qualidade (certificação, garantia etc.);
- instalar semáforos inteligentes junto aos pardais e integrar tudo em um centro de controle;
- instalar GPS em toda a frota prestadora de transporte público, transmitindo a posição em tempo real para o centro de controle e para a população usuária.

Propostas

Entendendo a Mobilidade

O estudo de mobilidade da população permitirá construir uma grande matriz origem-destino dos deslocamentos urbanos da população do Rio de Janeiro. Uma vez entendida essa matriz, será necessário assentá-la na infraestrutura existente.

Os grandes eixos viários serão metrô, trem, BRT e barcas. A situação do BRT merecerá mais atenção, pois deveria ser transporte de grande capacidade, mas está longe disso. Será preciso melhorar muito o serviço do BRT nos aspectos tangíveis (regularidade das viagens, velocidade, sistema de cobrança, qualidade técnica das vias segregadas e outros) e intangíveis (conforto, aparência e outros).

Serão projetadas novas linhas de ônibus para atuar de forma complementar ao metrô, ao trem, ao BRT e às barcas. Além dos grandes terminais existentes (Central do Brasil, Alvorada e outros), serão construídos terminais de médio porte integrados aos existentes e mais bem distribuídos na cidade. Os terminais serão multitarefas, o que alterará a imagem e requalificará os locais onde serão instalados.

O novo sistema de transporte urbano deverá considerar, no máximo, 2 baldeações para qualquer deslocamento e tempo de espera não superior a 15 minutos.

As atuais ciclovias não têm um papel de apoiar as necessidades de deslocamento da população. É preciso acrescentar isso. Será planejada uma rede de ciclovias com foco integrador no transporte coletivo da população e com estacionamento para bicicletas em todos os terminais.

As novas linhas de ônibus, BRT e serviços correlatos serão licitados. As planilhas tarifárias deverão ser transparentes e refletir o custo real do transporte, contemplando, além do custo/km, a relação passageiros/km, linha por linha, objetivando um conhecimento global do problema tarifário, com vistas ao estabelecimento real do custo/passageiro.

Transporte Urbano de Passageiros

No Rio, metade dos passageiros fazem 2 baldeações por viagem. Outros 15% fazem 3 ou mais trocas. Apenas 35% dos trajetos são feitos sem baldeação. Antes de entrar no ônibus, trem, metrô ou barca, os passageiros do Rio esperam, em média, 17 minutos. Mais de 150 linhas de ônibus desapareceram das ruas do Rio ou tiveram a frota drasticamente reduzida, afetando a rotina da população que depende do transporte público. No caso de algumas linhas, o problema existe há anos.

Em um primeiro momento, não dá para considerar a existência do metrô se estendendo até o Terminal Alvorada, mas será preciso buscar parceria com o Estado para ampliar a linha 4 do metrô com a maior brevidade possível. Isso será crucial para aliviar o congestionamento na entrada da Barra da Tijuca.

Também será preciso planejar e construir nova linha de metrô (não necessariamente subterrânea) ligando os dois aeroportos da cidade, passando pelo Porto Maravilha, São Cristóvão, Caju e Ilha do Fundão. Além da ligação entre os

dois terminais aeroportuários, a presença do metrô induzirá melhoria nos negócios, geração de empregos, qualidade de vida e imagem dessas regiões.

Ampliação da Malha Metroviária

Há a necessidade de um alinhamento com o Estado. A Linha 4 do metrô termina abruptamente no Jardim Oceânico, Barra da Tijuca. O Terminal Alvorada é um *hub* de transporte que pode ser alcançado praticamente em linha reta a partir do Jardim Oceânico. É urgente que haja conexão entre estes dois pontos para que se possa oferecer uma rede de transporte integrada à população, além de aliviar o trânsito na Barra da Tijuca. O trajeto atenderá população e comércio já instalados na Barra.

Também é preciso planejar e construir nova linha de metrô (não necessariamente subterrânea) ligando os dois aeroportos da cidade, passando pelo Porto Maravilha, São Cristóvão, Caju e Ilha do Fundão. Além da ligação entre os dois terminais aeroportuários, a presença do metrô induzirá melhoria nos negócios, geração de empregos, qualidade de vida e imagem dessas regiões. Seguindo o exemplo de modernas cidades mundo afora, o metrô poderá oferecer check-in completo a bordo de seus carros.

Sistema de Transporte Inteligente

As deficiências no transporte coletivo urbano no Rio de Janeiro são gritantes. Tecnologias ligadas a Sistemas de Transportes Inteligentes (*Intelligent Transportation Systems*, ITS) podem trazer substantivas melhorias ao conjunto. Sistemas de Informações Geográficas (*Geographic Information Systems*, GIS) podem ser utilizados para planejar e otimizar redes de transportes multimodais. Após isso, podem apoiar operações regulares. Simuladores computacionais podem antecipar cenários, identificando futuros gargalos na rede. Pesquisa Operacional trabalha com muitas restrições e maximiza resultados. Semáforos inteligentes podem capturar dados em tempo real dos pardais e controlar tempos de abertura/fechamento de sinais com base na demanda de veículos daquele exato momento. GIS e GPS combinados podem verificar a localização da frota prestadora de transporte público, transmitindo a posição em tempo real para o centro de controle e para a população usuária. GIS, outras câmeras e participação da

população (Serviço 1746) podem indicar a necessidade de conserto ou manutenção nas vias e equipamentos ligados a transportes.

Revisão da Logística de Transporte Público (Fluxos de Deslocamento)

O atual sistema não considera alternativas de transporte sustentável, está desatualizado e sem interligação entre os modais. É preciso:

- criar políticas de diretrizes sustentáveis para melhor eficiência do sistema;
- criar conexões entre os modais da rede de transportes;
- simplificar as informações de deslocamento e planejamento de viagem dentro do sistema de transportes;
- organizar as linhas, destinos e acesso por meio de programação visual simples e acessível;
- sistematizar os transportes considerando os horários de pico e organização de viagem favorecendo o deslocamento dos passageiros;
- criar diretrizes para aumento de eficiência do sistema de transportes.

Criação de Pontos de Integração e Centros Intermodais

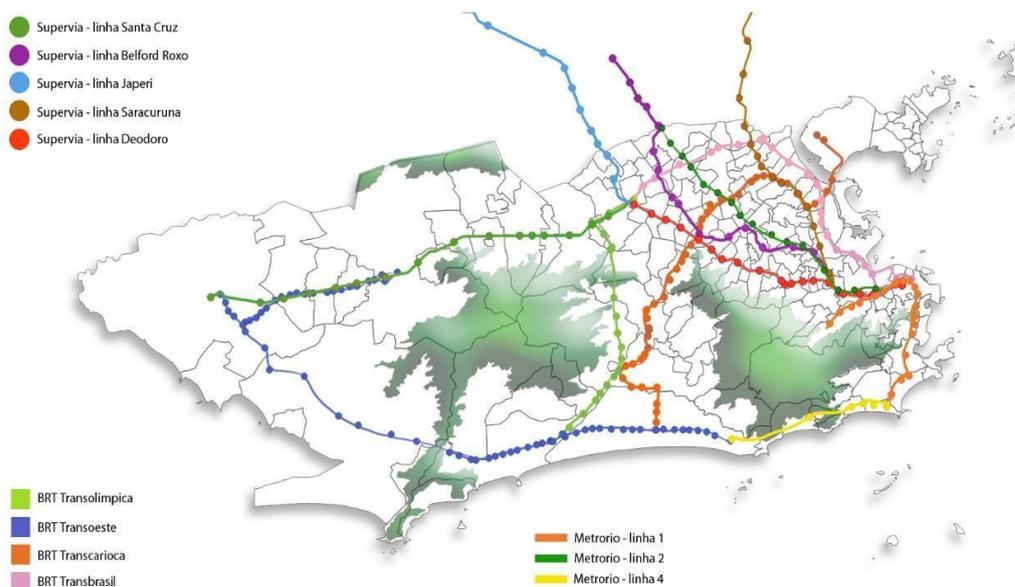
O sistema de transporte modal está desatualizado e sem interligação entre os modais de transporte (trens, metrô, BRT, Ônibus). É preciso:

- criar estações conectadas entre os diversos modais do sistema;
- restabelecer o sistema de cobrança único entre os modais e meios de transporte;

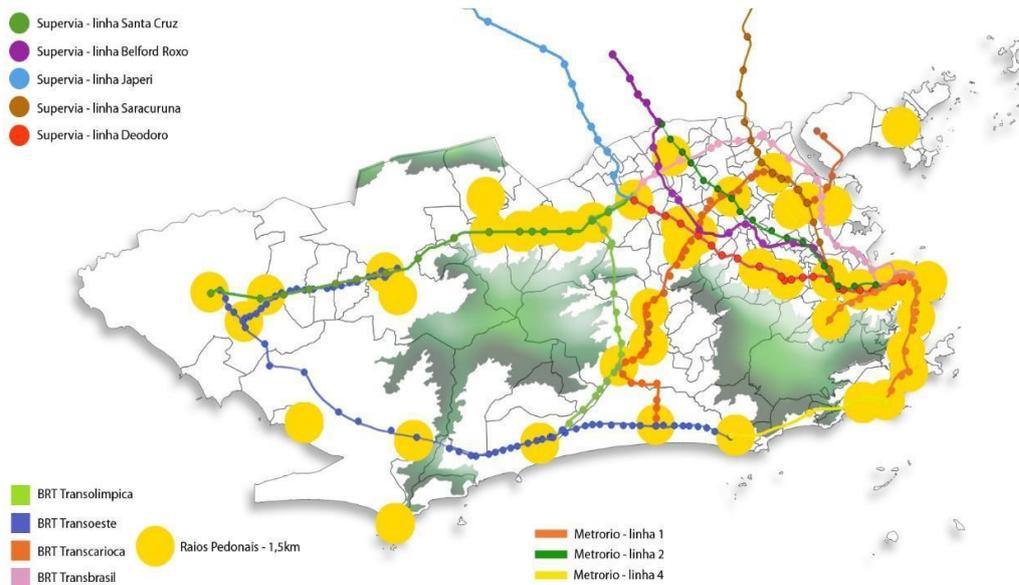
- atender regulamento de acessibilidade universal e mobilidade urbana em todas as estações;
- criar ligação e conexão com sistema cicloviário;
- adequar estações e pontos de parada existentes de acordo com público e densidade de usuários no sistema, no cotidiano e em eventos de grande porte.

Ciclovias

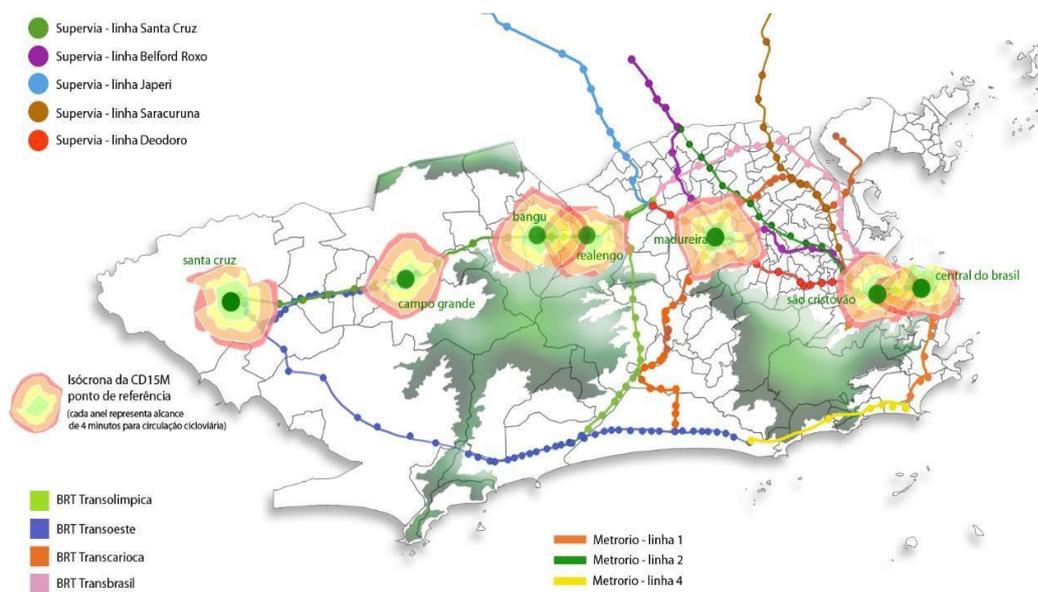
A malha cicloviária inexistente em diversos pontos da cidade, quando existente, é ineficaz para o deslocamento da população, sendo tratada essencialmente como via turística, impedindo que a população use meios de transporte alternativos para movimentação na cidade. Vamos adequar e complementar as vias de deslocamento urbano da malha cicloviária como mecanismo de transporte modal alternativo para a população, criando linhas de comunicação entre as principais estações da rede de transportes municipal e intermunicipal; possibilitando seu deslocamento ininterrupto e adequado, entre bairros e/ou localidades de interesse cultural, comercial, esportivo, de lazer ou de cidadania.



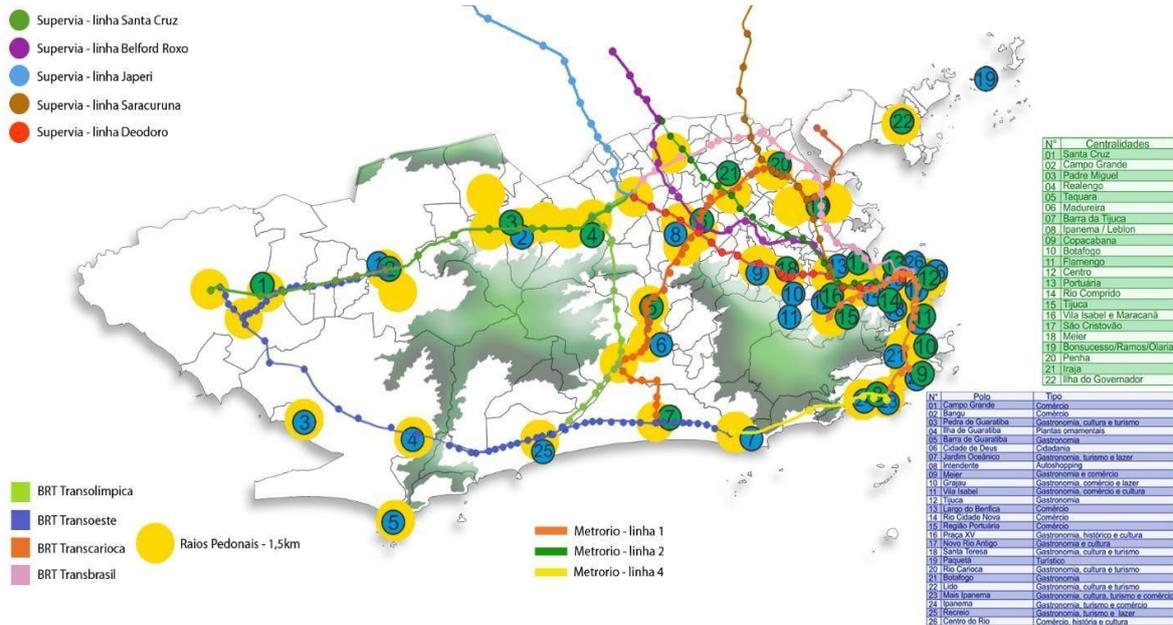
Rede de transporte modal de passageiros (Trens, BRT e Metrô).



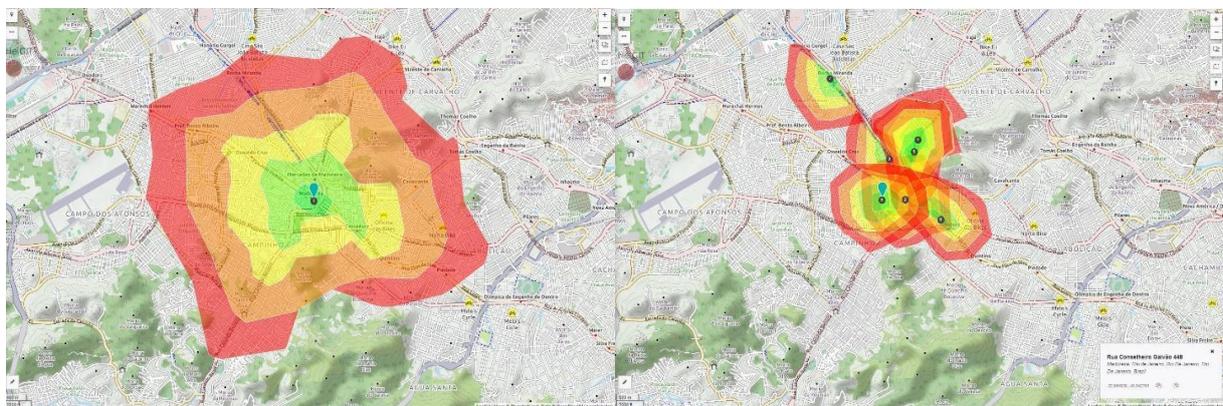
Malha de transporte de passageiros e possíveis pontos de unidade de paisagem para implantação do plano Cidade 15 Minutos.



Malha de transporte de passageiros e indicação de unidades de paisagem para implantação do plano Cidade 15 Minutos, a partir das estações da rede Supervia, linha Santa Cruz. As estações destacadas são Central do Brasil, São Cristóvão, Madureira, Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.



Sobreposição da malha de transporte de passageiros, as centralidades e os polos culturais. Indicação dos possíveis pontos de implantação para o plano Cidade 15 Minutos.



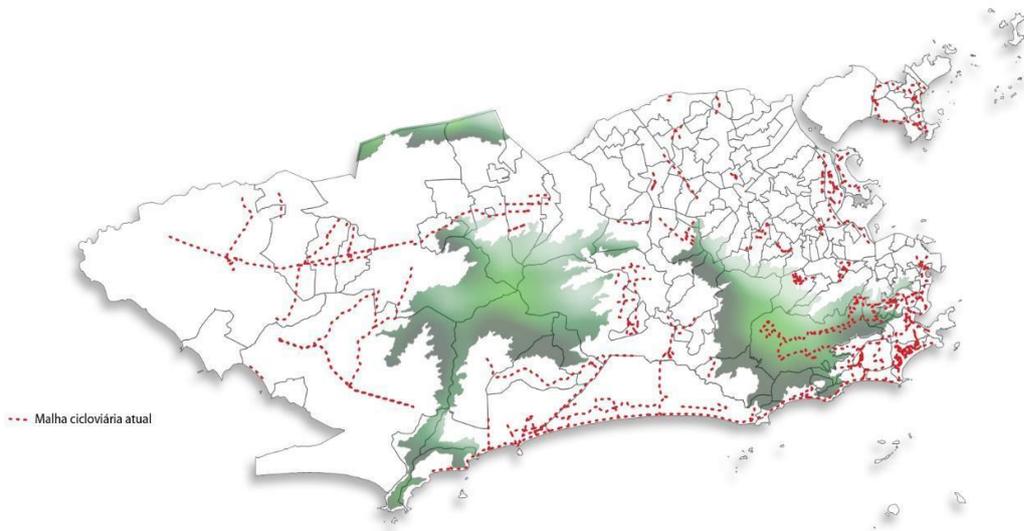
Exemplificação da capacidade de deslocamento de acordo com a diretrizes do plano Cidade 15 Minutos. À esquerda, raio cicloviário previsto (aproximadamente 3,5km). À direita, mesma localidade, raios pedonais previstos e possíveis (aproximadamente 1,5km). Local: Madureira, centralização na estação da linha ferroviária, sentido Santa Cruz.

Infraestrutura de Apoio à Mobilidade Urbana

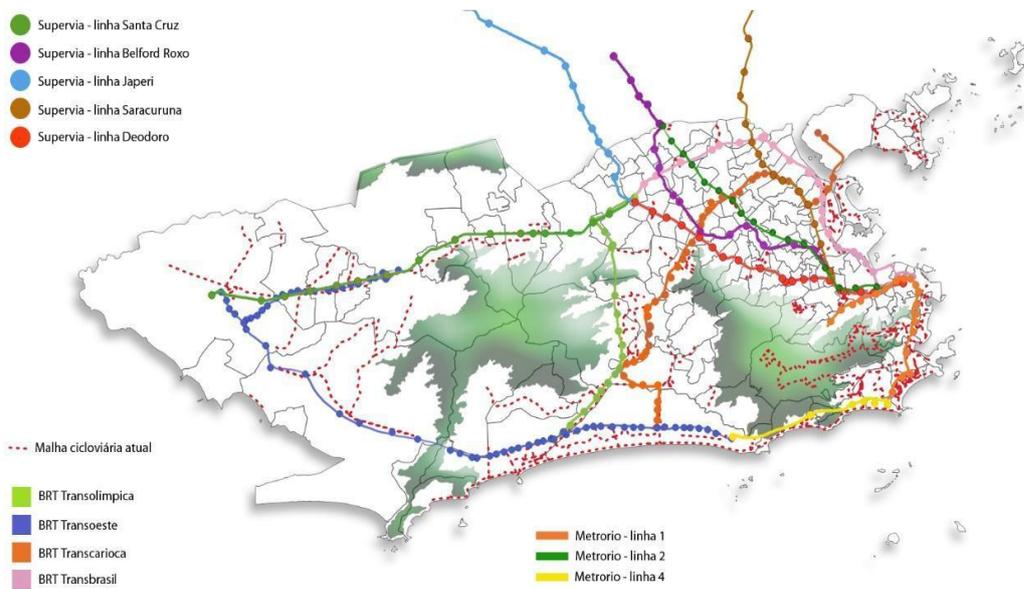
A cidade possui pouca ou nenhuma infraestrutura de apoio ao ciclista e pedestre. Quando existente não atende às reais necessidades e especificações de armazenamento e segurança. Baixa eficiência no desempenho de acondicionamento de veículos próprios quanto ao cuidado essencial (intempéries,

furtos etc.). Pontos de bicicletas compartilhadas pouco eficientes e que não atendem a real necessidade dos usuários. É preciso:

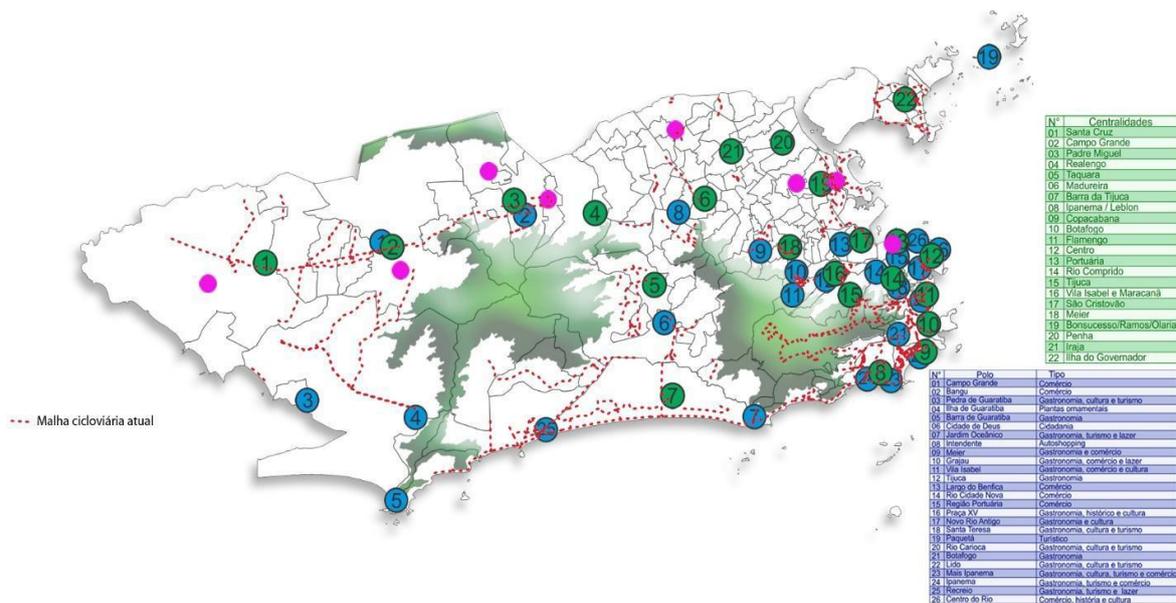
- rever a rede de pontos de bicicletas compartilhadas e avaliar as necessidades locais;
- aumentar o número de pontos para bicicletas e patinetes compartilhados, que atendam a real necessidade dos usuários;
- criar e implantar *hubs* ciclovitários para acondicionamento temporário de bicicletas particulares em pontos de alta movimentação da população nas estações da rede de transportes modal do município;
- adequar a acessibilidade e mobilidade nos pontos de alimentação da malha ciclovitária;
- prover iluminação pública eficiente e que promova a segurança dos usuários nos horários matutinos e noturnos;
- adequar a sinalização de trânsito para assegurar maior segurança e educação nas vias urbanas; e,
- estimular a conexão com a rede de transporte modal do município.



Rede cicloviária municipal atual. Estão incorporados ciclovias e faixas cicloviárias.



Sobreposição da rede cicloviária municipal atual e a rede de transporte modal (trens, metrô e BRT).



Sobreposição da rede cicloviária municipal atual e os pontos de centralidade do município (acordo com sua atividade econômica, cultural, turística e de lazer) e dos polos culturais.

Sinalização

A sinalização de orientação para a população é ineficiente, chegando a ser ausente em alguns locais, provocando atrasos, confusões de trajeto, sensação de insegurança e diminuição na taxa de visitação de pontos turísticos, culturais e de lazer. Vamos reorganizar as orientações na rede de transporte modal, de acordo com as atividades predominantes, permitindo melhor orientação de deslocamento e identificação dos destinos. A ação consiste na elaboração, criação e implantação de identidade visual inerente ao plano de urbanização e mobilidade da Cidade 15 Minutos como recurso de orientação e educação no exercício da cidadania.

Obras Inacabadas

O impacto de obras públicas inacabadas se estende além do gasto realizado e da indisponibilidade do ativo público para a sociedade, verdadeira privação de usufruto de direitos e benefícios. As obras públicas inacabadas ou atrasadas impõem vultosos custos econômicos à sociedade. Estes podem ser estimados a partir de

critérios múltiplos que variam de acordo com o uso funcional da obra: perda de receitas relacionadas à produção, ao turismo, ao desenvolvimento econômico regional, encarecimento de despesas com operação, transporte, saúde, educação, improdutividades e custos de oportunidade em geral conforme a Buildin.

Falta de planejamento adequado, ineficiência da gestão e crise financeira são pilares mencionados com frequência para justificar atrasos, paralizações e sobrecustos de obras públicas inacabadas. Foram apontadas algumas origens recorrentes desses problemas:

- a superficialidade dos projetos de engenharia utilizados na elaboração dos quantitativos e estimativas que fundamentam as licitações, incompatíveis com a complexidade técnica das obras;
- legislação vigente antiquada e incompatível com as boas práticas de mercado;
- a dificuldade de atendimento à gama de requisitos legais para a obtenção de licenças, alvarás, autorizações e registros;
- o excesso de burocracia imposta por órgãos de controle e a pouca proatividade na solução de questões contratuais complexas características de obras públicas;
- o processo legal e financeiro relacionado com as desapropriações;
- as interferências imprevistas das obras com os ativos das concessionárias de serviços;
- o planejamento orçamentário inadequado, desprovido de análise de riscos e, geralmente, restrito ao prazo de um único exercício;
- ineficiência da gestão de ambas as partes, contratantes públicos e contratados privados, representada pela indisponibilidade de efetivos, processos e sistemas, em quantidade e competências compatíveis com as

demandas de planejamento, execução, gerenciamento, fiscalização e incompatibilidades entre as etapas do projeto;

- as constantes mudanças de prioridades e/ou decisões políticas acerca de questões de competência técnica;
- a cultura histórica do segmento de construção de utilização de aditamentos contratuais.

Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, há 131 obras de mandatos anteriores que foram paralisadas por diversos motivos (encerramento de exercício financeiro, problemas de segurança no local, rescisão de contrato, falta de recursos orçamentários e outros) e não foram retomadas. Há obras paralisadas desde 2014.

Mais difícil que recalcular a necessidade de recurso para concluir cada obra é dimensionar o prejuízo e o descaso com a população. Obras públicas paralisadas ou atrasadas não geram somente consequências econômicas. Seus efeitos colaterais vão muito além do que se pode quantificar; os custos sociais e outras variáveis implicadas em projetos não concluídos dentro do previsto também são significativos.

Um relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM-RJ) aponta que o atraso nas obras do BRT Transbrasil já representa uma perda de mais de R\$ 730 milhões. O cálculo levou em conta atrasos em engarrafamentos, licenças médicas por causa de acidentes, perda de oportunidades para os cidadãos e falta de investimento em outras possíveis empreitadas. A obra começou em 25 de novembro de 2014 e deveria ter terminado em 13 de maio de 2017 (<https://g1.globo.com>).

Ainda segundo <https://g1.globo.com>). Várias unidades de saúde do Rio estão com obras paradas ou com pouco avanço:

- Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, no Engenho de Dentro;
- Maternidade Herculano Pinheiro, em Madureira;

- Maternidade Carmela Dutra, no Méier;
- Hospital Nossa Senhora do Loreto, na Ilha do Governador;
- Hospital Souza Aguiar, no Centro;
- Hospital Barata Ribeiro, na Mangueira (onde funciona também o Hospital Geriátrico Miguel Pedro).

Empreendimentos de infraestrutura públicos são complexos e demandam ações sistemáticas, integradas e constantes. O todo deve ser sempre identificado, discutido, analisado e resolvido por meio de soluções sustentáveis que possam proporcionar o melhor para todos os envolvidos. Estudos preliminares bem elaborados, comunicação adequada entre atores, definição clara da coordenação da implantação do projeto, das tarefas e das obrigações e intenso monitoramento são alguns aspectos presentes nas melhores práticas para o gerenciamento de obras.

A qualidade dos projetos resulta de um escopo bem definido, estudos preliminares bem elaborados e um bom processo de monitoramento. E a coordenação clara ao longo da implantação facilita a integração das diversas especialidades do projeto e a interlocução entre atores.

Em termos muito simples, a proposta é executar todas as obras pendentes ao longo dos dois primeiros anos de governo. Todas essas obras serão revistas sob os aspectos técnicos, socioeconômicos, ambientais e contratuais. As comunidades serão efetivamente convidadas a participar das decisões.

O objetivo é executar todas as obras ao longo dos dois primeiros anos de governo.

Diretrizes:

- fazer estudo detalhado de cada obra inacabada;

- verificar a situação jurídica de cada projeto e, se for o caso, realizar novos editais;
- buscar parceiros privados para apoiar o desembolso financeiro;
- estabelecer todas as medidas necessárias (desembaraços jurídicos, participação das comunidades, alocação de recursos e outros) para dar início às obras em curtíssimo prazo;
- realizar um cadastro especial de mão de obra que resida próxima às obras, reduzindo despesas individuais e tempos de viagens;
- planejar as obras de forma que estejam bem distribuídas em todas as regiões administrativas, naturalmente, priorizando as regiões mais necessitadas. Essa distribuição também garantirá uma empregabilidade bem distribuída;
- empregar legislação, tecnologias, práticas, transparência e desembolsos que ofereçam respostas consistentes em todas as fases das obras e minimizem impedâncias de qualquer natureza.

Propostas

Retomada das Obras

Foram identificadas 131 obras inacabadas da Prefeitura do Rio de Janeiro. Com base no que já foi parcialmente pago para cada obra, o saldo remanescente foi trazido a valor presente empregando o Índice SINAPI e, sempre que possível, acrescido da depreciação física decorrente do tempo de paralização de cada obra. O estudo indica que serão necessários R\$ 2,252 bilhões para concluir todas as obras.

Ainda desse conjunto, foram priorizadas 43 obras consideradas as mais importantes para a população. O montante calculado para concluí-las é de R\$ 1,466 bilhões. As

43 obras mais importantes visam atender as necessidades mais prementes da população e estão assim distribuídas por região administrativa no Rio de Janeiro:

- **Barra e Jacarepaguá:** 4 obras, desembolso de R\$ 65,334 milhões, que incluem contenção de encostas e drenagem, canalização de rios, construção de escolas e creches e Bairro Maravilha Oeste (Muzema);
- **Centro e Centro Histórico:** 4 obras, desembolso de R\$ 79,044 milhões, que incluem contenção de encostas e drenagem, pavimentação, iluminação, redes elétrica e hidrossanitária e manejo de águas pluviais;
- **Grande Tijuca:** 3 obras, desembolso de R\$ 39,550 milhões, que incluem recuperação e revitalização do Túnel Noel Rosa e contenção de encostas e drenagem;
- **Zona Norte:** 11 obras, desembolso de R\$ 213,241 milhões, que incluem contenção de encostas e drenagem, canalização de rios, pavimentação, iluminação, redes elétrica e hidrossanitária, construção de escolas e creches, Favela Brás de Pina e Bairro Maravilha Norte (Vaz Lobo);
- **Zona Oeste:** 19 obras, desembolso de R\$ 1.054,116 milhões, que incluem contenção de encostas e drenagem, canalização de rios, pavimentação, iluminação, redes elétrica e hidrossanitária, construção de escolas e creches, BRT Transbrasil e Bairro Maravilha Oeste (Guaratiba);
- **Zona Sul:** 2 obras, desembolso de R\$ 14,378 milhões, que incluem contenção de encostas e drenagem, intervenções na rede da Cedae.
- **TransBrasil:** Analisar a situação da obra para fins de planejamento e efetiva operação para a sociedade dentro de 24 meses. A Av. Brasil é o principal eixo da cidade, responsável não só pelo fluxo de pessoas, mas também mercadorias. As faixas que serão segregadas para o BRT impactarão as faixas remanescentes: veículos particulares e caminhões serão premidos

nessas faixas. É preciso analisar o cenário e resolver o problema com capacidade, vontade e inteligência. Felizmente, possuímos esses ativos:

- 1) O BRT Transbrasil deverá trabalhar tecnologicamente coordenado com o metrô e a Supervia – que correm em paralelo – no que tange ao transporte das pessoas.
- 2) Se o BRT Transbrasil oferecer um serviço de qualidade (principalmente regularidade de horários), poderá haver migração do veículo particular para esse transporte público.
- 3) Será preciso adquirir frota de ônibus para movimentar os passageiros do BRT Transbrasil. Isso foi simplesmente deixado de lado pelos governos anteriores. Isso será providenciado paralelamente à conclusão da obra.
- 4) A fluidez das cargas não poderá ser prejudicada. Pelo contrário! Se bem coordenado, o BRT Transbrasil poderá ser um aliado do transporte de cargas, oferecendo espaço na sua grade horária. Há diversas variáveis técnicas a considerar, mas é totalmente viável.

Este Plano de Governo revitalizará o Porto do Rio de Janeiro no seu papel fundamental de troca de mercadorias, incrementando-o e transformando-o merecidamente num dos principais portos do país. É imprescindível que o fluxo de cargas do porto faça bom uso da Av. Brasil. É autoexplicativo.

Embora não esteja no rol de obras da Prefeitura, é fundamental para a cidade a conclusão obra do Museu da Imagem e do Som, MIS, em Copacabana, construção iniciada em 2010.

Destaca-se que cada obra precisa ser reavaliada por peritos para comprovar a real dimensão da depreciação física, bem como a necessidade de ajustes decorrentes da evolução da sua destinação funcional. Há uma planilha que apresenta os resultados.

Para as 43 obras, a expectativa de geração de empregos diretos é de 5.580. Extrapolando para as 131 obras inacabadas, a expectativa de geração de empregos diretos é de 8.570.

Zona Portuária

Se cada cidade tem um motivo para existir, devemos reconhecer que o Rio nasceu do porto. Abençoada com um dos quatro portos naturais do litoral brasileiro, a cidade se desenvolveu a partir de sua atividade portuária. Através dela tornou-se a capital do Brasil em 1763 e do Império português em 1815-1822. Foi a principal cidade do país até 1960, quando a capital se muda para Brasília. O porto ajudou a moldar o povo. Hospitaleiro, aberto e cosmopolita.

Não há dúvida de que a região necessitava de uma revisão urbana para ser revitalizada, porém o programa recente denominado “Porto Maravilha”, a despeito de suas diretrizes iniciais, não obteve sucesso. A situação que se observa é que, mesmo com o gasto da ordem de 10 bilhões de reais, a região não decolou. O consórcio, originalmente público, transformou-se em privado. A nova empresa passou a ter poderes de “prefeitura” na região, sendo remunerada por esta prestação de serviço. Contrato de relacionamento conturbado, usualmente por inadimplência do estado (prefeitura), por vezes interrompendo os serviços de varrição, coleta de lixo e a operação do túnel Marcelo Alencar, que custa aos cofres públicos a conta de 13 milhões de reais conforme informado pela Prefeitura.

Na contramão das tendências mundiais e do projeto Porto do Rio Século XXI (2007), as diretrizes de zoneamento do “Porto Maravilha” contemplaram a redução das atividades portuárias com sua concentração na área do Caju. Este fato desconsidera a substancial carga tributária considerável geração de empregos na região em que, aproximadamente 50% dos trabalhadores, habitavam a região portuária.

Observam-se uma série de inconsistências no EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) produzido para o Porto Maravilha. Estes vão desde a lista de equipamentos urbanos e comunitários (22 listados x 122 existentes), estimativa e reivindicações das populações das favelas até as necessidade de saúde (não há atendimento de emergência na região nem uma farmácia 24 horas). Para um incremento populacional previsto (no projeto Porto Maravilha) de 300.000, apenas 500 moradias estavam destinadas a habitação social para a faixa acima de 5

salários mínimos – enquanto na região, o predomínio é de famílias com renda de até 3 salários mínimos conforme aponta a Vitruvius. Adicionando ainda a ausência de política mitigatória do efeito da gentrificação, podemos aferir o direcionamento da ocupação da região.

Sob um aspecto demográfico observamos que a população carioca está em processo de envelhecimento. Seremos por volta de 7 milhões de habitantes em 2040 (atualmente somos 6.7 milhões) quando o número de habitantes no município começa a diminuir. Esta visão nos propõe uma perspectiva e um desafio. Já sabemos quantas pessoas educar, tratar, assim como prover habitação e ocupação em um horizonte de 20 anos. Por outro lado, a visão da sustentabilidade urbana propõe a compactação das cidades no sentido de uma melhor utilização da infraestrutura de serviços e mobilidade. Ainda verificamos que um dos maiores desafios será promover o gradual deslocamento das populações atualmente residentes nos aglomerados subnormais (favelas e comunidades) para o território formal. Devemos considerar também uma demanda reprimida identificada na classe média na faixa de 25 a 35 anos de idade de trabalhadores que não conseguem se emancipar em termos de habitação, muitas vezes residindo na habitação da família devido aos altos valores do mercado imobiliário. Ao compreendermos todos elementos acima, observamos que uma das soluções é promover a habitação social e acessível na região central da cidade.

A Zona Portuária possui uma área equivalente a 1/3 da área do Centro do Rio de Janeiro. A ocupação proposta pelo zoneamento do Porto Maravilha não gerou os resultados esperados, por diversos motivos e carece de uma reavaliação. Se faz necessária o incentivo de ocupação através de uma liberação do zoneamento de suas áreas oeste (Francisco Bicalho) e leste (Praça Mauá – zona turística) através de uma ocupação nucleada permeada por um mix de uso residencial e comercial, por vezes no próprio lote do empreendimento, formando um tecido urbano de uma cidade com um crescimento orgânico natural.

Nesta fusão de usos, deve ser privilegiado o retorno da atividade portuária, através da recuperação da área do retroporto adjacente à orla marítima. A expansão para a área do Caju deve ser mantida e ampliada, pois é o território que apresenta melhores opções de expansão para atividades de infraestrutura portuária, devendo ser recuperadas e revisadas as diretrizes do *projeto Porto do Rio Século XXI*

conforme apontamento da Firjan. A região ainda oferece as melhores opções rodovias e ferroviárias para o transporte de carga.

A ampliação da atividade portuária, não necessariamente deve ser excludente com as outras atividades de habitação e negócios. Os parâmetros de competitividade devem ser baseados nos programas portuários de cidades como Rotterdam, Dublin e Hamburgo, onde a economia de concentração gerada pela interface de recursos e oportunidades é fomentada pelas oportunidades tecnológicas formando o de *Smart Docklands*.

Se faz necessário o fomento da inovação. Territorialmente o Cajú está muito próximo do Parque Tecnológico da UFRJ (1km), onde empresas como Petrobrás, Vale e outros relacionados a atividade portuária possuem instalações de pesquisa. É um passo natural gerar uma conexão direta entre estas regiões. Para tal se propõe uma ponte (opcionalmente levadiça) de apenas 170 metros. Esta ligação física promoverá uma relação simbiótica para as duas regiões potencializando a questão da inovação e retomada da atividade portuária.

Em termos de mobilidade, devemos considerar a expansão da linha de VLT à UFRJ através da região do Cajú e da conexão proposta reconectando a região ao Centro do Rio.

Naturalmente as Favelas Quinta do Caju, Parque Nossa Senhora da Penha e da Ladeira serão beneficiadas pelas ações em conjunto presentes neste plano (saneamento, assistência técnica, Indústria da reciclagem, Universidade na Cidade e etc.), porém ainda mais com a geração de empregos e mobilidade geradas a partir da retomada das ações do porto.

O conceito da “Cidade de 15 Minutos” permeará a ocupação e replanejamento da região portuária e Cajú, através da análise e implantação de serviços essenciais de saúde, assistência psicossocial, mobilidade, CRAS e comércio de primeiras necessidades, no máximo a uma distância equivalente de 15 minutos de sua residência.

A Baía de Guanabara está se transformando em um cemitério de embarcações abandonadas, o que naturalmente se transforma em um passível ambiental importante. A oportunidade que surge é a geração de uma PPP para a reciclagem destes navios para a obtenção e reciclagem de matéria prima. Territorialmente esta indústria também pode ser abrigada na região do Cajú, que coincidentemente já

possui um EcoParque de reciclagem. A região, então conectada à UFRJ se transformará então em centro de reciclagem e inovação referencial para a indústria, além de colaborar na despoluição da Baía de Guanabara.

Diretrizes:

- recuperação da imagem da cidade portuária na zona produtiva do Cais do Caju;
- integração de redes, pessoas e comunicação para o estabelecimento da Smart Dockland;
- desenvolvimento de Tecnologia Naval, para o aprimoramento da indústria portuária, como: Zonas para embarcações inteligentes; Rede de sensores e monitoramento territorial; Propulsão e geração de energia como nova tecnologia para os sistemas territoriais; Produção e investigação de novos materiais e tecnologias nas zonas marítimas;
- desenvolvimento de sistemas autônomos, controle de energia, tecnologia livre 5G, serviços urbanos e monitoramento de casuísticas no território. Aplicação de Big Data no desenvolvimento local;
- fomento à Biotecnologia Marinha existente na Zona Portuária e Baía de Guanabara, projeto de recuperação da fauna e flora local;
- uso de tecnologia e construção avançada através de Incubadoras de Desenvolvimento Territorial;
- sistemas eletrônicos de monitoramento e Incubadoras de suporte à inovação;

- ampliação da comunicação e capacidade humana, através de redes de ensino direcionadas;
- captação de jovens talentos e programas de oportunidades para a população das favelas ao longo da zona portuária.

Propostas

Estabelecimento da Smart Dockland

A falta de conectividade entre os modais urbanos, entroncamentos ferroviários, carência quanto ao sistema de escoamento e fragilidade não organizacional e operativa da zona de Hinterland, segregando a cidade formal e informal, cuja gestão se vê prejudicada devido à carência de um plano de “Gestão Territorial do Porto”. Esse fato na atualidade, não conecta a cidade com suas zonas turísticas e carece de investimentos nos últimos 5 anos, ocasionando o crescimento do desemprego no setor naval e urbano. Precisamos trabalhar a recuperação territorial e a implementação de uma rede articulada entre emprego, mobilidade, logística e inovação para os usuários do porto e adjacências.

Zona Portuária do Rio de Janeiro

Precisamos de um Plano de Gestão Governamental da Zona Portuária do Rio de Janeiro, que envolva o Município, o Estado e a União, que envolva projetos estruturados, programas de formação de mão de obra e desenvolvimento econômico-territorial. A área precisa passar por uma reconversão territorial, com investimento em tecnologia naval e de conectividade com o entorno da Operação Consorciada do Porto Maravilha, pois o que observamos atualmente é a degradação das zonas de estocagem, declínio da produção dos estaleiros e ruptura comunitária mais especificamente na região do Cais do Caju.

Caminhada Urbana, o “Porto em 15 minutos”

É preciso formar núcleos de desenvolvimento em uma zona territorial de 15 minutos de percurso induzido. A área do Porto do Rio de Janeiro carece de setores interligados devido a sua degradação espacial, ocasionando segregação entre os “modos operandi” de serviços, redes, empregos e de ambiência urbana qualificada. As atuais características urbanas – devido a sua má qualificação territorial, espacial e funcional – encontra-se fragilizada. É fundamental gerarmos permeabilidade territorial entre o Porto, a Favela Quinta do Caju e a Favela Nossa Senhora da Penha, possibilitando uma nova rede de serviços, novas infraestruturas de atendimento urbano e redes integradas de mitigação ao desenvolvimento da população local, remodelação dos sistemas operacionais e integração de novos sistemas inteligentes. Desta maneira o território passa a atuar como um atrativo de atividades e população, elevando os índice de desenvolvimento territorial, econômico e de inovações.

Gestão e Inovação da Zona Portuária do Rio de Janeiro

O que observamos é a completa desagregação da política local de fomento do desenvolvimento do Porto do Rio de Janeiro. As atuais áreas se encontram desconectadas e a necessidade de formulação de políticas públicas entre os diversos agentes torna-se fundamental para o processo de reconversão, atração profissional, equidade urbana e relação “Cidade Porto”. A possibilidade permite a integração de uma política que venha ser modelo para outros planos territoriais de áreas fragmentadas, como um processo de modelo integrado de Cidade-Porto. É preciso uma política carioca para a Zona Portuária do Rio de Janeiro, com ações de beneficiamento econômico para o território e criação de modelos a curto prazo de políticas e protocolos de diminuição ao impacto climático e a desigualdade.

Política de recuperação territorial em Zonas de Favelas e o Porto

As atuais favelas junto às zonas industriais, portuárias ou infraestruturas se encontram e conformam “ilhas urbanas” devido à falta de conectividade, incentivo e fomento para o desenvolvimento populacional e territorial. É urgente trabalharmos melhorias na qualificação territorial, programas de suporte ao desenvolvimento urbano e humano.

A desconexão e descaracterização enquanto ocupações territoriais, decorrem da fragilidade e da falta de programas públicos em incentivo a ações de inovação, infraestrutura, microempreendedores, programas para jovens, realocação para idosos e aprimoramentos técnicos, além da melhoria da qualidade da ambiência urbana e qualificação do território construído.

Plano de Recuperação Econômica entre Cidade e Porto e criação do “Porto Sustentável”

A atual falência do Porto e de seus estaleiros decorrem do declínio e da competitividade portuária devida à queda de produtividade, dos índices de emprego e da falta de instrumentos de financeirização para a impulsão de inovação e gestão portuária. O grande número de áreas em esvaziamento de infraestruturas, soma-se a carência da renovação e implantação de mão de obra, a atração de capitais estrangeiros e o estabelecimento de uma competitividade quanto imagem e inovação. É imprescindível uma política de fomento econômico e alavancamento de fundos de investimentos internacionais que propiciem melhoria territorial e novas políticas públicas como protocolos para o desenvolvimento local quanto para a recuperação de margens, geografia e impactos ao meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



O desenvolvimento econômico é a base de uma cidade equilibrada e feliz. Sem ele todos os problemas se agravam e as soluções viram paliativos que adiam ou diminuem as dores da população sem oferecer a cura, que são o emprego e a renda.

Estruturamos o desenvolvimento econômico para a Cidade do Rio de Janeiro em três grandes frentes de ação. Primeiramente precisamos de uma gestão pública de qualidade, que estabeleça diálogo com os setores econômicos de forma sistemática, simples e organizada, que seja capaz de transformar a Prefeitura em um grande agente de soluções e resolubilidade. É necessário reativar programas e instalações de impacto para a comunidade, utilizando o potencial de contratação da Prefeitura de forma a desenvolver o emprego e a economia na cidade.

A segunda frente de atuação consiste em mudar o paradigma local de desenvolvimento, incorporando práticas de sucesso focada na indústria de grande escala. Promovendo o *scale-up* das empresas com 10 funcionários para 100 funcionários. Aumentar o número de companhias com mais de mil trabalhadores. E assessorar as comunidades para o estabelecimento de uma rede local de suprimentos por meio do desenvolvimento de mão de obra através cooperativas locais.

Por fim, é preciso reativar setores industriais que a cidade já teve e revitalizar as cadeias econômicas existentes que se encontram em rota de crise. Para tanto, é fundamental focarmos na ativação do turismo de trabalho e lazer, por meio de eventos, feiras e um calendário bem estruturado fortalecendo a indústria criativa, a cultura e o esporte. Precisamos fortalecer mercados importantes como o financeiro, de energia (óleo e gás), logística, audiovisual, construção civil, biotecnologia, alimentos, cias aéreas, moda, bebida e pesca. Além, claro, atrair novas cadeias produtivas como *fintechs* (empresas baseadas em tecnologia de software) e a indústria de alimentos processados.

Marco Aurélio Sá Ribeiro

Indústria e Parceria Público Privada

O Rio de Janeiro vem observando um verdadeiro desmonte do setor industrial nos últimos anos. É preciso e temos condições de reverter este quadro. O setor logístico casa bem com as características vocacionais da cidade como a existência de porto de grande porte, malha rodoviária de qualidade, bons aeroportos, áreas para armazéns e até acesso ferroviário.

O setor de portos atrai a construção naval, que no Rio de Janeiro já chegou a empregar 89 mil trabalhadores (sinaval, 2020; <http://sinaval.org.br/tag/emprego/>), uma vez que a cidade possui o maior polo naval do país e é sede dos dois maiores clientes – Petrobras e Transpetro.

O setor farmacêutico no Estado tem faturamento de quase 8 bilhões de reais (Interfarma) e sua fatia representa 11% no mercado brasileiro. A Roche anunciou em 2019 que encerrará as atividades de sua unidade fabril no Rio de Janeiro, o que representa o fechamento de mais de 400 postos de trabalho. A segurança é a principal preocupação.

Quanto a indústria alimentícia precisamos recuperar que ela é a maior empregadora no Brasil, com mais de 1,6 milhões de empregos diretos (IBGE, RAIS2018), representando 23% de toda a indústria de transformação RAIS 2018, 9,6% do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro RAIS 2018 e a cidade do Rio de Janeiro é sede da Coca-Cola no Brasil e já foi sede da Ambev.

A indústria do audiovisual é a cara do Rio de Janeiro. A cidade é sede da Rede Globo, de um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, concentra cerca de 15 mil funcionários com faturamento na ordem de 14 bilhões de reais, mas infelizmente vem diminuindo suas operações. ([Valor econômico](#))

E, apesar de despercebido por muitos, a cidade é celeiro dos maiores polos educacionais privados do país. Como PUC, Veiga de Almeida, Unisum, Unigranrio, Estácio, Mackenzie; mas amargou o fechamento da Gama Filho, Candido Mendes, Santa Úrsula e UniverCidade nos últimos anos.

E por fim, precisamos lembrar que a cidade já teve sua própria bolsa de valores.

Infelizmente, o Rio de hoje compete com a cidade de ontem. Precisamos recuperar nossas vocações e retomarmos o ciclo do desenvolvimento econômico sustentado.

Diretrizes:

- aumento significativo na geração de emprego e renda na capital;
- retomar o crescimento de regiões vitais para a indústria como o Distrito Industrial de Santa Cruz, Região Portuária e Avenida Brasil;
- fortalecimento da indústria criativa; da promoção da cultura e do esporte;
- investimento na promoção da cidade para o crescimento do turismo;
- calendário de eventos esportivos, culturais e demais atividades;
- estímulo a cooperativas em comunidades para desenvolvimento econômico;
- fortalecimento do empreendedorismo jovem e de lideranças mulheres, chefes de família;
- atração de indústrias acima de mil funcionários;
- tecnologia e inovação como eixo central do desenvolvimento setorial;
- retomada das obras de infraestrutura já dentro do escopo de Cidade & Sustentabilidade (capítulo respectivo) gerando empregos e melhor infraestrutura para a cidade receber investimento;]
- atuar para a melhoria das classificações do Rio de Janeiro pelas agências de risco para a retomada de investimento de organismos internacionais.

Propostas

100 / 1.000

Na gestão vamos trabalhar para atrairmos ao menos 100 empresas de grande porte que gerarão cerca de mil empregos diretos cada uma, para podemos alcançar 100 mil empregos em quatro anos.

A cidade do Rio de Janeiro, assim como o Estado, possui, historicamente, poucas empresas de grande porte. Nos últimos 20 anos o município perdeu diversas empresas. Somente entre 2013 a 2018, houve a redução de 39 empresas de grande porte na cidade. No setor de indústria perdemos oito empreendimentos e na construção civil foram outras nove (rais 2013/ rais2018)

É preciso, urgentemente, recriar as condições necessárias através dos seguintes vetores: segurança para as empresas operarem, desburocratização para a sua instalação, divulgar a cidade como destino de investimentos e integração das universidades e instituições de ensino com as empresas para qualificação da mão de obra necessária e desenvolvimento tecnológico.

Eixos de Fertilidade Econômica

A Avenida Brasil perdeu boa parte das empresas e indústrias no seu entorno, criando vácuos ocupados por novas comunidades e formas de organização econômica marginais. A área portuária que poderia crescer como hub logístico e cultural, continua semi ocupada economicamente. O desenvolvimento de novas indústrias em Santa Cruz, que possui vocação para o setor, atenderia a população local evitando deslocamentos longos para o centro da cidade. Jacarepaguá e Barra têm importantes polos audiovisuais, farmacêutico e esportivo instalados e que devem ser dinamizados.

Avenida Brasil, Região Portuária, Santa Cruz e Jacarepaguá/Barra passam a serem compreendidas como Eixos de Fertilidade Econômica e podem ser potencializadas a partir do desenvolvimento de ações que: i) aumentem as condições de segurança, percebido como o maior entrave pelas empresas de fora do Rio; ii) articulação intergovernamental e intersetorial com órgão de fomento, Governo do Estado e a Prefeitura; iii) formação de uma rede local de suprimentos por meio do

desenvolvimento de mão de obra através cooperativas locais; e, iv) crédito por meio de cooperação com instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Caixa Econômica Federal – CF.

Todas essas ações, de forma articuladas, criarão o cenário para atração de novos negócios, revitalização regional e a geração de emprego e renda.

Clusters Industriais

Perda gradativa de indústrias importantes e tradicionais. É preciso organizar os empreendimentos para reativar e consolidar os setores industriais (clusters) como o turismo receptivo de massa; óleo e gás; pesca; carnaval e samba, indústria alimentícia, indústria da moda, indústria naval; mercado financeiro, indústria audiovisual, logística, construção civil.

Com cada cluster serão trabalhadas as seguintes dimensões: segurança, transporte/logística, rede de suprimentos local, crédito em conjunto com o BNDES, BID, Caixa econômica e Finep.

Essa ação gera empregos, aumento na arrecadação, recuperação de áreas urbanas e melhoria da imagem da cidade.

Criação da Câmara Carioca de Tecnologia

O Rio de Janeiro possui duas universidades federais, uma estadual e uma universidade privada de Grande Porte: a PUC. Ligados a essas universidades existem numerosos projetos e centros de pesquisa envolvendo empresas e órgão federais de financiamento, como CAPES, Finep e CNPQ. O Rio é a sede da Finep, INPI e BNDES, entidades que fomentam o desenvolvimento industrial e tecnológico. Criar um programa focado no desenvolvimento e registro de patentes no nosso estado e de inovação aberta para a Prefeitura e empresas que atuam na cidade.

Cultura, Turismo & Eventos

Apesar do conceito economia criativa estar incluído no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio, o tema cultura não é tratado como uma atividade econômica. O tema é tratado de forma pulverizada por várias secretarias.

Existem relativamente poucas estatísticas e dados históricos ligados à economia criativa para o município do Rio. Falta articulação e promoção dos segmentos que compõem a economia criativa. É necessário criar a infraestrutura e arcabouço institucional para produzir, distribuir, consumir e fomentar os negócios nos setores.

A área de turismo é a que tem uma maior maturidade e melhor nível de interlocução com os *players* no mercado.

Para se obter uma temperatura dos setores, foram feitas 13 entrevistas com representantes dos segmentos de turismo, audiovisual, organização de eventos, design, editoras e gastronomia. Desta forma, as diretrizes prioritárias são:

Diretrizes:

- interlocução e diálogo entre o Governo Municipal e os diversos segmentos;
- comunidades e periferias incluídas nas discussões relacionadas às questões locais;
- desenvolvimento de competências de gestão e técnicas nos diversos segmentos;
- desburocratizar os processos;
- fomentar o interesse em desenvolver a cultura;
- Reabrir e/ou modernizar espaços culturais da Prefeitura
- interesse do governo em fomentar a cultura no Rio;

- acolhimento do poder público;
- iluminação pública, ordenamento urbano e segurança;
- ambiente de negócios favorável.

É preciso incluir o Rio de Janeiro no *World Cities Culture Forum*, estabelecer parcerias com instituições acadêmicas para criação de plataforma de dados e estudos setoriais para a Economia Criativa no Rio de Janeiro e liderar iniciativas de interlocução setorial

Propostas

Plano Municipal de Cultura

Elaborar o Plano Municipal de Cultura com a participação da sociedade civil, criando a criação de uma estratégia sustentável, inclusiva e democrática para a cultura no município do Rio de Janeiro. Esta estratégia deverá incluir programas contínuos de promoção da cultura, ações para fortalecimento da marca Rio, a inclusão de segmentos não contemplados no plano em vigor e a criação de um canal interativo de acompanhamento das metas. A elaboração do plano será com a participação a Sociedade Civil em workshops e consulta públicas, buscando envolver todos os segmentos culturais e de turismo.

Rio Cultura Local o Ano Todo

O programa RIO CULTURA LOCAL O ANO TODO tem como objetivo a valorização da cultura e promoção de eventos distribuídos por todos os bairros do Rio de Janeiro. O Rio tem uma enorme diversidade cultural que tem sido pouco explorada pelos governos anteriores. O programa incluirá os diversos eixos da Economia Criativa do Rio de Janeiro, buscando sempre combinar a oferta de produtos culturais com o desenvolvimento do entorno e a valorização da mão de obra local. São propostos os seguintes temas, que podem ser combinados entre si.

- a. Projeto Rio Distritos Musicais (música/eventos/gastronomia);

- b. Projeto Rio do Livro (em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação);
- c. Projeto Rio da Tecnologia (em conjunto com a SME e a Secretaria de Tecnologia ;
- d. Projeto Rio do Carnaval e do Samba (música/artesanato/rodas de samba/moda/eventos);
- e. Projeto Rio da Arte (artes visuais/eventos/street art)Projeto Rio de Bairro –
- f. ;Praças e Coretos (música/artes visuais/artes cênicas/eventos/moda/livros/gastronomia);
- g. Projeto Rio da Gastronomia (gastronomia, música, eventos);
- h. Projeto Rio da Noite (música/eventos/gastronomia/artes cênicas).

Já foram identificados alguns locais potenciais para a realização do programa, conforme levantamento realizado em 2011, com o projeto Polos do Rio e com os locais registrados no Sistema Carioca Digital (<https://services-carioca.rio.rj.gov.br/group/guest/mesas-e-cadeiras>):

- Polo Gastronômico da Av. Brás de Pina.
- Polo Gastronômico do Alto Meier.
- Quarteirão Cultural e Gastronômico do Arco do Teles.
- Quarteirão Cultural da Av. Mem de Sá e Adjacências.
- Polo Gastronômico do Baixo Uruguai.
- Quarteirão Cultural da Rua do Lavradio - Polo Cultural e Gastronômico do Novo Rio Antigo.
- Projeto Rio Mar - Av. Atlântica.
- Polo Turístico Gastronômico da Rua Jangadeiros.
- Polo Mais Ipanema - Gastronomia, Turismo, Cultura e Lazer.
- Polo Gastronômico Baixo Tijuca.
- Polo Gastronômico de Vila Isabel.
- Polo Gastronômico do Grajaú.
- Polo Gastronômico da Praça da Bandeira.
- Polo Gastronômico da Praça Saens Peña.
- Polo Gastronômico da Tijuca.
- Projeto URB-Cidade Guadalupe.
- Polos Bangu**

- Polos Barra de Guaratiba**
- Polo Comercial Largo do Benfica**
- Polo Gastronômico de Botafogo**
- Polo Campo Grande**
- Polo Rio Cidade Nova**
- Polo Comercial de Automóveis Intendente Autoshopping**
- Polo Jardim Oceânico**
- Polo Gastronômico, Turístico e Cultural do Lido**
- Polo Mais Ipanema – Gastronomia, Turismo, Cultura e Lazer**
- Polo Turístico da Ilha de Paquetá**
- Polo Plantas Ornamentais de Guaratiba**
- Polo Histórico, Cultural e Gastronômico da Praça XV**
- Polo Quadrilátero do Charme **
- Polo Região Portuária**
- Polo Novo Rio Antigo**
- Polo Gastronômico, Cultural e Turístico de Santa Teresa**
- Polo Gastronômico da Tijuca**

**Regiões mapeadas no Projeto Censo do Polos 2011, no âmbito do Programa POLOS DO RIO, instituído pelo Decreto Nº 31473, de 7 de dezembro de 2009. Poderão ser identificadas outras áreas relevantes da cidade durante o detalhamento do projeto.

Criar o Projeto Piloto Distritos Musicais.

Promover, através do mapeamento dos pólios de cultura e a implementação de ensino de música nas escolas das comunidades locais, a revitalização e a criação de ambiência de áreas identificadas historicamente com o surgimento e a evolução do samba na nossa cidade, estabelecendo, a partir daí, roteiros turísticos que possam propiciar uma experiência inédita de contato com a história de pessoas e lugares que ajudaram a formar o mais importante estilo musical do país. Este projeto será utilizado como piloto dentro do programa RIO CULTURA LOCAL O ANO TODO que visa promover a cultura, a promoção de eventos locais e o turismo através de uma programação diversa e democrática e diferenciada durante o ano todo.

Ampliação dos Pontos de Cultura

Ampliar a Rede Municipal de Pontos de Cultura de 11 instituições para 30 instituições para cobrir todas as regiões da cidade. Pontos de Cultura são organizações que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades. Ampliar a Rede Municipal de Pontos de Cultura de 1 instituição para 5 instituições, 1 para cada AP do Rio de Janeiro. Pontos de Cultura são organizações que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais, em parcerias com as redes nacionais, indenitárias, que se destinam à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e a articulação dos diferentes pontos de cultura agrupados em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando ao mapeamento de necessidades e articulação de ações conjuntas e capacitação. Este projeto será utilizado como piloto dentro do programa RIO CULTURA LOCAL O ANO TODO que visa promover a cultura, a promoção de eventos locais e o turismo através de uma programação diversa e democrática e diferenciada durante o ano todo.

Fóruns de Cultura

Criar fóruns contínuos para discussão de questões setoriais relacionadas à Economia Criativa, Cultura e Turismo no Rio de Janeiro. As discussões setoriais ocorrem no âmbito de alguns eventos específicos, ou via as diversas comissões da prefeitura, muitas vezes com integrantes que tem pouca familiaridade com os assuntos em pauta. Os conselhos setoriais atuais têm sua composição formada sem atenção à equidade representativa, além de suas decisões não serem vinculantes. A proposta é Promover a Economia Criativa, o Turismo e a Cultura através de uma parceria entre o governo municipal, os representantes dos setores da Economia Criativa no Rio de Janeiro e a sociedade civil através de fóruns temáticos contínuos com objetivo de discutir, promover e implementar ações para o desenvolvimento econômico desses setores no município.

PPP da Cultura

Rever o modelo de gestão para todos os equipamentos culturais e museus no Município do Rio de Janeiro, dentro do modelo de PPP, pois os equipamentos culturais municipais não têm um modelo estruturado de gestão e administração dos contratos existentes, não havendo transparência quanto à alocação de recursos e nem processo para prestação de contas. O programa visa a reavaliar o modelo de gestão todos os equipamentos culturais, revendo todos os contratos existentes e fazendo novos editais para parcerias público-privadas ou patrocínios que possam viabilizar a manutenção, administração e programação cultural de forma sustentável.

Democratização da Cultura

A distribuição dos equipamentos culturais no Rio não é igualitária. A maior parte dos equipamentos está localizada na Zona Sul e no Centro. Além disso, vários equipamentos municipais estão fechados ou em estado precário de manutenção. O projeto visa a realizar um levantamento de todos os equipamentos culturais e não-culturais e requalificar instalações municipais ociosas para serem usados como centros culturais em zonas pouco ou não-atendidas atualmente.

PRO-APAC

O programa Pro-APAC levou a vários questionamentos do Tribunal de Contas do Município em decorrência de regras pouco claras quanto a alocação dos recursos providos pela Prefeitura para conservação de imóveis tombados. Além disso, hoje as equipes de fiscalização são subdimensionadas para a quantidade de imóveis tombados, o que dificulta o controle dos requisitos para a isenção de IPTU.

Remodelar o programa PRO-APAC, num formato de PPP ou utilizando um modelo de empréstimos a juros baixos para proprietários de bens tombados.

Sistema Cultura

Criar sistema único para todas as iniciativas relacionadas à cultura, que irá incluir o cadastro único para os produtores culturais, agentes de cultura, profissionais, espaços, grupos, instituições e coletivos do município do Rio de Janeiro, um sistema para legalização de eventos, um sistema para editais de cultura e um sistema para

projetos da Lei de Fomento à Cultura – Lei do ISS. O Cadastro Municipal Carioca é uma iniciativa criada pela SMC em 29/06/2020 com o objetivo de fazer o mapeamento dos profissionais da Cultura no Município do Rio de Janeiro. O mapeamento será realizado via formulário Google Forms online e seguem o modelo de autoadesão e autodeclaração do agente cultural, que passará a compor o Mapa Cultural do Município do Rio de Janeiro. Não há descrição de como os dados serão processados ou se haverá um sistema de apoio. O processo de fomento do ISS é um processo manual, com entrega de formulários em via e-mail e publicação de resultados em documentos em formato PDF publicados na página da prefeitura. O sistema Carioca Digital exige o preenchimento manual de dados dos solicitantes para legalização de eventos, mesmo que este já tenha feito o login no sistema com credenciais. O processo

Um sistema unificado no modelo one-stop-shop para cadastramento, inscrição, acompanhamento, licenciamento e prestação de contas dos editais, projetos e eventos culturais e esportivos é uma demanda histórica dos produtores culturais e profissionais de cultura, turismo e eventos no Rio de Janeiro. Utilizando a plataforma existente Carioca Digital, sistema já conhecido e em uso pela população carioca, este projeto se propõe a agregar e otimizar todas as funções relacionadas a projetos culturais e eventos, buscando criar uma ferramenta ágil e moderna para a gestão desses processos no âmbito da Prefeitura. A ferramenta agregará pontos de contato com etapas a serem realizadas em outras esferas de governo para otimizar o processo, proporcionando transparência e segurança, com as devidas proteções legais referentes à utilização de dados de terceiros, conforme a Lei de Proteção aos Dados.

Centro de Referência do Cais do Valongo

A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro foi aprovada como Patrimônio Mundial em 1º de Julho de 2012 em Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em São Petersburgo – Rússia. O Cais do Valongo, localizado no Rio de Janeiro (RJ), passou a integrar Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1º de março de 2017. Parte dos compromissos da cidade com a UNESCO incluem criar Centros de Referência para o Cais do Valongo e do Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana. Este compromisso não foi cumprido.

Reorganização do Executivo Municipal

É preciso modificar a estrutura organizacional da administração municipal com o objetivo de criar uma estrutura para apoiar o desenvolvimento da Economia Criativa, do Turismo e eventos e da Cultura.

A estrutura existente é inadequada para atender as demandas dos diversos segmentos da Economia Criativa. A atividade de Turismo e eventos está pulverizada entre várias secretarias, levando ao tratamento inadequado das demandas do setor. É importante ainda rever a composição dos conselhos setoriais buscando incluir mais representantes dos setores.

Essa ação visa promover uma adequação da estrutura das secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura para uma melhor interlocução com os setores da Economia Criativa, otimização das iniciativas da Prefeitura do Rio relacionadas à Economia Criativa e dos recursos da prefeitura e eliminação de atividades duplicadas.

Criação de Fóruns Contínuos

É preciso promover a Economia Criativa através de uma parceria entre o governo municipal, os representantes dos setores da Economia Criativa no Rio de Janeiro e a sociedade civil através de fóruns temáticos contínuos com objetivo de discutir, promover e implementar ações para o desenvolvimento econômico desses setores no município.

Muitas vezes as discussões setoriais ocorrem no âmbito de alguns eventos específicos, ou via as diversas comissões da prefeitura, muitas vezes com integrantes que tem pouca familiaridade com os assuntos em pauta. Os conselhos setoriais atuais têm sua composição formada sem atenção à equidade representativa, além de suas decisões não serem vinculantes.

O objetivo é aumentar a participação dos setores da Economia Criativa na discussão sobre o desenvolvimento da economia criativa no Rio de Janeiro e elaboração de políticas públicas adequadas para apoiar os setores, colocando a prefeitura em posição de destaque como articulador principal para o desenvolvimento da Economia Criativa no Rio de Janeiro.

Plano Municipal de Turismo

Elaborar o Plano Municipal de Turismo com a participação de todos os setores de Turismo e da Economia Criativa do Rio de Janeiro, definindo metas que visam transformar a cidade do Rio de Janeiro no destino principal para o turismo de lazer e de negócios no país e no exterior. Esta estratégia deverá incluir programas contínuos de promoção da Cidade, ações destinadas a públicos-alvo específicos, qualificação profissional, inclusão de segmentos não-tradicionais tais como turismo de experiência, A elaboração do plano será com a participação a Sociedade Civil em workshops e consulta públicas, buscando envolver todos os segmentos de turismo e da Economia Criativa.

Rio Principal Destino

Lançar campanha de promoção do Rio de Janeiro como destino principal de lazer e negócios no Brasil. O Plano Municipal de Turismo deve definir metas que visem transformar a cidade do Rio de Janeiro no destino principal para o turismo de lazer e de negócios no país e no exterior. Esta estratégia deverá incluir programas contínuos de promoção da Cidade, ações destinadas a públicos-alvo específicos, qualificação profissional, inclusão de segmentos não-tradicionais tais como turismo de experiência, A elaboração do plano será com a participação a Sociedade Civil em workshops e consulta públicas, buscando envolver todos os segmentos de turismo e da Economia Criativa.

Campanha de Promoção da Cidade do Rio de Janeiro

Elaboração de programa e campanha para promoção da Cidade do Rio de Janeiro como local atrativo para negócios, destino para eventos corporativos e local principal de lazer. A prefeitura atual não tem um programa estruturado para a promoção do Rio de Janeiro. A promoção da cidade do Rio de Janeiro como um local atrativo para a instalação de novas empresas e indústrias, destino turístico e cultural é uma das funções mais importantes para fomentar a economia da cidade. Para tal, não é suficiente fazer campanhas pontuais. Faz-se se necessária a elaboração de um programa completo, com o envolvimento de todos os setores da economia da cidade, ressaltando os aspectos positivos da cidade.

Fortalecimento do Instituto Pereira Passos

O Instituto Pereira Passos (IPP) é o instituto de pesquisa do Governo da Cidade do Rio de Janeiro. É referência nacional e internacional em dados e conhecimentos de gestão para o planejamento estratégico e integração de políticas públicas, mapeamento, produção cartográfica e aplicação de geotecnologias. O Instituto Pereira Passos é um órgão de excelência para a geração de estudos e dados sobre a cidade do Rio de Janeiro. Esta estrutura é subutilizada pela Prefeitura do Rio, e é presidida por um gestor que não tem conhecimento ou qualificação técnica em estatística. Além disso, a sociedade civil tem pouca visibilidade dos dados e dos diversos estudos realizados pelo órgão.

É preciso fortalecer e dar visibilidade ao Instituto Pereira Passos como órgão gerador e agregador de dados estatísticos e econômicos da Cidade do Rio. O IPP poderá:

- gerar análises que possam subsidiar políticas municipais;
- estabelecer parcerias com órgãos privados e instituições acadêmicas para geração de informações, estudos e análises sobre impacto econômico;
- instituir programas de treinamento para pesquisadores do órgão e pesquisadores convidados;
- reativar iniciativas tais como a “Coleção Estudos Cariocas” (<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/>) , uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro.

Impostos, Competitividade & Desburocratização

Existem muitos entraves para o empreendedorismo e a inovação. É preciso desburocratizar e simplificar a legislação em apoio a novos negócios, reduzindo a burocracia, exigências e a demora para legalização junto a vários órgãos municipais. Vamos criar políticas para a atração de investimentos e melhorar a qualidade de produtos e serviços para que o turismo no Rio de Janeiro seja

competitivo no mercado nacional e internacional, sobretudo incorporando novas tecnologias. A realização de programas de capacitação a prestadores de serviço do setor é fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos. Quanto a realização de eventos é extremamente importante criar a autodeclaração e a autorização prévia para suas realizações.

Empreendedorismo e Emprego

O Rio de Janeiro é sede das principais organizações de fomento ao empreendedorismo do Brasil – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – e possui atividade expressiva do Sebrae e numerosas incubadoras e iniciativas empreendedoras.

O Estado tem 460 startups segundo levantamento RioTech Report. A cidade do Rio de Janeiro reúne boa parte das startups da região (85,7% delas), principalmente no Centro e na Barra da Tijuca. Somadas, edtechs e fintechs representam quase um quarto do total de startups do Rio de Janeiro (23,8%). Em seguida aparecem os empreendimentos de Indústria 4.0 (9,6%) e as healthtechs (8,5%), que se referem respectivamente a processos industriais e a saúde. A cidade do Rio de Janeiro ainda perde para outras em densidade de startups.

A capital fluminense está em sexto lugar em número de startups a cada 100 mil habitantes (5,9). Estão na frente Florianópolis (46,1), Porto Alegre (19,1), São Leopoldo (14,8), Curitiba (13,9) e Joinville (10,5).

Oito a cada dez startups mapeadas possui menos de 20 funcionários, o que mostra como são empreendimento com ainda pouco porte. Ao todo, as startups do estado do Rio de Janeiro empregam 1.000 funcionários.

A economia informal proporciona um potencial de empreendedores que precisam de orientação e um caminho para a formalização. A formalidade é vista como um custo desnecessário que é preciso evitar.

Outro desafio está no faturamento: sete a cada dez startups não têm um faturamento presumido acima de R\$ 5 milhões por ano. A maioria (53,9%) atua no modelo de empresa para empresa (B2B). 30,1% das startups atendem diretamente o consumidor final (B2C).

Não faltam parceiros e ferramentas para o desenvolvimento do empreendedorismo no Rio de Janeiro. No entanto, faltam casos de sucesso que demonstrem um caminho a seguir para investidores e empreendedores

Diretrizes:

- Formação de cooperativas de logística, moda, alimentação e serviços nas comunidades e bairros.
- Agências de atendimento ao empresário, em conjunto com o SEBRAE e Caixa econômica Federal;
- Naves do conhecimento funcionando dentro do modelo LAbGov;
- Maior proteção para o trabalhador (condições de trabalho, formalidade, saúde).

Cooperativas Comunitárias

As comunidades no Rio de Janeiro concentram uma grande população e gera renda que é perdida com aquisição de bens e serviços fora da comunidade. É preciso gerar mais oportunidades de emprego dentro das comunidades criando cooperativas comunitárias por toda a cidade.

A prefeitura e o Estado podem adquirir bens e serviços diretamente da comunidade, criando renda para a população local. Podemos ter cooperativa de transporte, varejo de alimentos, cozinhas industriais, moda, tecnologia, serviços de conservação e limpeza, dentre tantos outros. O cooperativismo é a ferramenta adequada para organizar e capacitar a população local e simultaneamente empodera-la.

Esta é uma ação de baixo custo, que gera aumento do emprego formal nas comunidades e melhora a qualidade de vida dos moradores.

Meu Primeiro Emprego

O jovem possui pouca perspectiva de inserção na sociedade através do emprego. Falta informação sobre carreiras e profissões, dificuldade de conseguir o primeiro emprego e experiência profissional.

Esse programa consiste na realização de feiras de profissões em todas as escolas municipais; articulação com o Sistema Nacional de Empregos (Sines), treinamento em órgãos da prefeitura e fornecedores; criação do programa heróis da comunidade, com cada escola e cada comunidade tendo um morador, ou ex-morador como uma referência profissional a ser seguida.

O programa visa o aumento do emprego entre os jovens, a diminuição da evasão escolar, a diminuição do número de jovens cooptados pelo crime, aumento da empregabilidade para os jovens, aumento da renda nas comunidades.

Crie o seu Emprego

Com a pandemia o número de vagas de trabalho disponíveis diminuíram. Muitos jovens desejam empreender ou ser autônomos, mas não possuem a orientação nem o suporte adequado para fazê-lo. Existem numerosas oportunidades de geração de renda na chamada *GIG economy* e no trabalho em cooperativas.

Pulse

Pólo de incentivo a startups e projetos comunitários para jovens e lideranças familiares de comunidades, integrado com universidades locais, e parceria com entidades empresariais como Associação Comercial do Rio de Janeiro, e demais como FIRJAN, Fecomércio, além de ações diretas com projetos de embaixadas e consulados situados no Rio de Janeiro.

Esporte

A cidade do Rio de Janeiro sediou os dois maiores eventos esportivo do mundo nos últimos anos: os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. Possui três grandes estádios (Maracanã, Nilton Santos e São Januário), sem contar nas

instalações olímpicas – subutilizadas. Concentra o comando no esporte no país com a sede da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e o Comitê Olímpico do Brasil – COB. Além de quatro times de futebol de expressão nacional: Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco. A cidade possui ainda um exitoso histórico de ações sociais ligadas ao esporte como o Instituto Reação e a Vila Olímpica da Mangueira. No entanto, a cidade não possui a cadeia econômica do esporte bem estruturada. E ainda perdeu o autódromo e a Fórmula 1.

O Rio de Janeiro precisa se posicionar como a capital do esporte no Brasil. A ausência de uma política pública consistente e efetiva direcionada ao esporte deixa grandes vazios de ordem econômica e social.

Diretrizes:

- reestabelecer o protagonismo do esporte na cidade;
- estimular a vinda de eventos internacionais e nacionais, principalmente de esportes associados ao ecoturismo, esportes radicais e esportes eletrônicos;
- garantir a utilização e manutenção do legado olímpico com projetos de esportes e de outra natureza;
- implementar a cultura da atividade esportiva na rotina do carioca como prevenção e qualidade de vida;
- fortalecer a relação entre esporte e escola em todas as fases;
- criar os times esportivos das favelas;
- remodelar o atendimento e reformar as Vilas Olímpicas da Cidade;
- implementar o programa do BID/Prefeitura “Maré que Transforma” em todas as Vilas;
- criar um modelo de estímulo ao patrocínio privado para Vilas Olímpicas.

Propostas

Rio, cidade do esporte: Polo de desenvolvimento da indústria do esporte

É preciso saímos da inércia e administramos o legado dos Jogos Olímpicos; trabalhamos para atraímos o grandes eventos esportivos e assim desenvolvermos toda a cadeia econômica do setor, que vai desde a preparação de crianças e jovens, por meio de cursos e bolsa, passando pela indústria de materiais esportivos, até o turismo, sendo portanto, indutora do desenvolvimento econômico e da geração de emprego e renda.

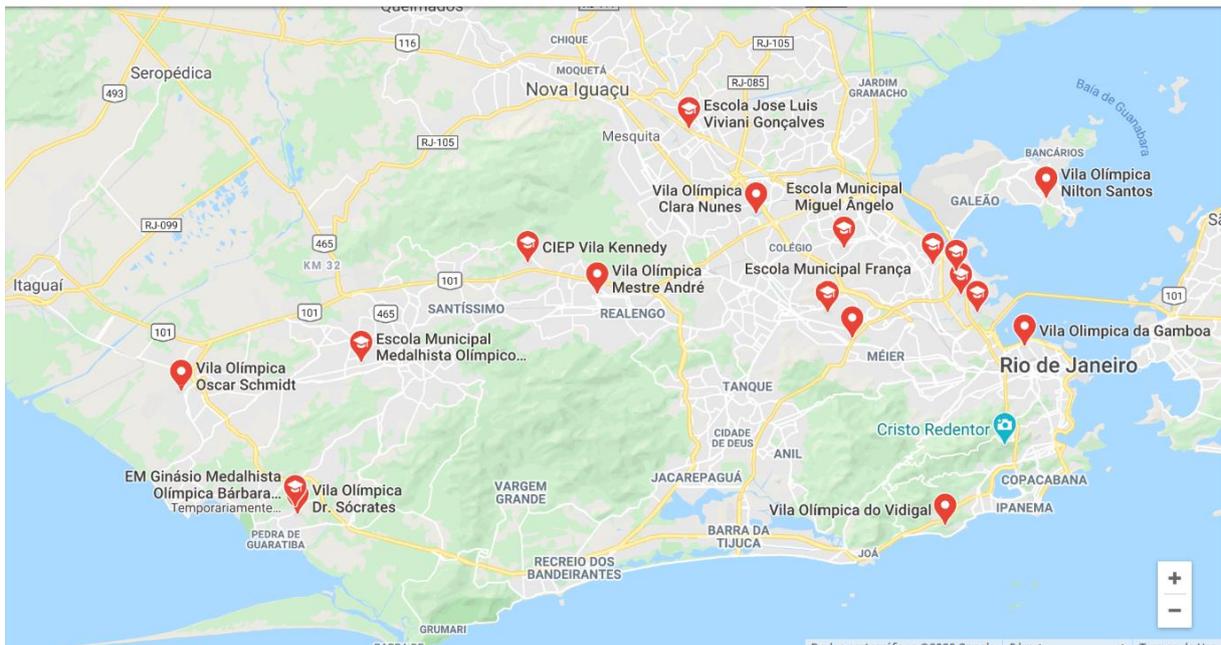
Esporte: Porta para o futuro

O Rio de Janeiro possui uma estrutura de esportes nas escolas municipais que pode ser utilizada de forma mais intensa no desenvolvimento psicológico e profissional dos jovens, bem como na sua profissionalização.

Devemos utilizar a estrutura das Vilas Olímpicas para criar cursos profissionalizantes na área de esportes, assim como parcerias com a iniciativa privada para ampliar as atividades e os equipamento das vilas.

Parceria com organizações esportivas para a identificação de novos talentos podem garantir o desenvolvimento esportivo interligado com a educação, melhorando, inclusive, o desempenho escolar e diminuindo o êxodo de jovens que vão para a ilegalidade.

Estimular o desenvolvimento do esporte em favelas como fator primordial para o desenvolvimento da cidadania plena, trazendo autoestima e maior qualidade de vida para os moradores e suas famílias.



Feira da Indústria do Esporte no Rio

O Rio de Janeiro possui infraestrutura e tradição para a realização de feiras. A cidade é sede de vários ícones importantes do esporte. É preciso fomentar e estimular a proliferação de feiras de esporte, fitness e games montando um calendário de atividades esportivas para a cidade. Este conjunto de ações fixará a indústria esportiva, gerará empregos e renda, e contribuirá com o turismo.

Eventos & Incentivos Fiscais

Calendário esportivo oficial da prefeitura; destinação e compromisso com o legado olímpico; segurança jurídica para manutenção de eventos esportivos já conquistados e para atrair novos eventos tornando o RJ a “cidade do esporte” e definição de dotação orçamentária obrigatória pela Secretaria Municipal de Fazenda para projetos esportivos no valor definido pelos parâmetros regulatórios da Lei 6.568/2019.

Desenvolvimento & Massificação do Esporte

Orçamento municipal dedicado a manutenção e funcionamento das vilas olímpicas das favelas para estimular a prática esportiva, o desenvolvimento e a cidadania plena em áreas de vulnerabilidade; gestão eficiente dos equipamentos esportivos

públicos, viabilizando sua plena utilização e manutenção; introdução de espaços específicos para a prática de atividades culturais, ambientais e dos esportes urbanos nos projetos públicos - centros esportivos, praças de esportes e parques, entre outros.

Esporte & Educação

Ampliar a rede de Ginásios Experimentais Olímpicos (GEOs); incentivo ao esporte escolar, valorizando as aulas de educação física, bem como o esporte e a atividade física no contra turno escolar; integração da política de esporte com as demais políticas públicas, especialmente de educação e de saúde, implantação, manutenção e/ou melhoria de infraestrutura esportiva nas escolas.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL & DIREITOS HUMANOS



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1º de julho de 2020 recebo uma mensagem de Whatsapp: “Preciso falar com você”. Dias antes estava decidida a renunciar à atuação na gestão pública. Meu sentimento enquanto servidora era de: decepção, descrédito, cansaço, nada diferente do sentimento do povo carioca. Eram 15 anos de atuação na esfera pública, em diferentes cargos: técnica de abrigos, coordenações de equipamentos especializados, gestão em esferas diferenciadas (municipal e estadual). Bem, resolvi atender a ligação, ouvi com atenção e agendamos uma conversa. Após uma franca conversa com o Messina e sua maravilhosa equipe sobre os rumos dramáticos da Assistência Social e seu público alvo (pessoas em situação de rua, jovens em situação de vulnerabilidade, crianças em situação de trabalho infantil,...), a conversa foi finalizada da seguinte forma: “Dianne, é isso que quero: coração, entrega verdadeira, planos reais, mudança. Construa algo que acredite e materialize isso, veja as formas racionais de colocar tudo isso em prática. Vamos construir juntos”. Eis me aqui: cativada, empolgada, entregue totalmente a construção de um plano de governo único. Realizamos estudos, diagnósticos, propostas inovadoras, mas possíveis de concretização. Propomos a materialização de um Sistema Único de Assistência Social de verdade, com muita técnica e com escuta e participação de diferentes segmentos da sociedade. Mergulhei em um dos mais desafiadores e maravilhosos projetos que já participei. Temos materializado: propostas sólidas para a população das ruas do Rio de Janeiro, primeiro emprego para os adolescentes e jovens, comida de verdade ao alcance da população e isso é só uma pequena parte. Vale a pena conhecer esse Plano na íntegra. O Plano está pronto. Assim como fui desafiada, desafio a população carioca que assim como eu, sabe que não pode mais repetir os erros do passado e ainda possui esperança de uma transformação real, desejosa do fim dos favores políticos, ansiosos por conquistar nada mais nada menos que os nossos direitos, a também dar esse voto de confiança. Não desisti da Gestão Pública, não desisti do Rio de Janeiro e sei que você também não.

Dianne Arrais

DIREITOS HUMANOS

O convite para realizar o plano de governo municipal em Direitos Humanos foi uma honra para mim. Fiquei surpresa com a intenção do Messina em desenvolver um plano técnico e de qualidade, pois, infelizmente, os Direitos Humanos foram apropriados por um discurso corrompido e limitado.

Vale esclarecer que estarmos vivos já nos faz detentores desses direitos. Portanto, elaboramos amplas ações para as políticas de idosos, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, LGBT, liberdade religiosa, igualdade racial e pessoas desaparecidas. Ainda que cada segmento tenha as suas especificidades, as quais serão resguardadas, elaboramos propostas com base no princípio da transversalidade para um Rio de Janeiro, pós-pandemia de covid-19, onde as necessidades humanas básicas se coadunam.

Reconhecendo a necessidade de tratar a questão de Direitos Humanos como uma política de Estado, assumimos o desafio de construir um plano que refletisse as demandas da população historicamente fragilizada e vitimada pelas diferentes formas de violação dos Direitos Humanos. Nosso objetivo é salvaguardar igualmente o direito de todos e seguirmos o princípio de enxergar o ser humano para além de um recorte. Queremos atender as pessoas em sua totalidade e garantir à todos seus direitos essenciais.

Para a construção do Plano, tive a liberdade de formar minha equipe de especialistas, mapear o diagnóstico das políticas, traçar metas e propostas. Foi muito especial conversar com representantes da sociedade civil e estabelecer diálogo com outros setores, visando entender melhor as demandas, integrar as ações e fazer uma construção aberta para cidade. Consegui perceber que é possível reconstruir o Rio. Por anos, fomos sugados, subjugados e negligenciados, mas, com a proposta de um mandato coletivo, feito com a opinião e a participação da sociedade, podemos voltar a acreditar.

Foi um prazer planejar, estabelecer metas, construir indicadores de monitoramento para um futuro melhor e possível. Nosso objetivo é garantir direitos, facilitar vidas, gerar dignidade e transformar a cidade do Rio de Janeiro.

Agradeço à Fabiana Bentes, coordenadora deste Plano de Governo, pelo convite para participar desta construção. É um prazer trabalhar com uma profissional que

eu admiro muito tanto. Agradeço ao Paulo Messina, que possui um legado na garantia de direitos na área da Educação e almeja ampliar sua atuação na cidade carioca. Meu muito obrigada, a começar, por ele assegurar minha autonomia na formação de uma equipe técnica que elaborasse a política pública em Direitos Humanos de maneira assertiva, eficiente e livre de radicalismos. Agradeço a esta equipe de profissionais especializados, os quais voluntariamente assumiram o desafio de escrever um novo Rio de Janeiro e fez um excelente trabalho, desde a fundamentação do diagnóstico até proposição de uma política transversal.

Agradeço, finalmente, a missão dada em planejar uma cidade com mais dignidade.

Paula Peixoto

Assistência Social

A rede de equipamentos socioassistenciais (CRAS, CREAS, CENTROPOPS, dentre outros). é insuficiente para oferta à população. A situação de trabalho principalmente vinculada aos abrigos municipais é penosa, conforme descreveram, os profissionais. A ausência de capacitações em toda a rede também foi ponto abordado.

Em entrevistas com servidores da Assistência Social, SMASDH, foi possível apurar que a terceirização presente no funcionalismo hoje traz uma realidade muito descontente, bem como as péssimas condições de trabalho para atendimento aos seus usuários.

A reclamação não é salarial, mas sim a ausência de um plano de benefícios vinculados, um incentivo aos servidores, como por exemplo: aquisição de casa própria, rede credenciada de atendimentos diversos. A realização de concurso público bem como o reconhecimento do profissional educador social é uma demanda que aparece em diferentes falas. São 2.292 contratados e 1.354 concursados.

Há falha na composição de recursos humanos com profissionais concursados insuficientes se comparado à estrutura de equipamentos e oferta de serviços. Alto número de contratados com descontinuidade das ações e nenhum tipo de benefício aos servidores da Assistência;

Diretrizes:

- operar o Sistema Único de Assistência Social, SUAS, tratando a gestão do trabalho como uma questão estratégica, contratando e mantendo o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais;

- prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem em oferta compatível com a demanda apresentada.

Propostas

Ampliação da Rede Socioassistencial

Levando em conta o quantitativo populacional, bem como a complexidade da configuração da cidade, fica claro que os desafios para garantir o acesso qualificado à política de assistência social a todo cidadão que dela necessitar é significativo. Nesse sentido, ainda permanece o desafio de ampliar a cobertura dos serviços de proteção social básica e especial, com primordial atenção para o enfrentamento da pobreza nas suas mais diversas expressões, entre elas a população em situação de rua, e das violações de direitos dos sujeitos mais vulneráveis como crianças, adolescentes, mulheres e idosos. O enfrentamento desses desafios demanda investimentos também vultosos em recursos humanos.

Quanto aos serviços da Assistência Social, em função das especificidades municipais, a gestão da política é descentralizada em Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos – CASDH), que têm a responsabilidade de coordenar a oferta de serviços, programas, projetos, benefícios e ações da secretaria nos seus respectivos territórios.

A proposta consiste na criação de 21 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, mais 10 novos Centros de Referência Especializados em Assistência Social e 14 novos Centros Pops e espera-se por meio dessa ação aumentar a proteção social e o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Realização de Concurso Público

A realização de concurso público na área da Assistência Social é uma necessidade urgente para oferta de serviços qualificados e em alcance as necessidades da

população. Também se faz relevante o reconhecimento do profissional educador social para atuação nas abordagens sociais, abrigos e Centros Pop.

A atual configuração dos recursos humanos da SMASDH aponta para um complexo cenário, haja vista que dentre os servidores aumenta o quantitativo de profissionais com expectativa de aposentadoria, ao passo que não há chamadas de novos servidores por concurso público desde 2010. Hoje é expressivo o quantitativo de profissionais contratados – números totais são maiores do que o número de servidores públicos.

A atual configuração dos recursos humanos da SMASDH aponta para um complexo cenário, haja vista que dentre os servidores aumenta o quantitativo de profissionais com expectativa de aposentadoria, ao passo que não há chamadas de novos servidores por concurso público desde 2010.

É preciso normatizar as operações e profissionalizar a execução da política de Assistência Social, como forma de garantir sua efetividade, rompendo com a precarização do trabalho, equipes sem definição de perfil e território sem planejamento.

Habitação

O direito à moradia é uma das novidades trazidas no rol de direitos sociais, previsto no âmbito da Constituição Federal de 1988, em seu art.6º. O conceito de déficit habitacional relaciona-se diretamente à noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos da habitação.

O primeiro componente do déficit são os denominados domicílios precários, que incluem os domicílios rústicos - sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada - e os improvisados - todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos, cavernas, entre outros). O adensamento excessivo, segundo componente do déficit, refere-se a moradias alugadas em que o número médio de moradores por dormitório é superior a três. Já a coabitação familiar inclui situações de famílias residindo sob o mesmo local, porém com a intenção de construir um domicílio exclusivo. Por fim, o componente

ônus excessivo com aluguel compreende as famílias com renda de até 03 (três) salários mínimos que despendem 30% (trinta por cento) ou mais da sua renda mensal com o aluguel. Este componente, em geral, tem grande peso na constituição do déficit no país, em especial nas regiões metropolitanas.

Abaixo, os números apresentados pela Fundação João Pinheiro – FJP, em relatório elaborado em 2010.

Participação dos componentes no déficit habitacional (em número de domicílios)				
	Ônus excessivo de aluguel	Coabitação familiar	Adensamento excessivo	Habitação precária
Cidade do Rio de Janeiro	101.986	86.249	21.412	11.127
Total	220.774			

Fonte: Fundação João Pinheiro. 2010

Distribuição do déficit habitacional por faixa de renda (em % com relação ao total do déficit no Estado)				
	Até 3 s.m.	Mais de 3 s.m. a 5 s.m.	Mais de 5 s.m. a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.
Estado do Rio de Janeiro	89,7	6,4	3,0	1,0
Total	460.785			

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2014.

No que se refere à distribuição do déficit por faixa de renda, observa-se que 96,1% referem-se a famílias com renda bruta mensal de até 5 (cinco) salários mínimos, o que gera a necessidade de que as políticas conduzidas pela Prefeitura direcionem maiores esforços e recursos para esta faixa de renda, por se tratar da demanda mais vulnerável e numerosa.

O equacionamento das necessidades habitacionais apresentadas na Cidade apenas será solucionado se a atuação do Poder Público se der por meio de estratégias diversas de enfrentamento de tais carências. As diferentes necessidades pressupõem atuações distintas. Neste sentido, a atualização

constante da política habitacional conduzida pela Prefeitura, com revisão, aprimoramento e criação de novos Programas, se faz fundamental.

Para tanto, é necessária a criação, por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, de um novo programa habitacional, a fim de oferecer novas soluções para atendimento das famílias de baixa renda, no âmbito de uma política estruturada de habitação de interesse social.

O programa deve articular permanentemente as esferas públicas, federal e municipal, para que as camadas mais vulneráveis tenham reais possibilidades de acessar a casa própria, sem, contudo, impor um desafio inatingível ao orçamento público.

Tal programa deve atuar concomitantemente do lado da oferta e da demanda. Assim, ao mesmo tempo que se estimula a iniciativa privada para produzir habitação de interesse social qualificada, se possibilita a aquisição das unidades por famílias com renda insuficiente para o acesso ao mercado formal de comercialização de unidades habitacionais.

Ainda, a implementação de um programa habitacional se apresenta como uma ferramenta relevante para fomentar o mercado de habitação de interesse social e potencializar a produção de unidades em toda a Cidade. As parcerias com a iniciativa privada possibilitarão a ampliação do número de unidades disponíveis para atendimento da população integrante da política de habitação de interesse social (até 10 salários mínimos federais). Ademais, por meio desse programa, facilita-se a eliminação da distância entre a capacidade de pagamento da população de baixa renda e o preço de oferta do mercado imobiliário, o que permitirá com que as famílias de até 05 salários mínimos consigam adquirir os imóveis produzidos.

É importante ressaltar que, além do interesse em criar novas estratégias para o combate ao déficit habitacional, ampliando o repertório de ações do Município para atender às necessidades habitacionais, bem como das vantagens geradas pelo estímulo à produção destas unidades, a execução de um programa apresenta-se, também, como uma oportunidade para o Poder Público de destinar seus terrenos ociosos para a viabilização das unidades habitacionais, atribuindo uma função social à propriedade em questão, em consonância com o interesse público.

Diretrizes:

- aumentar a oferta de unidades habitacionais na Cidade, por meio de promoção assistida e financiada;
- diminuir o custo de aquisição de unidades habitacionais, principalmente para famílias com renda familiar de até 3 salários mínimos;
- implantar política de destinação de próprios municipais para fins habitacionais.

Propostas

Disponibilização prioritária de terrenos próprios municipais para execução de política habitacional, bem como definição de fonte e montante de recursos para implementação e execução dessa política

Por meio de chamamentos públicos realizar oferta de terrenos públicos municipais para construção de unidades habitacionais, bem como definir fonte e montante de recursos para implementação e implantação da política habitacional visando reduzir o custo de produção e, conseqüentemente, o preço final de aquisição pelo cidadão.

Grande quantidade de terrenos de propriedade do Município, disponíveis nos mais variados bairros da Cidade e alta variação anual de recursos disponíveis no orçamento municipal para execução de política habitacional. Com essa ação espera-se reversão dos valores de avaliação dos terrenos ofertados em subsídios diretos às famílias beneficiárias de Programa Habitacional e garantia constante de fluxo de recursos para execução de política habitacional.

Lançamento e execução de Programa Habitacional, como foco prioritário nas famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos

A execução de Programa Habitacional objetiva incentivar os investimentos privados na produção de unidades habitacionais na Cidade e disponibilizar moradia em preço acessível às famílias de menor renda. Atualmente há alta concentração dos componentes do déficit habitacional nas famílias dessa faixa de renda, elevado

custo de moradia dessas famílias relativamente à renda mensal e baixa oferta de unidades habitacionais novas na Cidade a preços acessíveis a essa faixa de renda.

O objetivo é aumentar a oferta de unidades habitacionais a preços acessíveis e melhoria nas condições de financiamento das famílias de baixa renda com oferecimento de subsídios para redução dos preços de aquisição e geração de emprego e renda por parte da cadeia de construção civil.

Programa de Melhorias Habitacionais

O programa fará a construção de cômodos (quartos e/ou banheiros) em habitação de interesse social, com oferecimento de assistência técnica pública e gratuita, nos termos da Lei Federal 11.888/2008. Ademais, também será realizada, caso necessário, pequenas intervenções em infraestrutura e regularização fundiária. O Programa deve ser aplicado em pequenas comunidades (até 150 unidades) ou em pequenas áreas dentro de comunidades maiores. Considerando a elevada quantidade de imóveis inadequados e habitações precárias na Cidade, ainda com ausência de regularização fundiária, o programa fará a adequação de unidades habitacionais às famílias residentes, melhorando a qualidade de vida, mantendo-se as famílias nos locais ocupados, reduzindo-se, assim, os índices de déficit habitacional e inadequação de domicílios.

Pessoa em Situação de Rua

A ineficiência no trato das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua no Rio de Janeiro é visível tanto por quem habita as ruas, quanto para os moradores da cidade que desejam uma mudança nesse cenário e anseiam por uma efetiva transformação social.

Entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, abuso do uso de drogas e doença mental.

A Prefeitura do Rio de Janeiro ou se utiliza de práticas higienistas ou de maquiagem, no exato sentido da palavra quando realiza suas abordagens apenas para mudanças de calçadas junto a esse público alvo. Questões chaves como quantas pessoas moram nas ruas da cidade, quais as metas dessa política, qual o custo de atendimento num abrigo ou serviço e como se avalia a qualidade desse trabalho não têm resposta.

O problema enfrentado com a população em situação de rua vem piorando a cada ano. Mas com a pandemia causada pelo novo coronavírus, a situação se agravou. São sofás, camas, colchões, e até mesas, com acúmulo de lixo, fezes de animais e humanas, distribuídos por várias esquinas e ruas. O medo da contaminação pela Covid-19 fez crescer a procura por vagas nos abrigos da prefeitura destinados à população em situação de rua. Porém, já antes da pandemia, as unidades estavam trabalhando com sua capacidade máxima segundo a própria Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH.

Em julho de 2016, o então Ministério do Desenvolvimento Social apresentou o conceito de “Moradia Primeiro”. O objetivo é priorizar o imediato acesso das pessoas em situação de rua à uma moradia segura, individual, dispersa na cidade e integrada à comunidade. Os estudos e avaliações realizados sobre a metodologia “têm mostrado que se trata de uma solução mais rápida, de custo mais baixo e com resultados extraordinários já investigados por várias universidades, que traz maior integração comunitária, maior redução dos sintomas na área da saúde mental, maior bem-estar, satisfação, contatos com a vizinhança e relações sociais. Logo, não é apenas uma casa, é uma casa que transforma e permite a recuperação total da pessoa que antes vivia em situação de rua” conforme indica o professor e representante da Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS) de Portugal, José Ornelas sobre os estudos e avaliações realizados sobre o “*Housing First*”.

Diretrizes:

- transparência total na elaboração e divulgação indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua com aumento da eficácia da aplicação dos recursos públicos;

- agir intersetorialmente para atuação junto a população em situação de rua no desenvolvimento de quatro eixos centrais: a garantia dos direitos; resgate da autoestima; reorganização dos projetos de vida e a inclusão em políticas habitacionais;
- garantia e promoção de direitos de forma intersetorial e transversal, estruturando a rede de proteção e requalificando as políticas públicas voltadas para população em situação de rua como saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura; bem como interlocução com a coordenadoria de busca de pessoas desaparecidas.

Propostas

Morar Primeiro

Tem como prioridade o acesso imediato das pessoas em situação de rua a uma moradia individual, digna e segura, acompanhada de equipe de apoio flexível e multidisciplinar. O programa pressupõe resultados efetivos de saída das ruas e redução de custos para a administração pública. Na lógica desse modelo, primeiramente e necessariamente a pessoa acessa a moradia e ao longo do tempo vai acessando os demais serviços de apoio de forma a garantir que ela permaneça na moradia, evitando assim que volte à situação de rua. A ideia é gerar oportunidades de integração comunitária, além de melhorias na saúde física e mental através da estabilidade trazida pela moradia.

O programa já foi implantado em outros países e se mostra efetivo e econômico para o poder público uma vez que reduz custos relacionados à saúde e a assistência direta em casos de violência, por exemplo.

A expectativa é de haja mais de 15 mil pessoas vivendo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sem nenhuma perspectiva de solução habitacional e de atendimento para inserção em políticas públicas diversas de forma adequada. Acreditamos que seja possível reduzir em até 40% o contingente de pessoas nas ruas da cidade.

Abrigo Seguro

Segundo levantamento realizado pela Defensoria Pública, são 15 mil pessoas em situação de rua para 2,3 mil vagas disponíveis pelos “abrigões” e Centrais de Triagem, sem qualquer tipo de trabalho coordenado para que seja oportunizado aos que conseguem acolhimento, uma possibilidade de mudança efetiva de sua realidade social. Ainda há vagas que não constam no sistema de regulação. Iremos redistribuir as vagas concentradas nos grandes abrigos, modelo que não funciona mais e gera para os cofres públicos um gasto excessivo com índices incipientes de transformação para saída das ruas.

Os abrigos precisam ser um espaço humanizado, que realize efetivo acolhimento profissional e encaminhamento para as demais políticas integradas. É preciso ampliar e ressignificar os abrigos existentes para adaptação em modelos mais eficientes, em articulação com ações como o Morar Primeiro e o retorno à terra natal que precisam ser desburocratizadas e para serem ágeis.

Os abrigos serão avaliados sob fatores de risco e/ou proteção. Serão utilizados dados e indicadores sociais permitindo conhecer o panorama social, perfil econômico e estrutura de funcionamento. Será criada uma espécie de “ISO SOCIAL” para avaliar a qualidade dos serviços ofertados por meio da Vigilância Socioassistencial.

Modelos efetivos nos demonstram que reorganizando a estrutura de recursos humanos existente é possível termos 24 albergues, funcionando 12 horas por dia, com dois educadores, um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um cozinheiro e um auxiliar de serviços gerais, diariamente. A capacidade de atendimento seria aumentada em 25%, somente com a reorganização desse espaço de acolhimento em condições muito mais humanizadas.

Na identificação dos trabalhadores que utilizam as ruas durante a semana que não possuem condições de retornar as suas casas serão aplicadas medidas específicas como hotel social ou retorno seguro.

É preciso manter alguns abrigos funcionando 24 horas para atender pessoas com deficiências. Esses lugares precisam ser restaurados e, idealmente, pequenos como residências terapêuticas- responsabilidade da saúde – ou no modelo de residência inclusiva – Ris.

As Centrais de Triagem voltadas para a população adulta em situação de rua devem ser repensadas pois com a ampliação dos equipamentos e sistema informatizado de controle de vagas, os próprios equipamentos irão direcionar o público atendido.

Centro Pop

As equipes de abordagem ficam lotadas nos Centros POP. Nesses espaços devem ser servido almoço, banho, guarda de pertences e atividades. Para economizar custos, os Centros POP podem aproveitar os espaços dos CREAS, mas com equipe exclusiva e devida adaptação dos espaços, com entradas próprias e funcionamento independentes, dessa forma, aumentamos expressivamente o atendimento dos Centros Pops. Para evitar aglomerações e dificultar o atendimento individualizado, o almoço no Centro POP deve ser oferecido apenas para quem participa das atividades, assim como nos CAPS. Cada Centro Pop estará referenciado ao restaurante popular mais próximo, diminuindo o custo de funcionamento desses espaços e possibilitando o investimento em outras áreas. O acolhimento profissional será obrigatório e pensada a formação profissional junto a rede. As organizações sociais que já realizam essas iniciativas com sucesso poderão participar de editais de fomento por meio de chamamento público.

Realizar o Censo da População em Situação de Rua

É fundamental conhecermos a população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Este diagnóstico permitirá quantificamos e conhecermos as características sociais das pessoas em situação de rua, tendo como foco a formulação de ações governamentais mais precisas, que conseqüentemente trarão mais efetividade ao trabalho. Este retrato real será a base para articulação intersectorial com as outras políticas públicas, principalmente de saúde, habitação e renda.

Questões chaves como quantas pessoas moram nas ruas da cidade, quais as metas dessa política, qual o custo de atendimento num abrigo ou serviço e como se avalia a qualidade desse trabalho não têm respostas. O município do Rio de Janeiro não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. O número de pessoas morando nas ruas da cidade pode várias entre quatro e vinte mil, conforme a metodologia; demonstrando equívocos claros na condução dessa política. Esta ausência prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este

contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais.

O mapeamento municipal com a população em situação de rua que será composta por abordagem presencial, numérica e qualitativa terá o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico podendo fomentar a incorporação deste segmento nas atividades locais de Vigilância Socioassistencial. Incluiremos um maior esforço de incorporação deste grupo no Cadastro Único.

Preparação para o Mundo do Trabalho

No Brasil, a preparação de jovens para o mundo do trabalho se dá no âmbito do Programa Aprendiz. Inserir os jovens no mundo do trabalho, combater a evasão escolar e o trabalho infantil são apenas alguns benefícios da Lei da Aprendizagem. É por esses e outros fatores que ela não pode ser encarada apenas como uma obrigação por parte das empresas. Mais do que uma Lei que deve ser cumprida, é um instrumento capaz de transformar a realidade de milhares de jovens e impactar de forma positiva a sociedade.

O programa possibilita a formação de jovens autônomos, que saibam fazer novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade. É responsabilidade compartilhada do poder público, da sociedade, da família e dos próprios jovens fortalecer sua autoestima e sua condição de cidadãos por meio do trabalho.

A Lei da Aprendizagem dispõe que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. Os jovens têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de sua empresa.

Na Prefeitura do Rio de Janeiro as ações relacionadas ao aprendiz são dispersas, sem coordenação específica; a SMASDH cumpre algumas cotas através da modalidade alternativa e a CONLURB hoje é a que mais investe.

Em pesquisas realizadas verificamos que existe Lei Ordinária voltada para favorecimento da aprendizagem, 6628/19, que já foi promulgada, mas de sanção tácita. Nesta lei ficam obrigadas as empresas que prestam serviços terceirizados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na administração direta e indireta, compreendendo as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, contratar adolescentes e jovens.

Atualmente a gestão municipal tem se omitido no fortalecimento de jovens como cidadãos através do trabalho formal (resultado: evasão escolar, trabalho infantil, inserção de jovens no mundo do tráfico);

A Lei da Aprendizagem (10.097/2000) que pode ser aplicada na modalidade alternativa pela Prefeitura possui atuação incipiente e atinge um percentual ínfimo de engajamento e empregabilidade da população jovem;

Diretrizes:

- desenvolver jovens e adolescentes por via da formação técnico-profissional (carteira assinada) estimulando o desenvolvimento de valores éticos, a prática da cidadania, conhecimentos da formação base, e principalmente expandindo e agregando conhecimentos técnicos e específicos da sua área de atuação;
- cumprir a modalidade alternativa de cumprimento de cota de aprendizagem por todos os órgãos da Administração Municipal criando oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, permitindo às empresas formar mão de obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica.

Proposta

Primeiro Emprego

Através da Lei da Aprendizagem (10.097/2000) possibilitaremos a formação de jovens autônomos (14 a 24 anos), que saibam fazer novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade.

Iremos incentivar uma forma alternativa de cumprimento de cota de aprendizagem para as empresas que têm dificuldades práticas para alocar aprendizes em suas instalações, seja por causa da característica das atividades desenvolvidas ou pelas limitações do local de trabalho. O Decreto 8.740/2016 permite que a formação prática dos aprendizes contratados por essas empresas seja realizada em entidades concedentes – órgãos públicos, organizações da sociedade civil e unidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase.

Aplicaremos a Lei Municipal voltada para favorecimento da aprendizagem, 6628/19. As empresas prestadoras de serviços terceirizados que não tiverem preenchido o percentual estabelecido ao tempo de participação de licitação para prestação de serviços à Administração Pública, deverão procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH, a fim de absorver a oferta de mão de obra de possíveis jovens aprendizes atendidos por seus programas ou obter documento oficial daquele órgão atestando a consulta e a indisponibilidade de candidatos para anexação aos demais documentos exigidos no processo de licitação.

Através dessa ação seremos capazes de transformar a realidade de milhares de jovens e impactar de forma positiva a sociedade. Promoveremos efetivamente a introdução formal de adolescente e jovens ao mercado formal de trabalho (carteira assinada), com garantia de leis trabalhistas e formação educacional (pois ambas caminham juntas no programa de aprendizagem).

A ação buscará promover oportunidades para jovens no mercado formal de trabalho, resultando em menos pessoas em risco social ou sujeitas à marginalização, contribuindo para a diminuição de índices de criminalidade, especialmente em áreas mais pobres, além de contribuir para a redução da exploração do trabalho infantil, possibilitando acesso de jovens ao primeiro emprego, com direito às garantias trabalhistas definidas em lei, como o recebimento de salário compatível com a função, vale-alimentação, 13º salário, férias, contagem de tempo de trabalho para fins de fundo de garantia e aposentadoria.

Do ponto de vista psicológico, adolescentes e jovens que já estavam alijados de programas sociais voltados para sua formação, ainda estarão menos preparados

considerando a interrupção das aulas escolares e suas possibilidades de formação e progressão.

Primeira Infância

Estudos científicos de diversas áreas, como neurociência, psicologia do desenvolvimento e sobre os impactos de políticas públicas voltadas para a infância, têm apontado que o período de maiores possibilidades para a formação das competências humanas ocorre entre a gestação e o sexto ano de idade. E mais: o que o bebê aprende no início da vida tem impactos profundos no futuro. É nessa fase, chamada primeira infância, que o cérebro mais se desenvolve em termos estruturais. São os anos mais ricos para o aprendizado.

Estudos mostram que aos dois anos de idade já existem diferenças importantes entre as crianças no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades linguísticas. Essas diferenças decorrem da qualidade e da quantidade de interações a que têm acesso em casa, o que quer dizer que, quando entram na escola, algumas crianças podem estar muito aquém do seu potencial. Se não ganhar lugar de atenção no processo formativo da criança, a linguagem pode ser um agente reprodutor das desigualdades sociais que já estão postas.

O município do Rio de Janeiro realizou adesão ao Programa do Governo Federal - Criança Feliz em fevereiro de 2017 com uma meta de atendimento de 4.700 beneficiários (crianças 0-6 e gestantes). Até a presente data o Programa sequer iniciou um cronograma de visitas a este público alvo. O mais triste é pensar que esse número é estipulado de acordo com as metas pactuadas e quando as mesmas são atendidas, tanto o valor quanto o número de beneficiários pode quadruplicar.

Hoje se tem em conta desde 2017 o montante de R\$1.432.197,24. Somada a esta ação o município também possui instituído por Decreto o Programa Primeira Infância Carioca – PIC, projeto municipal intersetorial que sequer registra uma ação realizada efetivamente em rede.

Diretriz:

- Atuar com serviços, programas e projetos para a Primeira Infância (0-6 anos) primando pela convivência familiar e comunitária em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Propostas

Rio Mais Infância

É uma estratégia alinhada ao Marco Legal da Primeira Infância que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano. De imediato serão atendidos 4.700 beneficiários (crianças 0-6 e gestantes) podendo alcançar 18.800 famílias.

O Rio Mais Infância visa diminuir os severos graus de desigualdade social no público beneficiário, qualificar e incentivar o atendimento e o acompanhamento nos serviços socioassistenciais para famílias com gestantes e crianças na primeira infância inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O programa buscará ainda a redução de óbitos por causas externas, mostrando eficácia também na redução do número de mortes evitáveis em lactentes; a promoção da igualdade no acesso à saúde, bem como para o desenvolvimento de capacidades e habilidades fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de indivíduos; além de permitir a valorização de atendimentos na primeira infância respaldada por evidências científicas favorecendo a ampliação dessa política pública e demonstrando seu impacto no fortalecimento da cultura de investimentos.

Serão mapeadas ações voltadas para a infância nos diversos órgãos que compõem a Administração Municipal. O programa busca contemplar a complexidade de promover o desenvolvimento infantil, estruturando-se em pilares que serão

cumpridos na forma de metas pelos diferentes eixos temáticos, a saber: Desenvolvimento Urbano (revitalização de praças infantis); Educação (extinção da fila na Pré-escola); Assistência (Criança Feliz); Saúde (gestação, parto, aleitamento, doenças crônicas, prevenção ao óbito).

O Rio Mais Infância será executado de forma articulada com o Programa Criança Feliz do Governo Federal que configura uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam meios para promover seu desenvolvimento integral.

Os resultados do programa serão avaliados por meio do Índice Município Amigo da Primeira Infância, o IMAPI. Trata-se de um índice global elaborado por pesquisadoras da Universidade de Brasília (UnB), associada à Universidade de Yale, nos Estados Unidos, com apoio da Bill & Melinda Gates Foundation, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e do Ministério da Saúde.

Segurança Alimentar e Nutricional

O Restaurante Popular é um equipamento que atende a população vulnerável metropolitana por meio do fornecimento de refeições balanceadas e saudáveis a preço subsidiado. A reabertura e a ressignificação destes equipamentos através da sua transformação em Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional objetiva agregar ações para proporcionar um atendimento integral e mais qualificado ao público atendido, a partir da oferta de outros serviços de promoção social e da segurança alimentar e nutricional, a exemplo do acolhimento à população em situação de rua, de formação e capacitação na área de produção de alimentos, de ações de educação alimentar e nutricional, de combate ao desperdício de alimentos e de formação e de orientação dos beneficiários para acesso a outros programas.

Dos oito restaurantes populares do Rio, apenas três seguem em funcionamento, no entanto, não atuam na perspectiva de um atendimento integral de serviços para além a oferta em si. Milhares de pessoas estão privadas de ter acesso a uma refeição com qualidade e de baixo custo – muitas vezes, a única que tinham por dia.

Os três que ainda funcionam na cidade são os de Bangu, Campo Grande e Bonsucesso, ao todo são 7.200 refeições diariamente.

Dentre os cinco que estão fechados na capital, ao menos dois estão em situação de completo abandono. O de Madureira é um deles. No começo de 2018, a Riourbe abriu licitação para reformar o espaço. O edital dizia que as obras ficariam prontas em cinco meses – ou seja, em junho. Mais de dois anos depois, a situação continua a mesma. Outro restaurante popular em completo abandono é o que funcionava próximo da Central do Brasil. Ele está trancado, todo pichado, com o toldo rasgado, com esgoto caindo dentro do local que servia como cozinha do espaço.

Hoje já estamos enfrentando um agravamento das questões sociais visível aos nossos olhos. Muitos destes relacionados a uma demanda de segurança alimentar grave, com retorno a fome. Se não formos prontamente acionados em realizar a ativação de ações sociais para o período pós pandemia, o pior ainda está por vir. Não morreremos somente da Covid 19, mas pelos efeitos sociais gerados diretamente por ela. Morreremos de fome, comunidades inteiras ficarão expostas com suas populações já tão vulneráveis, uma geração de crianças, adolescentes e jovens estarão condenados ao alijamento profissional e educacional que está por vir.

Diretrizes:

- promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa, atendendo dessa maneira, os segmentos mais vulneráveis nutricionalmente e utilizar os mesmos espaços para promover capacitações e formação profissional para população usuária;
- atuar em observância ao que preconiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Propostas

Centros de Referência em Segurança Alimentar

A proposta é reabrir os cinco restaurantes fechados (Central do Brasil, Cidade de Deus, Irajá, Madureira e Méier) sob novo modelo de atuação e ressignificar os que estão em funcionamento (Bangu, Bonsucesso, Campo Grande). Os novos restaurantes serão espaços multifuncionais de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social para a oferta de alimentação saudável a baixo custo associada a um conjunto de ações de formação, capacitação e serviços voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional.

A reabertura e a ressignificação destes equipamentos através da sua transformação em Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional objetiva agregar ações para proporcionar um atendimento integral e mais qualificado ao público atendido, a partir da oferta de outros serviços de promoção social e da segurança alimentar e nutricional, a exemplo do acolhimento à população em situação de rua, de formação e capacitação na área de produção de alimentos, de ações de educação alimentar e nutricional, de combate ao desperdício de alimentos e de formação e de orientação dos beneficiários para acesso a outros programas.

As construções desses espaços sugeridos precisam ser iniciadas imediatamente, para que a esperança de nossa população já tão sofrida, possa ter a força de se reerguer e ofertar ações, programas e projetos que fujam de um caráter meramente assistencialista.

Restaurante Popular

Fornecimento diário de refeições de café da manhã (café, leite, pão e fruta), almoço (arroz, feijão, carne, salada, sobremesa e uma bebida) e sopão. Serão praticados dois valores distintos: R\$ 2,00 para as famílias inscritas no CadÚnico, mediante apresentação do NIS, e R\$ 3,50 para o público em geral.

Nas instalações do restaurante popular será fabricado um sopão in natura, a partir do aproveitamento integral de alimentos. As sopas serão gratuitas e destinadas exclusivamente para a população em situação de rua referenciada no Centro Pop.

O espaço contará ainda com monitores onde serão transmitidos vídeos de educação alimentar e nutricional e de um educador social que fomentará a adoção de hábitos saudáveis e a convivência entre os usuários.

Cozinha Escola

Oferta de cursos para jovens e mulheres de baixa renda na área da gastronomia e da culinária para prepará-los para atuarem na produção (confeitaria, padaria, culinária regional, nacional e internacional, lanches etc.) e na prestação de serviços (cozinheiro, garçom, ajudante de cozinha, etc.) relacionados à alimentação. Neste espaço serão realizadas ações de apoio e incentivo a iniciativas individuais e comunitárias de geração de renda ligadas à produção sustentável de alimentos.

Padaria Social

Formação de pessoas em situação de rua, referenciadas pelo Centro Pop, para a produção de pães a serem distribuídos junto às entidades socioassistenciais que prestam atendimento a este segmento. A produção também deverá ser destinada ao fornecimento do café da manhã servido no restaurante popular.

Banco de Alimentos

Espaço para recepção, manipulação, seleção, embalagem e distribuição de gêneros alimentícios recebidos de doações e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a serem distribuídos junto às entidades socioassistenciais e/ou utilizados na fabricação da sopa que atenderá a população em situação de rua.

Sala Rio Acolhe

Espaço destinado ao acolhimento da população em situação de rua com uma equipe composta por dois assistentes sociais e um psicólogo, além de espaço para banho e lanche. Esta equipe prestará atendimento individualizado e encaminhará as pessoas atendidas para a rede de proteção social (Centros Pop, Abrigos, CAPS, Centros de Saúde) para atenção às questões identificadas.

Sala Multiuso

Espaço com recursos didáticos e equipamentos audiovisuais para a realização de palestras de educação alimentar e nutricional, avaliação antropométrica, orientação nutricional, oficinas de aproveitamento integral de alimentos e formação de gestores públicos e conselheiros na temática da segurança alimentar e nutricional.

Hortas verticais

Utilização da laje e de espaços externos para a produção de mudas e para a formação em agricultura urbana, com incentivo ao cultivo de hortas para o autoconsumo, visando a redução dos gastos com alimentação, a adoção de uma alimentação saudável e ao incremento da renda familiar pela venda das hortaliças.

Espaço de Convivência

Área a ser instalada próxima à distribuição do restaurante popular destinada a fomentar hábitos alimentares e de convivência entre os usuários com espaço para apresentações culturais, exposições, feiras e reuniões sobre temáticas de Segurança Alimentar e Nutricional, saúde, cultura e direitos humanos.

Criança e Adolescente

A cidade do Rio de Janeiro possui mais de 1,3 milhões de crianças e adolescentes que representam cerca de 1/5 da população total segundo informações do Data.Rio (2020). Infelizmente, o município não possui diagnóstico pormenorizado do perfil, demandas, condições de vida e direitos deste grupo populacional. Tais informações estão dispersas em diversas pesquisas e estudos o que dificulta a produção de conhecimentos e a formulação de respostas efetivas.

Segundo o Dossiê Criança e Adolescente – 2018, o qual retrata a violência no Estado do Rio de Janeiro, a violência foi a principal causa externa das mortes de crianças e adolescentes, destacando-se o número de homicídios dolosos e

homicídios decorrente de intervenção policial em meninos, negros, na faixa dos 11 aos 17 anos e violência sexual em meninas, negras, a partir da primeira infância.

A cidade carioca possui 19 Conselhos Tutelares, contudo, considerando o número de habitantes, a cidade deveria ter 67 unidades. Assim, há uma carência de 48 Conselhos Tutelares. É preciso ainda nos atentarmos ao sucateamento e a desvalorização das unidades devido à falta de pagamento de conselheiros e funcionários, ausência de repasse de recursos para conservação e manutenção de prédios e falta de insumos básicos para o funcionamento.

De acordo com o estudo “A invisibilidade de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, de Renata Mena Brasil do Couto, publicado em 2017 na revista de Estudos de Conflito e Controle Social, em 2017, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos mapeou 525 pessoas com idades entre 0 e 17 anos vivendo nas ruas e outros 547 vivendo em abrigos. Mas, no que tange a Política Municipal de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Rua, das 64 diretrizes incluídas na Política Municipal de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Rua (Deliberação nº 763/2009, CMDCA-Rio), apenas uma foi implementada: “o serviço Consultório na Rua”.

A questão ainda enfrenta a falta de transparência na aplicação dos recursos do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, limitação das políticas setoriais na efetivação de medidas socioeducativas e a ausência de um primeiro atendimento especializado à criança e adolescente vítima de violência.

Diretrizes:

- proteção integral e prioritária dos direitos da criança e adolescente;
- acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;
- fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Adolescência;

- diminuição dos índices de violência à criança e adolescente.

Propostas

Revitalizar e Ampliar os Conselhos Tutelares

Segundo a Resolução 139 de 2011 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, é recomendado que seja estabelecido um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes.

Considerando o número de habitantes da cidade e a Resolução do CONANDA, deveria haver no município do Rio de Janeiro 67 unidade de Conselho Tutelar.

Assim, o total de 19 unidades atualmente em funcionamento está bem abaixo do indicado, o que resulta em unidades sobrecarregadas que não conseguem funcionar com a eficiência exigida para os casos.

É necessário ainda revisar os contratos com as organizações sociais responsáveis pela manutenção e conservação dos Conselhos Tutelares, tendo em vista a precarização unidades, a revisão dos contratos possibilitará a avaliação e monitoramento dos serviços prestados nestes espaços, além de prevenir práticas irregulares.

Informatização dos Conselhos Tutelares

O Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA é uma plataforma nacional qualificada de apoio e retaguarda às ações de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas à infância e adolescência e ainda não foi implementado na cidade.

Realizar o panorama da situação da criança e do adolescente no Município do Rio de Janeiro

Embora seja uma das principais ações estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, não há um panorama detalhado da

situação da criança e do adolescente e suas peculiaridades no Município do Rio de Janeiro.

O panorama proporcionará a compreensão real da situação da criança e do adolescente de forma a elaborar e concretizar políticas públicas capazes de garantir as necessidades do público alvo.

Conhecer o perfil de crianças e adolescente na cidade do Rio de Janeiro, otimizar os recursos públicos, fomentar ao ensino, a pesquisa e a extensão sobre o público, mapear das múltiplas demandas existentes

Criação do Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança Vítima de Violência

O Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança Vítima de Violência é uma medida protetiva que garante um atendimento multidisciplinar. O objetivo é criar dentro dos hospitais municipais um espaço lúdico e acolhedor, além de sala para oitiva, sala de registros de ocorrência e consultório onde serão realizados, caso necessário, exames de corpo de delito com um médico especializado.

Espera-se com esta proposta oferecer atendimento qualificado e multiprofissional à criança e ao adolescente vítima de violência, celeridade no atendimento, diminuição da *revitimização* com o método da “escuta qualificada”, além de facilitar o acesso aos serviços governamentais em casos de violência, pois não precisarão recorrer exclusivamente às delegacias.

Realizar campanhas periódicas nas unidades municipais de educação

De modo articulado com as entidades que compõe o Sistema de Garantia de Direitos, a proposta é implementar atividades educativas, artísticas e culturais profissionais da educação, alunos, familiares e sociedade civil em geral, com foco no combate ao abuso sexual infanto-juvenil, erradicação do trabalho infantil e promoção de direitos. O objetivo é a promoção dos direitos das crianças e adolescente, aumento do número de denúncias de violência infantil e prevenção de novos casos. Atualmente o município realiza ações pontuais, geralmente em datas alusivas às crianças e adolescentes.

Capacitar profissionais dos setores que compõe o Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente

Com o objetivo de fortalecer a política pública, sensibilizar novos profissionais, consolidar os canais de denúncias de violência infantil e prevenir de novos casos, a proposta consiste em ofertar atividades de sensibilização e formação para os profissionais dos setores que compõe o Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente visando fortalecer as ações integradas da política pública municipal, pois atualmente o município realiza apenas ações pontuais de sensibilização e formação.

Mulheres

As mulheres correspondem a 52,53% da população carioca, segundo dados do Censo IBGE 2010. Apesar disso, as mulheres ainda enfrentam dificuldades no acesso às políticas públicas no município do Rio de Janeiro, especialmente nas searas da educação, saúde, mercado de trabalho formal e segurança.

No tocante a segurança pública, 45.494 (35,57%) dos 121.077 casos de violências cometidas contra mulheres no estado ocorrem no município do Rio de Janeiro conforme o Instituto de Segurança Pública do RJ de 2018. Dentre os tipos de violência mais recorrentes estão a violência física (34,7%), violência psicológica (29,7%), violência moral (26,8%). Violência sexual e patrimonial alcançaram o mesmo percentual (4,4%).

Além destas, há ainda que considerar a violência de gênero no transporte público. Neste contexto, dos casos de violência sexual cometidas no transporte público do Estado do Rio de Janeiro, 65,9% dos casos acontecem na capital.

Os dados de violência contra a mulher são alarmantes, demandando do poder público maior investimento em políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres, combatendo todo e qualquer tipo de violação de direitos em razão do gênero.

Segundo informações obtidas pelo site da Secretaria Municipal da Assistência Social e Direitos Humanos, são 03 equipamentos voltados para o atendimento multidisciplinar às mulheres, especialmente àquelas vítimas de violência doméstica e um abrigo para acolhimento institucional de mulheres e filhos vítimas de violência. Alguns desses equipamentos oferecem ainda cursos livres e/ou profissionalizantes.

Contudo, as poucas políticas públicas existentes mostram-se ineficientes, haja vista o sucateamento dos espaços municipais de atendimento à mulher.

Além disso, há que se atentar para a evasão de meninas do ensino básico (seja pela gravidez na adolescência, pelo cuidado com a família) e a pouca oferta de vagas em creches municipais como as principais causas desfavoráveis para maior inserção de mulheres no mercado formal de trabalho.

Desta feita, sugerem-se as diretrizes, metas e propostas relacionadas no plano de governo como forma de viabilizar e ampliar o acesso aos direitos das mulheres na cidade do Rio de Janeiro.

Diretrizes:

- reduzir a desigualdade entre homens e mulheres;
- promover o acesso e a permanência de meninas à educação de qualidade, especialmente àquelas pertencentes aos grupos mais vulneráveis;
- promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos;
- reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres;
- Fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços de poder e decisão, por meio da promoção de mudanças culturais, legislativas e institucionais que

contribuam para a construção de valores e atitudes igualitárias e democráticas e para a construção de políticas para a igualdade;

- Contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos em razão do gênero;
- Garantir o acesso de todas as mulheres (negras, transgêneros, jovens, idosas e com deficiência) a políticas, equipamentos e serviços públicos.

Propostas

Revitalização das Casas da Mulher Carioca e do Centro Especializado de Atendimento à Mulher

A Casa da Mulher Carioca é um equipamento público municipal para atendimento multidisciplinar e para a promoção dos direitos da mulher, que deveria oferecer oficinas de lazer e cultura e cursos profissionalizantes para mulheres. Já o Centro Especializado de Atendimento à Mulher atua com foco na proteção e defesa da mulher, prestando atendimento psicossocial e jurídico nos casos de violência doméstica. No entanto, os equipamentos encontram-se pouco utilizados, obsoletos e prestando serviços de forma precária. A revitalização deve ocorrer por meio de parcerias para realização de oficinas e cursos profissionalizantes, atividades culturais, de esporte e lazer visando a otimização de recursos públicos, fortalecimento de vínculo com a sociedade civil e fortalecimento da promoção e defesa dos direitos das mulheres.

Auditoria nas Casas da Mulher Carioca e no Centro Especializado no Atendimento à Mulher – CEAM

Tendo em vista o sucateamento destes serviços e o seu funcionamento de forma precária, sem qualquer institucionalização de padrões de atuação e de isonomia na

prestação dos serviços, a auditoria possibilitará a avaliação e monitoramento das políticas públicas contínuas desenvolvidas nestes espaços, além de possibilitar a eliminação de práticas irregulares, melhor aproveitamento de recursos, estabelecimento de protocolos de atendimento e oferta de serviços de qualidade para a população local.

Mapeamento das instituições públicas e privadas que ofereçam serviços às mulheres cariocas e as possibilidades de cooperação

Existem muitas instituições competentes e atuantes na pauta de gênero reconhecidas pelo trabalho na promoção dos direitos das mulheres, inclusive pela própria sociedade civil. Desta forma, o mapeamento permitirá uma melhor formulação de políticas públicas, favorecerá o fortalecimento da rede interinstitucional; além da otimização de recursos públicos, fortalecimento de vínculo com a sociedade civil e estabelecimento de uma rede integrada na promoção e garantia de direitos das mulheres.

Estabelecimento de ação contínua para emissão/regularização de documentação civil

O acesso à documentação básica é um direito humano garantido pela Constituição Federal, capaz de garantir acesso aos serviços públicos com educação, saúde e ao mercado formal de trabalho, além de garantir autonomia feminina e recebimento de denúncias de violência doméstica. Além disso, muitas das vezes esses mutirões de serviços públicos acabam servindo como porta de entrada para denúncias sobre violência doméstica e outras violações de direitos. A ação consiste na emissão/regularização de documentação civil, assim como atendimento interdisciplinar, inclusive, jurídico.

Criação do Observatório da Mulher Carioca

O Observatório concretiza em um sistema de informação dados obtidos com metodologia padronizada com o objetivo de diagnóstico e avaliação, podendo propor ao final do levantamento políticas públicas capazes de garantir a concretização de direitos. Desta forma, espera-se a otimização dos recursos

públicos, fomento ao ensino, a pesquisa e a extensão sobre mulheres e realização do mapeamento das múltiplas demandas femininas no município, incluindo as mulheres LGBTQ+, negras, idosas, pessoas com deficiência e jovens em parceria com instituições de pesquisa/universidade.

Realizar campanhas periódicas nas escolas municipais visando a propagação dos direitos humanos

A proposta é implementar atividades educativas durante todo o período letivo em todas as escolas municipais, não só para os profissionais da educação como também para os alunos e familiares visando a promoção dos direitos das mulheres, o combate a violência, a consolidação dos canais de denúncias e prevenção de novos casos. Atualmente o município realiza ações pontuais, geralmente em datas alusivas às mulheres.

Instituir o selo “Empresa pela Igualdade de Gênero”

Oferta de oficinas de sensibilização e capacitação dos recursos humanos das empresas pela igualdade salarial entre homens e mulheres e prevenção ao assédio moral e sexual no mercado de trabalho, com a posterior certificação de empresas estabelecidas na cidade que cumprirem os requisitos.

Criar um Sistema de Atendimento Integrado e Fluxo Institucional sobre Violência contra a Mulher

Facilitação de acesso às informações pelo Poder Público e instituições responsáveis pela garantia de direitos; eficiência do atendimento e prevenção de revitimização por meio de fluxo institucional entre a Delegacia de Atendimento à Mulher, Tribunal de Justiça e as Secretarias Municipais de Assistência Social, Direitos Humanos, Educação, Saúde e Trabalho.

Ampliar o acesso das mulheres à saúde preventiva

A realização de cuidados preventivos principalmente das doenças mais comuns como o câncer de mama e de colo de útero e aos métodos contraceptivos (inclusive àqueles não hormonais) será capaz de proporcionar: redução dos gastos públicos

com tratamentos mais complexos e aumentar a expectativa e qualidade de vida das mulheres.

Criação de mais três Casas da Mulher Carioca em áreas estratégicas

Capilarizar os serviços oferecidos pela Casa da Mulher Carioca à outras regiões do município ainda não contempladas, aumentando o atendimento às mulheres com foco na prevenção às violações de direitos por questões de gênero, incluindo os casos de violência doméstica. No plano estratégico da prefeitura havia a promessa de ampliação do quantitativo de equipamentos, entretanto essa promessa não se concretizou.

Apoiar e fomentar projetos de empreendimentos econômicos solidários de mulheres

As feiras de empreendedorismo feminino poderão ser realizadas em parceria com instituições como FIRJAN e SENAC levando conhecimento à mulheres que pretendem empreender e fortalecendo os vínculos entre as mulheres empreendedoras, favorecendo mecanismos para comercialização e escoamento de sua produção, com a realização de feiras de mulheres empreendedoras, pois atualmente não há política pública municipal neste sentido.

Pessoa com Deficiência

Segundo pesquisa do IBGE em parceria com o Ministério da Saúde de 2013, 6,2% da população do país têm algum tipo de deficiência. Ao mesmo tempo que apenas 441 mil pessoas com deficiência, PcD, estão empregadas. Ou seja, menos de 1% do total de empregos formais do Brasil são ocupados por PcD.

A taxa de inclusão de PcD no mercado de trabalho tem apresentado crescimento constante ao longo dos últimos anos. Porém ainda é pouco representativo em relação ao total de empregos no Brasil.

Em relação ao município do Rio de Janeiro, de acordo com os dados do IBGE 2010, ¼ da população carioca tem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Cerca de 1,5 mi da população carioca é PcD.

A pesquisa mais atualizada sobre a disposição das pessoas com deficiência segundo as Regiões Administrativas refere-se a Coleção de Estudos Cariocas do IPP (Março- 2005) que afirma que o Centro possui o maior número na proporção de deficientes, isto é, 18,8%, seguido de Anchieta, Madureira e Irajá que estão localizados na Zona Norte.

No quesito acessibilidade escolar, de acordo com Censo Escolar/INEP 2018, apenas 52% das Escolas Municipais possuem dependências acessíveis às pessoas com deficiência e apenas metade contam com sanitários acessíveis.

Na cidade do Rio de Janeiro há a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Tecnologia, porém não existe Política Municipal de Promoção a Pessoa com Deficiência na cidade do Rio de Janeiro, assim como não há um Plano Municipal de Promoção a Pessoa com Deficiência. Existem 7 Naves do Conhecimento fechadas, apenas 2 funcionando e não estão adaptadas à população com deficiência.

A cidade do Rio de Janeiro não possui acessibilidades nas principais rotas de confluência: Central do Brasil, Rodoviária, Praça XV. Nenhuma praia carioca possui acessibilidade.

O Centro de Referência da Pessoa com Deficiência de Mato Alto foi inaugurado, porém não está em pleno funcionamento. Existem apenas 4 intérpretes de libras na Central Carioca de Intérpretes de Libras para atender toda cidade.

Diretrizes:

- assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência;
- possibilitar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da

informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público;

- aumentar a atuação que vise empregabilidade, renda e ensino inclusivo.

Propostas

Política Municipal de Promoção da Pessoa com Deficiência

A Cidade do Rio de Janeiro não possui Política de Promoção a Pessoa com Deficiência na cidade do Rio de Janeiro para integrar os setores e estabelecer atribuições ações voltadas ao atendimento e defesa de pessoas com deficiência. A instituição de uma política visa assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Mato Alto

O Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Mato Alto foi inaugurado, porém suas atividades não estão em pleno funcionamento, apenas realizam o cadastramento para possíveis futuros atendimentos. É preciso iniciar a operacionalização do centro, pois sua função é tratar de pessoas com diferentes tipos de deficiência com atividades que viam aumentar a autonomia da pessoa com deficiência, realizando atendimentos de reabilitação e inclusão social.

Reabrir e adaptar as Naves do Conhecimento

As instalações das unidades do Programa Naves do Conhecimento não estão com acessibilidade e/ou não oferecem cursos com inclusão à pessoa com deficiência. O Programa “Nave do Conhecimento” era um programa da Secretaria de Tecnologia, contudo houve uma fusão desta secretaria com a Secretaria de Promoção da

Pessoa com Deficiência. Logo, há necessidade primária em adaptar as instalações e os cursos à política de pessoa com deficiência.

Aumentar a Capilaridade do Centro Integrado de Assistência à Pessoa com Deficiência – CIAD

Existe apenas 01 Centro Integrado de Assistência à Pessoa com Deficiência – CIAD na cidade do Rio de Janeiro localizado na região Central – maior concentração de PcD. O CIAD integra serviços nas áreas de educação, esporte e lazer, saúde, assistência social, trabalho e tecnologia, para a promoção e inclusão da pessoa com deficiência e sua família em um único espaço. Como existe apenas um serviço integrado para toda a população carioca, propomos a criação de um CIAD na Zona Norte que é o segundo local com mais pessoas com deficiência residentes.

Ampliar o serviço da Central Carioca de Intérpretes de Libras (CCIL)

Existem apenas quatro intérpretes de libras na Central Carioca de Intérpretes de Libras que funciona com atendimento telefônico, via vídeo-chamadas e agendamento para acompanhar a pessoa com deficiência em atendimento médico, atendimento jurídico e outros. Porém, devido ao baixo número de intérpretes o atendimento da Central é insuficiente comparado a demandas.

Criação do Primeiro Posto Permanente de Praia Acessível

Rio de Janeiro é uma cidade turística, atraente por suas belas praias, porém não possui acessibilidade permanente para pessoas com deficiência. As praias precisam ser espaços inclusivo, com acessibilidade arquitetônica e atitudinal.

Implementar as ações de promoção à Política da Pessoa com Deficiência

Incluir é uma ação consciente que começa com o reconhecimento dos rótulos aplicados as diferenças, evitando preconceito e discriminação. A disponibilidade de informações leva à conscientização e estimula a inclusão. Portanto, torna-se

fundamental fortalecer ações de promoção da Política da Pessoa com Deficiência que se destacam com as seguintes propostas:

Realizar educação continuada aos profissionais que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social sobre os direitos da pessoa com deficiência; Sensibilizar e orientar as empresas sobre inclusão e a permanência no mercado de trabalho; Divulgar e sensibilizar a sociedade civil sobre os direitos da pessoa com deficiência; Implementar programa de enfrentamento ao preconceito à pessoa com deficiência tanto institucional como social.

Criação do Comitê Gestor Intersectorial da Política da Pessoa com Deficiência

O Comitê tem o objetivo de conjugar esforços da Prefeitura do Rio de Janeiro em proveito da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de sua inserção na sociedade carioca. Visa integrar os setores e estabelecer atribuições voltadas ao atendimento e defesa de pessoas com deficiência.

Observatório Municipal da Pessoa com Deficiência

Os dados sobre a pessoa com deficiência na cidade do Rio de Janeiro estão defasados, prejudicando a análise e construção de políticas públicas eficazes. Portanto, Observatório Municipal da Pessoa com Deficiência é uma iniciativa que busca produzir, reunir, analisar e divulgar dados estatísticos e analíticos relativos à pessoa com deficiência residente no município do Rio de Janeiro e aos serviços e políticas públicas voltados à plena e efetiva inclusão dela na sociedade, com o objetivo de subsidiar o planejamento estratégico de políticas transversais e monitorar a realização progressiva dos direitos da pessoa com deficiência, de modo a se tornar um repositório de informação sobre este segmento.

Pessoa Idosa

Em 2017, o aumento no número de pessoas com 65 anos ou mais na população brasileira foi de 20% na comparação com os dados de 2012, quando a proporção

de idosos era de 8,8%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua – Características dos Moradores e Domicílios (2018).

Os idosos correspondem a 13,06% da população do estado Rio de Janeiro. E por capital, a cidade do Rio de Janeiro ocupa a primeira posição, com 14,5% acima dos 65 anos, com concentração nos bairros de Copacabana, Flamengo, Ipanema e Leblon. Na projeção para 2020, Copacabana tem 27,48% de seus moradores idosos. Cálculos preveem um futuro em que um a cada três brasileiros será idoso, a partir de 2050.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a cidade do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2019, registrou 650 relatos de violência contra idosos. O município mantém sete Casas de Convivência, sendo 4 na Zona Sul, 2 na zona Norte e 1 zona Oeste, 04 equipamentos de Reinserção Social para Idosos e 01 Central de Recepção de Idosos, mas não possui nenhum Centro-Dia sob sua administração para vivência diária e fortalecimento de vínculos comunitários.

Segundo a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (2020) nos “Relatórios do Ronda dos Direitos Humanos” há a falta de vagas específicas para idosos nos centros de acolhimentos. As Instituições de Longa Permanência (ILPI) correspondem ao total de seis unidades e todas são de execução indireta. As instituições encontram-se despreparadas para proporcionar aos seus residentes serviços individualizados e especializados, principalmente aos idosos mais dependentes.

Um novo desafio gerado com a Pandemia do Covid-19 foi a “velho fobia” o contribui para que os indivíduos idosos tenham sentimentos de inutilidade e sensação de serem onerosos e sem valor.

Diretrizes:

- articulação com as diversas políticas públicas municipais de atendimento à pessoa idosa – pactuar caminhos intersetoriais;
- protagonismo da pessoa idosa na conquista e na efetivação dos seus direitos;

- diminuir os índices de violência à pessoa idosa;
- proteção a população idosa mais vulnerável.

Propostas

Implementar as ações de promoção à Política Da Pessoa Idosa

A capital do Rio de Janeiro ocupa a primeira posição nacional com 14,5% idosos. Além disso, são altos os índices de violência contra o idoso na capital. No primeiro semestre de 2019, foram registrados 650 relatos de violência. Com a capital mais numerosa em população idosa e ser o 3º maior estado a cometer violência contra idosos, o Rio de Janeiro carece ações de promoção da Política do Idoso que se destacam com as seguintes propostas:

- promover e incentivar campanhas educativas de valorização da pessoa idosa, de prevenção a qualquer tipo de violência contra a pessoa idosa e de incentivo à participação social;
- ofertar educação continuada aos profissionais que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social para identificação e encaminhamento de casos de violência contra idosos;
- promover eventos com atividades intergeracionais, esportivas, recreativas, culturais de interesse de pessoas idosas, especialmente em áreas de vulnerabilidade socioeconômica;
- promover atividades formativas e informativas destinadas às pessoas idosas, como a alfabetização;
- conscientizar a população sobre o direito de prioridade das pessoas idosas em assentos no transporte público;

- realizar campanhas sobre acessibilidade e segurança em casa. Divulgar e sensibilizar a sociedade civil sobre os direitos da pessoa idosa;
- criar cursos de educação financeira (orçamento e investimento pessoal e familiar).

Implantação de Centro-Dia em regiões estratégicas para o atendimento à população idosa

O Centro- Dia é um espaço destinado à reabilitação de idosos que convivem com seus familiares, mas não dispõem de atendimento no domicílio para a realização das atividades da vida diária. O idoso permanece no Centro-Dia oito horas por dia, período em que lhe são prestados serviços de saúde, fisioterapia, apoio psicológico, social e atividades ocupacionais e de lazer.

Ampliar o número de Casas de Convivência na Zona Oeste e Zona Norte

No município carioca existem 7 Casas de Convivência, sendo 4 na zona Sul, 2 na zona Norte e 1 zona Oeste. A Casa de Convivência é um local voltado para idosos e seus parentes que participam de atividades com duração de, no mínimo, 16 horas semanais. Contudo, o serviço é deficitário nas regiões mais vulneráveis e mais populosas da cidade: Zona Oeste e Zona Norte. Logo, propomos a construção de Casas de Convivência nessas regiões.

Promover ações de fortalecimento para inclusão da pessoa idosa no mercado de trabalho

Os idosos são as pessoas de referência ou os chefes de família de 19,3% dos domicílios brasileiros. (PNAD- 2018) O Rio de Janeiro possui a população mais numerosa do país e tem previsão de crescimento para os próximos anos, precisamos pensar na inclusão deste público no mercado de trabalho. A ações de inclusão de pessoa idosa ao mercado de trabalho consiste em sensibilizar e orientar as empresas sobre recolocação e a permanência do trabalhador que envelhece no

mercado de trabalho; desenvolver planos de educação continuada para requalificação profissional da pessoa idosa; desenvolver projetos de inclusão digital e socialização das pessoas idosas.

Contratar Serviço de Tecnologia de Informação para regulação da Unidades Municipais de Reinserção Social

Relatórios do Ronda dos Direitos Humanos – projeto realizado pelo Nudedh em conjunto com outras instituições – mostram que a principal alegação para a recusa dos abrigos é a falta de vagas específicas para idosos. Tal proposta visa contratar Serviço de Tecnologia de Informação para criação de sistema de regulação de vagas nas Unidades Municipais de Reinserção Social, no âmbito da pessoa idosa, com o objetivo de facilitar a comunicação interna e agilizar a liberação de vagas.

Pessoas Desaparecidas

De acordo com o Ministério Público do Estado Rio de Janeiro, 2018, cerca de 500 desaparecimentos são registrados por mês no Estado do Rio de Janeiro e cerca de 15% não são identificados e, infelizmente, não existe política pública específica para a questão na cidade. Somente na cidade do Rio de Janeiro, entre janeiro a agosto de 2019, a Delegacia de Descobertas e Paradeiros registrou 1.427 pessoas como desaparecidas: 1.157 delas foram encontradas, 20 faleceram e, aproximadamente, 250 casos ainda estão em andamento.

O desaparecimento não diz respeito apenas a questões criminais, envolve também questões de gênero, de saúde mental, de conflitos familiares, de uso de drogas etc. Podendo ser classificado como: voluntário, involuntário e forçado. Para o Programa SOS Desaparecidos da Fundação para a Infância e Adolescência, 70% dos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes são motivados por conflitos intrafamiliares.

Cabe às famílias a busca pelo paradeiro. Os desaparecimentos são reduzidos às questões judiciais e inquéritos, isto é, aos “casos de polícia”, porém a abordagem

ideal seria com políticas integradas. Falta interlocução entre os órgãos: hospitais, abrigos, delegacia, institutos médico legal, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público.

São diversas dificuldades enfrentadas para localização de pessoas desaparecidas, como a falta de acesso à informação; o acompanhamento dos casos pelos processos de investigação; a falta de orientação e auxílio desde a comunicação do desaparecimento até a localização ou encerramento do caso.

Mais de mil pessoas são enterradas sem identificação, segundo a Coordenadoria de Desaparecidos do Estado do Rio de Janeiro (2019). Familiares vivem com o luto aberto, sofrem diversos traumas psicológicos e tornam-se vulneráveis a outras mazelas durante a busca do ente como depressão, falta de libido, culpabilização do cônjuge, extrema dedicação à descoberta do paradeiro e o desemprego.

Diretrizes:

- aumentar a eficácia da localização de desaparecidos;
- diminuir a reincidência do desaparecimento;
- tratar as motivações que levam ao desaparecimento.

Propostas

Criar a Política Municipal de Busca de Pessoas Desaparecidas

Não existe uma política pública na cidade do Rio de Janeiro que trate especificamente do tema. A política visa integrar os setores e estabelecer atribuições à cada um para localizar pessoas desaparecidas, aumentando a eficácia da localização de desaparecidos.

Criar a Coordenação Municipal de Pessoas Desaparecidas

Não existe uma coordenação que trate especificamente do tema, é preciso institucionalizar o atendimento aos familiares de desaparecidos, centralizando a política e estabelecendo relações com outros órgãos.

Realizar campanhas de sensibilização e mobilização da sociedade quanto ao desaparecimento

O Desaparecimento é um fenômeno multicausal e com isso, há a dificuldade de saber como agir nesses casos. Por isso, a importância de sensibilizar prevenindo o sumiço de pessoas e informando as ações práticas em casos de desaparecimento.

Estabelecer Cooperação Técnica e Fluxos Institucionais

Não existe política pública municipal que trate especificamente do tema. Logo, não existe ações integradas para localização de desaparecidos. É fundamental a implantação de fluxos institucionais e o estabelecimento de cooperação técnica para aperfeiçoamento dos mecanismos de busca e localização de desaparecidos.

Promover a capacitação continuada dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos

As organizações inseridas no Sistema de Garantia de Direito em sua maioria não sabem como lidar institucionalmente com o desaparecimento de pessoas. É preciso capacitar profissionais de todos os níveis para saber lidar com as questões que envolvem o desaparecimento, busca e localização de pessoas.

Construir o Núcleo de Apoio e Atendimento aos familiares de desaparecidos

Os familiares de desaparecidos enfrentam diversas dificuldades quanto ao acesso aos serviços e tornam-se vulneráveis a outros traumas, necessitando de orientações jurídicas e psicológicas. O núcleo de apoio e atendimento aos familiares de desaparecidos visa acompanhar às famílias de desaparecidos fazendo o primeiro atendimento, garantindo o suporte adequado às famílias a partir do acolhimento multidisciplinar.

Liberdade Religiosa

Intolerância religiosa é crime previsto no artigo 20 da Lei nº 7.716/89, portanto, praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em razão da religião é um fato que pode levar o infrator a cumprir pena de reclusão.

Entre os anos de 2017 a 2018 houve aumento de 56% nos índices de violência religiosa no Estado do Rio e a capital concentra 55% das denúncias. O tipo de violência mais praticado é a discriminação (32%). Depois, aparecem depredação de lugares ou imagens (20%) e difamação (10,8%). As religiões de matrizes africanas são os principais alvos: candomblé (30%) e, umbanda (22%).

Segundo dados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, entre janeiro de 2015 e o primeiro semestre de 2017, o Brasil registrou uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas, a partir de dados do Disque Direitos Humanos – Disque 100. A maioria das vítimas de intolerância é de religiões de origem africana, com 39% das denúncias. Lideram o ranking umbanda (26 casos), candomblé (22 casos) e as chamadas matrizes africanas (18 casos), seguidas por católica (17 casos) e evangélica (14 casos)

A Cidade do Rio de Janeiro tem presenciado cenas de violência e depredações contra pessoas e templos religiosos de matriz africana. O motivo é torpe, pois tem profunda raiz em preconceitos, falta de conhecimento e respeito à liberdade de expressão de pessoas que professam diferentes crenças e religiões. São atos de intolerância religiosa.

Em janeiro de 2020, foi instituída a Subsecretaria de Proteção à Diversidade Religiosa dentro da SMASDH. Contudo, poucas ações aconteceram devido a pandemia da Covid-19.

Diretrizes:

- manter os instrumentos e políticas já existentes;

- promover e garantir a assistência e manifestação religiosa igualmente a todas as religiosas.
- garantir o uso e manifestação plurirreligiosos dos espaços públicos.
- promover a cultura de paz entre as diversas religiões.
- garantir a liberdade plurirreligiosa no espaço escolar.

Propostas

Ações de Promoção à Política de Liberdade Religiosa

No Município do Rio de Janeiro os casos de intolerância religiosa aumentam e, por muitas vezes, não chegam ao judiciário ou ao poder público seja pela falta do conhecimento do direito à liberdade religiosa ou dos canais apropriados para denúncia, o que gera a naturalização das violações sofridas em muitos casos. Portanto, torna-se fundamental fortalecer ações de promoção da Política de Liberdade Religiosa que se destacam com as seguintes propostas:

- promover campanhas de conscientização e mobilização da sociedade civil sobre o direito à liberdade religiosa e o respeito aos direitos humanos;
- implementar programa de enfrentamento a intolerância religiosa nos órgãos municipais;
- fomentar, com equanimidade, as manifestações culturais de cunho religioso incentivando a parceria e a cooperação entre as entidades de caráter religioso, a sociedade civil e o poder público;
- realizar campanhas de esclarecimento sobre o significado dos geossímbolos identificados pelos povos originais, e pelo respeito a comunidades tradicionais e religiosas de todas as tradições, confissões e segmentos;

- elaborar projetos nos espaços públicos que valorizem e promovam a liberdade religiosa, visando a capacitação dos servidores municipais sobre os direitos humanos em seus aspectos de tradição, cultura de paz e da fé, pois é fundamental sensibilizar os agentes públicos e os agentes privados, prestadores de serviço público, para o atendimento efetivo às singularidades, mantendo a laicidade do Estado;
- recomendar as entidades responsáveis pelos transportes públicos municipais afim de que tenham práticas respeitadas e tolerantes de utilização de usos e trajes religiosos;
- criação de um banco de dados e monitoramento das ações de desenvolvidas em prol da liberdade e no combate à intolerância. O monitoramento ocorrerá mediante a elaboração de relatórios que contemplem casos de suspeita, alegação ou constatação de atos de intolerância religiosa, os encaminhamentos, as providências tomadas e as soluções, e ainda, as decisões proferidas, a partir da tabulação dos dados constantes do banco de dados com esta temática. Otimização dos recursos públicos, fomento ao ensino, a pesquisa e a extensão sobre religião e realização do mapeamento das múltiplas demandas de intolerância religiosa no município.

Criação do Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade – COMPLIR/RIO

Com o compromisso de defender e promover a Liberdade Religiosa para todos e a necessidade de compreender a existência dos segmentos religiosos, comunidades tradicionais e segmentos culturais e filosóficos, como um valor positivo da democracia enquanto um fato social fruto da própria diversidade cultural e humana, é que se faz necessária a criação do Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade – COMPLIR/RIO.

Igualdade Racial

O último Censo Demográfico demonstrou que o Rio de Janeiro era a cidade com o maior número de negros e pardos do país, totalizando mais de 3 milhões de pessoas.

Infelizmente, o IBGE (2019) também registra 255 mil negros assassinados entre 2012 e 2017, colocando este grupo como o mais vulnerável para homicídio. O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP-RJ apontou ainda que 78% dos mortos por intervenção policial no Rio de Janeiro em 2019 eram pardos ou negros.

A prefeitura do Rio de Janeiro possui a Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial inserida na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Em dezembro de 2018, o município aderiu ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir na modalidade de Gestão Básica, no entanto, ainda não produziu o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial e não há indicativo que tenha destinado a verba prevista. Além de não realizar capacitações para que os professores lecionem conteúdo étnico-racial, previsto na Lei 10.639/2003.

A pauta da saúde que está muito em voga também não atinge de forma igual brancos e negros. Isto porque, a população negra é a mais vulnerável à violência médica. Ressaltando que o Município ainda não implementou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Dentro desse grupo, as mulheres negras são ainda mais vulneráveis, especialmente por estarem suscetíveis à violência obstétrica.

Falando em mulheres negras, é preciso lembrar que muitos lares são chefiados por elas. Nos últimos 15 anos, o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou em 105%. No Brasil, mulheres negras chefiavam 15,9 milhões de famílias em 2015, sendo o Sudeste a região do país com o maior número absoluto, chegando a 12,3 milhões de famílias chefiadas por mulheres também naquele ano (CAVENAGHI; ALVES, 2018). Cabe ressaltar, ainda, que, no ano de 2017, 56% dos domicílios do Município do Rio de Janeiro dos quais eram chefiadas por mulheres negras ou pardas estavam abaixo da linha da pobreza (OBSERVATÓRIO SEBRAE/RJ, 2019).

Isso nos leva ao “fator da renda”. Neste campo, também é a população negra a que mais sofre no Rio de Janeiro, uma vez que a taxa de desemprego é de 18,1% considerando pessoas negras, 17% de pessoas pardas e 12,8% de pessoas brancas (DATASEBRAE). A discrepância é ainda maior quando comparada a

incidência de desemprego entre mulheres negras (19,8%) e homens brancos (10,4%).

O fator da renda também está atrelado à ocupação geográfica da cidade do Rio de Janeiro, isto porque, um estudo produzido em 2015 apontou que há uma segregação racial, fazendo com que a população branca se situe em maior intensidade nos bairros da Zona Sul (locais mais ricos), enquanto a população negra fica mais concentrada geograficamente nas regiões oeste e norte (locais com menos recursos) (CLARKE, 2015).

Para além das pautas de direitos básicos implementadas para a população negra, também há a necessidade de um resgate da história e identidade dessa população. O ensino étnico-racial foi incluído pela Lei 10.639/2003, a qual prevê a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nas diretrizes e bases da educação. Mas, não basta a inclusão, esse ensino tem que ser feito com qualidade e por profissionais capacitados e sensíveis ao aprofundamento que o ensino requer.

Diretrizes:

- manter os instrumentos e políticas já existentes;
- aumentar a atuação que vise empregabilidade, renda e ensino;
- melhorar o engajamento da população na utilização dos serviços oferecidos;
- diminuir os índices de violência perpetrada contra essa população; e,
- combater o racismo institucional.

Elaborar o Plano Municipal de Promoção à Igualdade Racial

Em dezembro de 2018, o Município do Rio de Janeiro aderiu ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) na modalidade de Gestão Básica, mas ainda não produziu o Plano Municipal e não há indicativo que tenha destinado a verba prevista. Portanto, temos como proposta criar o Plano Municipal de Promoção à Igualdade Racial com base no princípio da transversalidade assegurando diversos

eixos temáticos, tais como: Prevenção e combate ao racismo, educação, saúde, segurança pública, moradia e etc. O Plano Municipal de Promoção à Igualdade Racial é uma política pública que estabelece objetivos práticos, elabora programas e atividades para assegurar a consecução dessas metas, aloca recursos e desenvolve mecanismos de avaliação, tudo com o objetivo de promover a igualdade racial.

Criar o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao racismo e Discriminação Religiosa

O Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao racismo e Discriminação Religiosa será responsável por promover o acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias de racismo e discriminação religiosa, bem como ações educativas de conscientização junto a escolas, universidades, empresas, órgãos públicos e instituições diversas.

Implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é um instrumento que tem por objetivo combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade em saúde da população negra.

Tendo em vista o grande número de violência médica perpetrada contra essa população, é fundamental a implementação da política e promover a realização de treinamento para capacitar e sensibilizar profissionais das unidades de saúde para o atendimento humanizado para pessoas de minoria étnica, despertando-os para as especificidades dessa população.

Criar um Núcleo Afrocultural

O Núcleo Afrocultural tem como objetivo ser um espaço de formação, convivência e participação que busca estimular, sensibilizar e mobilizar a população negra para a luta contra os preconceitos, violências e exclusões. Além disso, o Núcleo irá oferecer atividades que contribuem com o resgate e a valorização da cultura afro.

O espaço para a instalação seria na região do Centro do Rio de Janeiro que além da fácil localização possui a “Pequena África”: local onde se localizam as principais marcas deixadas pela história dos negros na cidade.

Implementar ações de promoção à Política de Igualdade Racial

O racismo ainda é um fator muito presente na nossa sociedade. Não há informações atualizadas sobre as ações de promoção da Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Prefeitura do Rio de Janeiro, as últimas informações datam de 2018.

As ações de promoção à Política de Igualdade se destacam com as seguintes propostas: Implementar programa de enfrentamento ao racismo; sensibilizar e orientar à sociedade civil sobre os serviços da Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial e, dentro da pasta da mulher, envidar esforços para capacitá-las para geração de emprego e renda.

Fornecimento de capacitação continuada para os professores da rede municipal no que toca o ensino étnico-racial

Há a previsão no cumprimento das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, contudo, não há capacitação dos professores. O ambiente escolar é um local de potência de transformação, de forma que o ensino étnico-racial deva ser lecionado de maneira integrada, com profundidade e promovendo um pensamento antirracista para as gerações que estão se formando. Então não basta ter na grade curricular, tem que ser bem lecionado.

LGBT+

LGBT é uma sigla que abarca pessoas lésbica, gays e bissexuais, sendo tais conceitos do campo da orientação sexual, isto é, com quem o indivíduo se relaciona. Também é incluída na sigla a população transexual, que se refere ao gênero (como o indivíduo se identifica). Atualmente, essa sigla tem sido utilizada juntamente com o símbolo de “+”, de forma a englobar outros segmentos populacionais que

conversam com as pautas de gênero e sexualidade, mas não são contemplados por essas quatro categorias.

No último Dossiê LGBT do Rio de Janeiro, realizado em 2018, mais de 50% das violências sofridas pela população LGBT+ foi moral, 55% das vítimas possuíam algum vínculo com os autores da violência (familiar, conhecido, vizinho, colega de trabalho ou ex-parceiro) e 40% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos. Importante ressaltar que a maior concentração de denúncias por LGBTfobia foi registrada na região oeste do Município do Rio de Janeiro.

A marginalização da população trans é tão intensa que não há indicadores oficiais do seu grau de escolaridade, no entanto, a estimativa de evasão escolar da população LGBT é de 82% (HANNA; CUNHA). A proporção de pessoas trans que vivem da prostituição alcança cerca de 90% (ANTRA).

O Município possui a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, abrigo para LGBT, portarias orientando como atender a população trans nas delegacias e nos órgãos de saúde e o programa Trans+Respeito sobre profissionalização.

Diretrizes:

- manter os instrumentos e políticas já existentes;
- aumentar a atuação que vise empregabilidade, renda e ensino;
- diminuir os índices de violência perpetrada contra essa população.

Propostas

Elaboração do Plano Municipal de Promoção à Diversidade e Cidadania LGBT+

O Município do Rio de Janeiro não possui um Plano específico para essa temática. É preciso desenvolver um Plano Municipal com metas e diretrizes específicas de atuação que acolha as demandas do Município relativas ao tema e estabelecer as Diretrizes na efetivação das ações integradas.

Manter e ampliar o programa Trans+Respeito

Em 2017, foi criado o Trans+Respeito (anteriormente chamado Damas) que tem como escopo a profissionalização da comunidade *trans*, porém a última ação foi em 2018. Precisamos reativar o programa, englobar cursos voltados para o empreendedorismo, novas tecnologias e utilização das redes sociais com o objetivo de colocação no mundo do trabalho.

Dossiê LGBTI+

O último dossiê foi produzido em 2018. É preciso obter dados consolidados sobre os índices de violência contra a população LGBTI+ entendendo diversas situações que devem ser analisadas, modernizando e automatizando este estudo para que seja anual.

Valorização do Sistema 1746 para os Direitos Humanos

O sistema atual (1746) pode se tornar um modelo e exemplo de participação popular, com pouco investimento, a partir de ações para a sua reorganização. Será necessário um levantamento das solicitações existentes no sistema, com definição de um cronograma de prioridades, custo e tempo de execução necessário para a sua solução. Importante também é a expansão da comunicação, ampliando o seu uso. Métricas podem ser estabelecidas para que os cidadãos, dirigentes públicos, imprensa e órgãos de controle possam acompanhar as ações da cidade. O aumento de participação pode ser obtido com o redesenho e incremento de recursos, integrando o sistema 1746 às redes sociais existentes (Facebook, WhatsApp, Twitter).

EDUCAÇÃO



Há décadas, luto pelas crianças e jovens desta cidade e sou conhecida como ativista social, pressionando autoridades e conscientizando a população para que a qualidade de vida e de educação dessa população mais atingida pela exclusão melhorasse. Não pertenço a nenhum partido político nem sou engajada na política.

Este ano, por meio da Fabiana Bentes, coordenadora do plano de governo, fui convidada e aceitei fazer o programa na área da educação. Fiquei muito animada quando conheci a equipe do plano, pessoas altamente qualificadas, não políticas, técnicas em todas as áreas e comprometidas com a cidade e seu bem-estar e desenvolvimento.

Elaborar um programa de educação numa cidade onde esse tema não foi prioridade na última gestão foi desafiador. Montei uma equipe maravilhosa conhecedora da área e fizemos um diagnóstico que nos mostrou a penúria da educação na cidade. Com bases nos dados que conseguimos encontrar, fizemos um programa de vanguarda, enxuto e que vai proporcionar um avanço substancial na educação carioca fazendo com que se torne uma das melhores do Brasil, para nossas crianças e jovens, o que nem sempre demanda grandes custos, mas sim uma gestão qualificada, criativa e honesta.

Esse é o nosso programa, que é realista na situação atual. Elaboramos propostas criativas que demonstrem como vamos fazer mais com menos. Esse é o único caminho para melhorar a educação nesta cidade e realizar uma boa gestão na Secretaria Municipal de Educação. E tivemos muito orgulho de fazê-lo para a cidade do Rio de Janeiro.

Yvonne Bezerra de Mello

Educação Especial Inclusiva

Em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Municipal nº 6432/2018, a SME prioriza a inserção dos alunos público-alvo da Educação Especial em classes comuns, assegurando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Salas de Recursos Multifuncionais.

Entretanto, para além da matrícula desses alunos em classes regulares, há que se pensar sobre os objetivos educacionais que visem a um sistema educacional realmente inclusivo, atrelado à atenção diversificada, mediante à adaptabilidade constante do currículo às diferenças e características individuais, bem como do atendimento às necessidades de desenvolvimento de cada educando.

É de fundamental importância a formação continuada dos docentes na perspectiva inclusiva, com o objetivo de preparar esses profissionais para lidar com essas diversidades, transformando cada vez mais a sala de aula em um ambiente integrador e ainda de combate ao preconceito e de reconhecimento e valorização das diferenças, com ênfase nas capacidades e potencialidades de cada um.

O cargo de AAEE (Agente de Apoio à Educação Especial) foi criado em 2013 com a função de auxiliar o processo de escolarização dos educandos, eliminando barreiras para a plena participação e aprendizagem dos mesmos nas atividades propostas no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante é a questão de infraestrutura das unidades escolares em relação à acessibilidade. Muitas ainda não possuem dependências adequadas para receber as crianças incluídas.

Diretrizes:

- garantir a prioridade na matrícula e vaga para crianças com deficiência, sobretudo para a faixa etária de creche;

- formação continuada a todos os profissionais da educação;
- ampliar o número até chegar a uma referência por unidade escolar e equipar as Salas de Recurso com recursos materiais e tecnológicos que realmente sejam importantes ao desenvolvimento das crianças;
- garantia de participação plena e aprendizagem para todas as crianças, público alvo da Educação Especial, com acompanhamento dos Agentes de Apoio à Educação Especial, AAEE, intérpretes / tradutores e instrutores de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).
- parceria com as universidades para trazer os jovens estagiários à vivência diária de uma sala de aula inclusiva, a fim de que as unidades escolares sejam espaços de formação para novos docentes com perspectiva inclusiva;
- garantir o prosseguimento ao desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com deficiência com mais de 17 anos, com vistas à sua autonomia, por meio da articulação com diferentes políticas públicas.
- Aumentar o valor das passagens do Riocard da mãe ou responsável do aluno com deficiência, no percurso de ida e volta das unidades escolares, mesmo na ausência do aluno.

Propostas

Sistema Educacional Inclusivo

Muitas vezes os professores não se sentem preparados para atenderem com qualidade os alunos incluídos. É preciso garantir um Sistema Educacional inclusivo, com qualidade e equidade em todas as regiões da cidade, capacitando e aperfeiçoando os profissionais da Educação com vistas à Educação Inclusiva. Através de formações online e/ou presenciais, esses profissionais podem aprimorar suas práticas para a construção de um Planejamento Educacional Individual, PEI, que seja, de fato, individualizado e revisado periodicamente.

Integração pela Educação

Não há integração entre as secretarias, deixando muitas vezes o responsável pela criança sem saber de seus benefícios e direitos. Existem muitas crianças sem laudo e, portanto, sem acompanhamento pela Sala de Recursos ou ainda pelo PROINAPE e demais unidades de saúde e assistência. É preciso estabelecer parceria com as Secretaria Municipal de Saúde, SMS, e com a Secretaria Municipal de Assistência Social, SMAS de forma a garantir os direitos e benefícios aos alunos com deficiência. Através da parceria com a SMS, o aluno poderá obter laudo, especialmente para o diagnóstico precoce das crianças na faixa etária da Educação Infantil, a fim de que possa ser considerado incluído e de modo a ser atendido pela Sala de Recursos do Atendimento Educacional Especializado. Essa parceria tornará viável que o aluno seja também acompanhado nas unidades de saúde mais próximas à sua casa ou mesmo em uma unidade de saúde vinculada à unidade escolar. Criar programa de atendimento especializado na área da saúde para o aluno com deficiência e maior investimento no programa de doação de órteses e próteses (aparelhos de amplificação sonora individual, cadeiras de rodas, etc).

Garantir um Sistema Educacional Inclusivo e Acessível

Grande parte das unidades escolares possui prédios sem acessibilidade, muitas salas de aulas sem recursos pedagógicos e tecnológicos essenciais e ainda a falta de Agentes de Apoio à Educação Especial, AAEE, além de intérpretes/tradutores e instrutores de LIBRAS). É necessário garantir AAEEs em todas as unidades escolares; viabilizar reformas com vistas a torná-las acessíveis; e, adquirir materiais pedagógicos que facilitem a inclusão.

Parcerias com Universidades

Estabelecer parceria com as universidades para trazer os jovens estagiários à vivência diária de uma sala de aula a fim de que as unidades escolares sejam espaços de formação para novos docentes com esta perspectiva. Hoje os estagiários atuam como mão de obra barata para apoio à inclusão. São estudantes a partir do segundo período da universidade que ainda não possuem qualquer preparo ou formação para atender a crianças com necessidades especiais.

Salas de Recursos de Atendimento Educacional Especializado

Hoje os professores que trabalham em Salas de Recursos não acompanham os alunos em seus horários regulares de aula. Devemos reorganizar o atendimento dos regentes das Salas de Recursos do Atendimento Educacional Especializado, de modo que possam atender aos alunos incluídos em um dos turnos e no outro turno possam dedicar-se ao acompanhamento dos alunos incluídos durante seus horários de aulas regulares e ampliar e equipar as Salas de Recursos de Atendimento Educacional Especializado com mais recursos pedagógicos, tecnológicos e de apoio, com vistas ao atendimento das especificidades de inclusão.

Educação Infantil

Pensar o atendimento à primeira infância de maneira integrada e envolvendo diferentes setores da administração pública tem efeitos particularmente significativos para as crianças e suas famílias.

A proteção frente a qualquer tipo de negligência ou violência e a garantia do provimento a suas necessidades básicas, sejam elas físicas e emocionais tais como saúde, alimentação, higiene, afeto e lazer nos remetem à necessária ação intersetorial, que é assim descrita no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), em seu Art. 6º: A Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais, a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância.

As Unidades de Educação Infantil precisam ser entendidas como lugares de desenvolvimento e aprendizagem, entendendo a criança como sujeito de direitos, participativa, repleta de vivências e experiências, sendo protagonistas de seu conhecimento.

A demanda pela Educação Infantil é crescente, sendo um direito de nossas crianças. Temos o grande desafio de universalizá-la no Município do Rio de Janeiro.

Diretrizes:

- universalizar, até 2022, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e ampliar até 2024, gradativamente, para 30% a oferta de matrículas da população de até três anos na cidade do Rio de Janeiro;
- adotar os padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil;
- garantir às turmas Educação Infantil, uma equipe multidisciplinar para o atendimento especializado às crianças que apresentem dificuldades sócioemocionais;
- compreender as unidades de educação infantil como lugares de desenvolvimento e aprendizagem, tendo como eixos norteadores as interações e brincadeiras.

Propostas

Sistema de Matrícula

O Sistema de matrícula permite que os responsáveis escolham três unidades de sua preferência, que podem ou não ser próximas à sua residência. Quando selecionados em unidade longe, fazem a matrícula e depois desistem. O Sistema precisa ser reformulado de modo que, ao efetivar a matrícula, o nome da criança não apareça mais na lista de espera das outras unidades. É fundamental que seja realizado estudo do crescimento demográfico de forma progressiva nos últimos anos, a fim de mapear os locais de maior demanda.

Formação Continuada

Com o não cumprimento da Lei Federal nº 11.738, de 2008, que institui o 1/3 para estudos, planejamento e avaliação dos professores, estes ficam impossibilitados de participarem das formações por não haver estratégia de substituição profissional.

Com as turmas de Educação Infantil tendo um Professor de Educação Infantil e um Professor Adjunto de Educação Infantil, o cumprimento da Lei Federal nº 11.738 poderá acontecer e as formações ocorrerão dentro do horário de planejamento de cada um deles, podendo ser na modalidade online ou na modalidade presencial.

Programa Novos Passos I

As crianças da Educação Infantil saem de um espaço que eles conhecem desde o berçário - espaço com muita ludicidade - e vão para outra unidade escolar, onde desconhecem o espaço e as pessoas. Isso causa uma ruptura desconfortável e provoca insegurança. Por meio do Programa Novos Passos, as crianças novatas começariam na nova escola alguns dias antes das demais, para se ambientarem e conhecerem todo o espaço. Com esse programa, toda a equipe poderia estar com um olhar sensível às novas crianças, deixando-as mais seguras.

Aumento de Vagas

Mesmo com um aumento do número de vagas, a atual gestão deixou fora da creche mais de 30 mil crianças. O custo pago a instituições parceiras aumentou para R\$ 650,00 por aluno. Vamos trabalhar para incluir todas as crianças na educação infantil e creche fazendo inclusive a ampliação e reforma de unidades escolares.

Aumentar Equipes Multidisciplinares

Hoje temos uma Secretaria com poucas parcerias eficazes, contribuindo para o desenvolvimento pleno das crianças. Através de parcerias com várias redes municipais e privadas, reorganizar e ampliar as equipes do PROINAPE, a fim de que, com uma equipe multidisciplinar, detecte principalmente e, em tempo, as violações dos direitos das crianças.

Busca Ativa Educacional

A intenção é registrar, controlar e acompanhar crianças que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, a rede terá dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar.

Educação Integral

De acordo com o Centro de Referências em Educação Integral, “a Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais”.

Não faz sentido, portanto, uma escola que simplesmente aumente seu tempo de funcionamento e que não amplie as ofertas diversificadas que venham a desenvolver o educando de uma forma integral. É necessário estabelecer a real diferença entre a definição de escola em tempo integral e o que deve ser, de fato, uma escola que ofereça educação integral.

Diretrizes:

- expansão do tempo integral na Rede Municipal do Ensino do Rio de Janeiro com a otimização das vagas, reforma e construção de unidades escolares;
- consolidação do conceito de educação integral atrativo, com atividades diversificadas, no sentido da formação integral do indivíduo, de modo a atender não só aos propósitos de uma educação integradora, mas também a fim de reduzir a reprovação e o abandono, potencializando a aprendizagem dos alunos;
- matriz e grade curriculares diversificadas e diferenciadas que possibilitem ao educando o acesso a diferentes conhecimentos;
- promoção do desenvolvimento intelectual, artístico, cultural, tecnológico, afetivo, social, esportivo e físico dos alunos;

- envolver o território educativo, dando ressignificação às ações pedagógicas para além dos muros da Unidade Escolar;
- formação continuada aos professores e profissionais de educação na perspectiva da educação Integral;

Propostas

Adaptação e Construção de Novas Unidades Escolares

Construção de novas e adaptação das unidades escolares existentes para atender os requisitos da Educação Integral com territorialização da oferta, privilegiando as áreas de maior vulnerabilidade social e de baixo IDH. O Plano Nacional de Educação, PNE, aponta em sua meta 6 que a educação deve ser em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. Lei Nº 6.362 de 28 de maio de 2018, que aprova o Plano Municipal de Educação, também estabeleceu como meta que haveria, até 2020, 45 mil alunos atendidos dentro dessa oferta. Mas atualmente nenhuma escola nova ou adaptada ao conceito de Educação Integral e a Educação Integral é ofertada a 35,51% dos alunos apenas.

Ampliação da Oferta de Atividades Diversificadas

Hoje os alunos ficam mais tempo nas escolas, porém esse tempo nem sempre é ofertado com o que o aluno realmente precisa para se desenvolver integralmente. Ofertar, na grade curricular, atividades que visem ao desenvolvimento intelectual, artístico, cultural, tecnológico, afetivo, social, esportivo e físico dos alunos. Incluir ainda atividades que fomentem o protagonismo, a ética e a formação de indivíduos críticos.

Escola sem Muros

Nas unidades de tempo de integral é fundamental o fortalecimento da relação escola-família. Ofertar, na grade curricular, atividades que teriam como função promover o uso do tempo do aluno fora da escola para compartilhar seus

conhecimentos e habilidades adquiridos com seus familiares ou com outros grupos de convivência, estabelecendo vínculos entre toda a comunidade escolar. Exemplo: aulas de teatro, dança, esportes variados, ou ainda atividades de leitura familiar. Trazer a família à escola para mostras culturais, artísticas, esportivas etc. A comunidade também pode atuar dentro da escola, através de trabalho voluntariado prestado poricineiros.

Ensino Fundamental

Na rede de Ensino Carioca, observa-se que, apesar da existência do Projeto Passagem (antes Projeto Travessia), a ruptura traumática entre o pré-escolar e o 1º ano ainda é perceptível, uma vez que as crianças saem de um ambiente lúdico e, de uma hora para outra, necessitam ficar sentadas assimilando conteúdos. Há uma passagem sem rito. Parece que há apenas alertas sobre a transição, mas sem uma preparação realmente efetiva – quer para alunos, quer para professores.

Evidencia-se, até mesmo através das avaliações internas, que as crianças de 1º e 2º ano não atingem o mínimo de aprendizagem em escrita, leitura e matemática, a fim de complementar, de forma exitosa, o processo de alfabetização no 3º ano, o que justifica o quantitativo de reprovados nesse ano escolar e ainda a criação de projetos de correção de fluxo.

O processo traumático de transição também ocorre entre o 5º e o 6º ano e ainda entre o 6º ano carioca e o 7º ano, o que pode ser uma das causas da crescente evasão e reprovação existentes no 6º e 7º anos, levando ainda à defasagem idade-série nesses anos de escolaridade.

Essa transição vem carregada de mudanças pedagógicas que afetam o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social do educando. O processo de ruptura entre os dois ciclos causa isolamento e, na maioria das vezes, percebe-se que os alunos estão desmotivados para aprender. De fato, existe medo e tensão nessa fase de transição das séries iniciais para as séries finais do ensino fundamental, no que se refere a professores pluridocentes, o relacionamento entre eles e a organização das disciplinas e seus horários.

No caso da EJA (Educação de Jovens e Adultos), não se observa nenhum programa de acompanhamento multidisciplinar para os alunos, tendo em vista que muitos desses alunos já estavam no ensino regular em defasagem idade-série, em função de apresentarem problemas de infrequência, dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais ou problemas não sanados de saúde. Também não se observam programas de incentivo à permanência para os alunos da EJA, a fim de que estes se sintam acolhidos e não excluídos do ensino regular e tampouco da sociedade;

Diretrizes:

- formação continuada a todos os profissionais da educação;
- estreitar parcerias para o atendimento multidisciplinar;
- utilizar a tecnologia para fornecer um ambiente mais agradável e real ao aluno.
- diminuir a desigualdade na Educação;
- alfabetizar até 2º ano do Ensino Fundamental e consolidar a alfabetização no 3º ano;
- reduzir a reprovação no 6º e no 7º ano;
- amenizar a transição para o 6º ano;
- reduzir a evasão no 7º ano;
- reduzir a defasagem idade-série;
- aprimorar a EJA, a fim de que os alunos se mantenham na escola.

Propostas

Programa Novos Passos I e II

Não há um preparo do aluno da Pré-escola para o 1º ano, nem do 5º para o 6º, havendo uma ruptura nessa passagem de segmento, muitas vezes traumática. Fazer do ambiente escolar um ambiente agradável, permitindo ao aluno o sentido pertencimento à aquela unidade, através de visitas, atividades voltadas para os novos alunos. Estabelecer a bidocência a partir do 5º ano, amenizando a passagem para o 6º ano. No 6º ano carioca, já em 2021, introduzir professor especialista de Língua Portuguesa e Matemática

Time de alfabetizadores

Muitos professores fizeram formações específicas para se tornarem professores alfabetizadores, porém estes estão misturados dentro das unidades sem a devida relevância, resultando em 41,9% de alunos no último bimestre de 2019, sem proficiência em leitura. Ampliar a equipe de alfabetizadores, levando formação aos professores do Ensino Fundamental e priorizar que estejam alocados nessas turmas.

Inovação na Educação

A falta de adoção de uma plataforma de ensino mais ajustada à época atual, a ausência de projetos tecnológicos que estimulem o protagonismo juvenil e a pouca ou nenhuma inserção de tecnologia em sala de aula, agregadas a um material didático descontextualizado desestimulam e afastam os alunos da escola. Portanto, faz-se necessário estímulos que aproximem a escola a um mundo cada vez mais voltado para o uso das novas tecnologias.

É preciso ainda promover, através de um currículo integrado, multidisciplinar e atualizado, a formação de cidadãos críticos, autônomos e protagonistas de suas histórias, utilizando a tecnologia para resgatar esse aluno, através do incentivo a pesquisas.

Programa SuperAção

Rupturas na passagem de um segmento para outro; desestímulo com o que a escola oferece; necessidade de assumir responsabilidades em casa, como trabalhar ou tomar conta de irmãos menores são alguns dos motivos da evasão que culminam em repetências sucessivas e distorções idade-série. Estimular a permanência do aluno fora da faixa-etária na escola, implementar metodologia voltada para o resgate da autoestima do aluno e apresentar diferentes possibilidades profissionais, através de eletivas dentro da área de interesse do aluno.

EJA Cidadã

A Educação de Jovens e Adultos, EJA, direcionado aqueles que se veem obrigados a voltar às salas de aula, seja por imposição dos pais, seja por terem alcançado a idade limite para estudar no ensino regular ou, ainda, por necessidade de entrar no mercado de trabalho. O que se percebe é a infrequência e a desmotivação na maioria desses alunos, que parecem permanecer na escola, apenas, para fechar um ciclo. Não há preocupação discente com a aprendizagem.

Os professores que atuam na EJA têm poucas oportunidades de formação continuada, com vistas a um programa com características e público tão específicos. Ações a serem realizadas:

- estabelecer convênio com instituições nacionais, além de aulas e projetos que motivem o empreendedorismo e diminuam a evasão;
- estimular a permanência do aluno apresentando atividades que estejam de acordo com sua faixa-etária;
- implementar metodologia voltada para o resgate da autoestima;
- buscar parceria com equipes multidisciplinares e profissionais de diferentes áreas para rodas de conversa, orientação profissional, palestras e outros canais, dentro de uma metodologia mais inovadora;

- formar professores e profissionais que atuam diretamente com alunos da EJA.

Educação Continuada

Os sistemas educacionais que mais se destacam nos resultados do PISA são os que mais investiram na formação de seus professores e ainda em formação continuada. Criar uma política de formação continuada não exige uma reforma completa.

Observa-se que o próprio Plano Municipal de Educação - Lei 6362/18 - traz uma série de metas que direcionam para o caminho de uma qualidade educacional, por meio da formação dos professores. Vemos ainda que temos, em nossa própria rede, uma escola de formação inicial e continuada de professores. Entretanto, não vemos uma prática efetiva e consistente voltada para incentivar a formação continuada de nossos docentes.

Tanto no ano de 2018, quanto no ano de 2019, apesar de a Secretaria Municipal de Educação abrir 100 vagas para cada ano com vistas ao Programa Anual de Bolsas de Estudos para Mestrado e Doutorado, cumpriu somente 2,30% da meta. Além das regras para a obtenção das referidas bolsas serem demasiado difíceis desde o primeiro decreto que a estabeleceram, a Resolução SME N.º 29 , de 14 de novembro de 2017, ainda vigente, estreita ainda mais as possibilidades, restringindo prioridade a apenas três temas, como se os anteriores: a) Práticas de Sala de Aula; b) Avaliação e Sucesso Escolar; c) Aprendizagem e Neurociência; d) Didática; e) Alfabetização; f) Educação Especial; g) Educação Infantil e h) Educação e Novas Tecnologias estabelecidos pelo Decreto Nº 35674 DE 30 DE MAIO DE 2012 não fossem de absoluta relevância pedagógica.

Cabe lembrar ainda que não há qualquer incentivo para que o profissional da educação faça uma pós-graduação mesmo que lato sensu. Para alguns profissionais da Educação nem mesmo a graduação é obrigatória. Faz-se necessário estimular esses profissionais a concluírem novas etapas de formação e ainda ofertar, através da própria rede, cursos voltados para suas práticas pedagógicas.

A formação continuada dos professores contribui para alavancar o IDEB e para que consigamos alfabetizar na idade certa. Contribui ainda para que possamos preparar cidadãos mais preparados para os desafios do Século XXI.

Diretrizes:

- formação continuada aos profissionais da Educação para organizar cursos presenciais e online para cada área de atuação com temas pertinentes e dentro da realidade da rede, onde os professores possam utilizar seu 1/3 de tempo destinado a estudos, planejamento e avaliação;
- estabelecer parcerias com universidades para incentivar a especialização dos professores da rede, ampliando o quantitativo de professores com oportunidade de formação em serviço, potencializando assim a prática docente;
- ampliar as possibilidades de concessão de Bolsas de Estudos para Mestrado e Doutorado, derrubando a Resolução SME nº 29 de 14/11/2017 e seus efeitos restritivos para a concessão do benefício;
- reorganizar e ampliar a equipe de alfabetizadores, ampliando gradativamente essa formação a todos os professores do Ensino Fundamental;
- enquadramento por formação, inclusive *lato sensu*, nas áreas ligadas à Educação;
- garantia de $\frac{1}{3}$ de planejamento, estudos e avaliação para todos os professores regentes (Lei Federal 11738/2008);
- ofertar cursos que fomentem o uso das novas tecnologias pelos docentes;
- promover formação continuada para toda equipe gestora;

- ofertar formação a todos os professores e profissionais da Educação sob a perspectiva inclusiva.

Propostas

Formação Continuada

Temos hoje em nossa própria rede, por exemplo, uma escola de formação inicial e continuada de professores e profissionais de educação, cujo potencial não é bem aproveitado pela atual gestão e, sendo assim, a escola não consegue atender à demanda da formação continuada desses profissionais, promovendo cursos restritos a professores de alguns grupamentos específicos a cada ano.

Além disso, a meta estabelecida pelo PME de que a escola atuasse em parceria com universidades para promover cursos de graduação e pós-graduação também não foi atingida.

É preciso aproveitar a estrutura da escola de formação para organizar cursos presenciais e online para cada área de atuação, com temas pertinentes e dentro da realidade da rede, onde os professores possam utilizar 1/3 de sua jornada para estudos de forma a trazer mais eficácia para o seu trabalho.

Time de alfabetizadores

Temos hoje um Time de Alfabetizadores, mas o quantitativo ainda é abaixo da meta e, além disso, muitos desses professores não têm garantida a sua atuação nas turmas de 1º a 3º ano, apesar dos níveis elementares de proficiência em leitura e escrita de os alunos da rede serem evidentes. Vamos ampliar o Time de Alfabetizadores e garantir com que os professores desse time trabalhem com alfabetização.

Banco de Talentos

Muitos cursos promovidos pela rede são ministrados por pessoas da academia que – embora tenham muito a contribuir - possuem uma visão muito teórica acerca da

nossa realidade escolar. Através de um levantamento de metodologias de ensino desenvolvidas por professores da rede, promover a formação de um Banco de Talentos, a fim de que esses docentes possam atuar como multiplicadores, mediadores e até mesmo formadores entre seus pares, incentivando e valorizando as boas práticas.

Convênios e parcerias com Universidades para graduação e pós-graduação dos profissionais da educação

Ainda há na rede alguns profissionais da Educação que não concluíram graduação na área da Educação e muitos que não concluíram nenhuma especialização. É preciso estabelecer parcerias com universidades para incentivar a formação e a especialização dos professores da rede, ampliando o quantitativo de professores com oportunidade de formação em serviço, potencializando assim a prática docente.

Convênios e parcerias com Universidades, com vistas à pós-graduação específica no âmbito da gestão escolar

Os cursos de extensão que são ofertados, aplicam-se aos que já são gestores, apenas como uma espécie de formação continuada. Não existe parceria para a oferta de cursos que ofereçam certificação na área de gestão escolar, com mínimo de 360 horas. Entretanto, no último processo seletivo para gestores escolares, sequer houve exigência por uma graduação, tampouco por uma especialização no campo de gestão escolar. É fundamental estabelecer parcerias com Universidades para incentivar a formação e a especialização dos professores da rede que pretendam se especializar na área de gestão escolar, com vistas a se preparar para futuros processos sucessórios para gestores, além de oferecer o curso aos atuais gestores que não o possuam ou ainda aos professores que não sejam graduados em pedagogia, na perspectiva da administração escolar.

Manutenção das Escolas

Diante da pandemia, e já com grande deficiência na manutenção nas escolas, os contratos de limpeza, de ar condicionado, de alimentação entre outros contratos de serviços prestados devem ser revistos e atualizados. O ambiente físico escolar deve ser observado em detalhes, pois determina muito a autoestima de crianças e jovens e ajuda no desenvolvimento pleno destes pequenos cidadãos.

Protocolo Covid

Dando continuidade às ações de competência no âmbito da Educação, com objetivo de prevenir, conter e mitigar a propagação do novo coronavírus, propõe-se estabelecer o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas nossas Unidades Escolares no ano de 2021, em acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde, OMS, e da comunidade científica, bem como da escuta a um Grupo de Trabalho representativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

O relaxamento das medidas de distanciamento e os ajustes das medidas sociais e de saúde pública deverão ocorrer de modo controlado e em cumprimento das diretrizes e orientações das autoridades sanitárias, sendo monitorados seus efeitos e impactos na sociedade e na comunidade escolar.

A adoção de estratégias para retorno das atividades no sistema educacional deve considerar todas as normas legais vigentes, como o Parecer nº 5 de 2020, do Conselho Nacional de Educação, a Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, e a Portaria Conjunta ME/MS nº 20, de 18 de junho de 2020, que “estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho” e as legislações federais estabelecidas para o ano de 2021.

Valorização do Servidor da Educação

1. Equipes Gestoras

Implementar a equiparação salarial para 40h, modificando o artigo 26 da Lei 5623/2013, que trata da necessidade de se cumprir 40 horas ao assumir cargo em comissão ou função gratificada;

Reestruturar os cargos comissionados que compõem as equipes gestoras.

2. Quadro de Pessoal de Apoio, Apoio Técnico e de Agentes de Educação Infantil

Criar Plano de Carreira Unificado, incluindo posicionamento por classes (Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu);

Estender o benefício do Bônus Cultura;

Aprimorar o escalonamento por tempo de serviço (níveis).

2.1 Agentes de Apoio à Educação Especial

Abrir contratação direta de AAEEs;

Corrigir a escolaridade do cargo para ensino médio normal em equiparação do patamar vencimental em relação ao PAEI;

Abrir novo concurso.

2.2 Agente Educador II / Inspetor de Aluno

Revisar as atribuições dos agentes educadores II e inspetores;

Oferecer curso de formação;

Garantir progressão salarial.

2.3 Merendeiras

Reestruturar o cargo de merendeira para agente de alimentação escolar;

Oferecer curso de formação;

Garantir progressão salarial.

2.4 Agente de Educação Infantil

Vincular as tabelas do AEI com o PAEI.

2.5 Secretários Escolares

Adequar o patamar vencimental dos secretários escolares, tendo em vista o fim da incorporação da gratificação.

3. Quadro de Pessoal de Magistério

Implementar 1/3 de planejamento (previsto pela Lei Federal 11.738 de 2008) para todos;

Criar e regulamentar o enquadramento por formação (Pós-Graduação, Lato Sensu, Doutorado e Pós-Doutorado) para todos os professores (16, 22.5 e 30h).

Regulamentar o enquadramento por formação (Pós-Graduação, Lato Sensu, Doutorado e Pós-Doutorado) para PEF 40h e PEI 40h.

3.1 Professor I, Professor II e Professor de Educação Infantil

Dar prosseguimento ao processo de ampliação da jornada de trabalho para 40 horas (migração), sempre de acordo com o planejamento de turmas, antes da liberação das duplas regências.

3.2 Professor Adjunto Educação Infantil

Reajustar o vencimento do PAEI sempre que o valor correspondente ao inicial estiver abaixo do piso nacional do magistério, aplicando o percentual em todos os níveis da categoria.

Funcionalismo Público

Restabelecer e ampliar os direitos do servidor público municipal que possui filho/dependente com deficiência;

Retornar com a carta de crédito para financiamento imobiliário;

Reajustar o benefício de vale alimentação/refeição dos servidores da administração direta;

Retornar com o pagamento para o 1º dia útil (inativos) e 2º dia útil (ativos);

Possibilitar a conversão das licenças especiais não-gozadas em pecúnia indenizatória;

Criar legislação que regulamente o benefício do salário-família.

Manter um rotina de convocação de todos os bancos de aprovados em concursos públicos.

SAÚDE



Dada a complexidade desta temática frente a necessidade de elaborarmos um plano de ação diverso e realista, a equipe do plano de governo, depois de um extenso diagnóstico, fez entrevistas com profissionais do setor, criando, desta forma, um amplo entendimento sobre a situação da saúde no município do Rio. Assim, as diversas frentes que foram elaboradas nesta proposta visam reorganizar e acelerar a melhoria do atendimento na saúde para os cidadãos cariocas.

A situação da saúde na Cidade do Rio de Janeiro é crítica e não é de hoje. O que vemos atualmente é resultado de anos de descuido com a população e com os profissionais da área. Os indicadores de mortalidade, morbidades e de produtividade demonstram claramente o caos instalado na gestão e no atendimento.

A taxa de óbitos por 100 mil habitantes na cidade vem crescendo nos últimos anos e é maior que as médias do Estado e do País. As causas que mais levam ao óbito no município estão relacionadas às doenças do aparelho circulatório, ou seja, em sua maioria doenças crônicas tratáveis.

As doenças infecciosas também preocupam, principalmente a tuberculose que em valores proporcionais está acima da média nacional e atingem às populações mais vulneráveis. O quadro fica ainda mais grave quando percebemos que as taxas de cobertura vacinal tem caído, nos questionando sobre o que poderemos enfrentar nos próximos anos.

A Atenção Primária à Saúde – APS tem regredido. A taxa de cobertura caiu para cerca de 50% em 2019 contra os 70% que já alcançou. A cobertura da Estratégia de Saúde da Família – ESF, da Saúde Bucal e dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS também sofreram considerável retração.

A retração observada nos últimos anos se deve a diminuição de equipes habilitadas e a redução na carga horária total de médicos e enfermeiros disponíveis. Tudo fruto de uma grande problemática na gestão e no modelo de parcerias com Organizações Sociais – OSs que pode ser mantido, mas deve urgentemente ser reestruturado de forma a evitar descontinuidade e precarizações.

Todos estes problemas levam inevitavelmente aos mais de 361 mil cidadãos na fila do Sisreg, que deveria ser ferramenta de acesso à saúde, mas tornou-se justamente o símbolo da negação ao direito constituído. São mais de 5 mil idosos (com 80 anos

ou mais) aguardando atendimento e ao menos 14 mil pessoas esperando agendamento para uma consulta com o ortopedista.

Os dados extraídos dos sistemas de informações oficiais podem ser refutados com a alegação de problemas com a inserção, o que não diminui a gravidade do cenário uma vez que isso representaria fuga de recursos.

Quanto a execução orçamentária e financeira o município tem aumentado o valor nominal destinado à saúde, no entanto, a proporção do gasto em relação a receita tem diminuído. As despesas de custeio consomem quase que integralmente o orçamentário da área. Conseqüentemente, observa-se na ponta a necessidade revitalização e modernização da rede física, tanto em relação aos prédios, como em relação a aquisição de equipamento e tecnologias.

O desafio posto é gigante. Poucos indicadores do Plano Plurianual e do Plano Anual de Saúde foram alcançados. Fica muito evidente a necessidade de aplicação de um modelo de gestão que seja ágil e efetivo para que tenhamos condições de responder ao cenário futuro que já se desenha.

#EquipeMultidisciplinar

Gestão

A ausência de planejamento na condução dos serviços municipais de saúde do Rio de Janeiro é impressionante. Não precisa ser especialista para saber que faltam processos básicos de gestão. E estamos falando de praticamente todas as áreas: pessoal, infraestrutura, recursos orçamentários-financeiros; compras e contratações. Não é preciso reinventar a roda, bastava executar o que está disposto nas normativas que regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS. Ninguém aquenta mais serviços serem abruptamente interrompidos. A população criou pânico do Sisreg que deveria ser meio de acesso justo e transparente.

O descontrole em relação as Organizações Sociais – OSs tem provocado atrasos salariais e demissões em massa, fragilizando os serviços, os profissionais e a população. E assim, o Sistema vai perdendo inteligência com cada profissional capacitado que é demitido.

Precisamos urgentemente recuperar os princípios que norteiam o SUS e reorganizar o Sistema que é referência mundial em saúde. É possível. Vamos fazer.

Na administração pública a gestão responsável é vital, e na saúde pública a falta da gestão agrava-se de forma exponencial por estar lidando diretamente com a vida das pessoas. Valorizar os profissionais que estão a frente, dinamizar o atendimento, melhorar as condições de tratamento, estabelecer um atendimento humanizado, acelerar e criar protocolos para doenças, bem como criar um centro de informações integrado entre hospitais, clínicas da família etc., e também de comunicação para a saúde preventiva, são de relevância extraordinária para o bom atendimento a população.

Diretrizes:

- considerar a importância dos servidores efetivos para a continuidade e qualidade dos serviços de saúde;
- realizar planejamento a partir de dados da Vigilância em Saúde;

- empregar critérios transparentes de gestão;
- investir em educação permanente para qualificação dos serviços.

Propostas

Plano de Cargos e Salários

A situação da saúde na Cidade do Rio de Janeiro é caótica, temos muito o que fazer, mas transformação alguma será possível se não investirmos onde tudo começa: nos profissionais da Saúde. Estamos falando de homens e mulheres aguerridos, que saem de suas casas todos os dias para salvar a vida de milhares, mesmo que isso coloque a vida deles em risco também. Muitas vezes com vínculos precários e sem estrutura para trabalhar adequadamente. Mas isso pode ser diferente. Precisamos efetivar o Plano de Cargos e Salários da Saúde, PCCS. Somente com um plano de cargos e carreiras podemos construir uma política pública sólida, pois, principalmente na Saúde, a continuidade e a qualidade dos serviços implicam vidas. É preciso remuneração justa, com previsão, inclusive, de proteção individual e familiar em função da variedade de riscos sociobiológicos a que são expostos.

Concurso Público

Não podemos mais conviver com a falta de serviços em função da carência de pessoal. É preciso planejamento de longo prazo para recomposição dos quadros de pessoal por meio de concurso público. A entrada e saída de profissionais no sistema deve ser planejada. As contratações temporárias podem ocorrer, mas devem ser tratadas na perspectiva da excepcionalidade, como determina a Lei. É preciso, urgentemente, recompormos o quadro de pessoal efetivo da Saúde na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, revisando inclusive a Lei Municipal 953/87 para inclusão de novas categorias profissionais.

Educação Permanente

A formação contínua dos profissionais é requisito indispensável para o aperfeiçoamento permanente das práticas em saúde. É preciso um plano de formação que considere todos os profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS, com ações que vão de atualizações, até programas de pós-graduação e residência, além do desenvolvimento de pesquisas. O Rio de Janeiro já foi e pode voltar a ser referência nacional em saúde pública. Os profissionais que atuam por meio de Organizações Sociais – OSs não devem ser esquecidos. Muitas vezes, com a interrupções de contratos com as instituições, os profissionais são demitidos, fragilizando o serviço prestado e levando para o ralo o conhecimento formado no dia-a-dia do trabalho; sem contar a ruptura dos vínculos sociais estabelecidos, principalmente, em ações como a Estratégia de Saúde da Família – ESF.

Restruturação da Vigilância em Saúde

Vigilância é muito mais que produção de dados e estatísticas. A vigilância deve produzir conhecimento sobre a saúde na cidade. Deve ser a base para o planejamento de quaisquer ações. Analisando os dados de saúde do Rio de Janeiro fica evidente que o sistema vem perdendo inteligência dia a dia. É preciso investir pesadamente para recuperarmos o tempo perdido. As ações públicas não podem ser definidas a partir do achismo. Sem vigilância estaremos fadados ao erro e ao fracasso.

A Cidade do Rio de Janeiro registrou 59 mil óbitos no ano de 2019, uma taxa de 889 óbitos para cada 100 mil habitantes, acima do Estado (837 por 100 mil) e do País (642 por 100 mil). Se os processos de vigilância em saúde não tivessem sido abandonados, nós não amargaríamos essas taxas de mortalidade, não teríamos chegado aos piores índices de imunização, nem retroagiríamos de forma abissal na cobertura na Estratégia de Saúde da Família.

A cidade do Rio de Janeiro tem condições de estruturar um dos maiores laboratórios de Vigilância em Saúde do País. Sendo capaz de direcionar a ação governamental e de prever cenários com base em evidências. Nós vamos fazer isso.

Ampliação e Revitalização da Rede Física

A rede física de unidades municipais de saúde do Rio de Janeiro é enorme, são diversos serviços distribuídos em uma infinidade de prédios e equipamentos. Mas por incrível que pareça, o orçamento para manutenção das unidades em 2020 foi de apenas 310 mil reais. Esta previsão não é capaz de repor nem a depreciação dos equipamentos.

Precisamos investir urgentemente na infraestrutura das unidades de saúde. É preciso ambientes adequados para que os profissionais possam trabalhar e para que o cidadão possa ser bem recebido em um ambiente limpo, organizado e humanizado.

Vamos garantir acessibilidade no interior e no entorno das unidades de saúde para que pessoas com deficiência tenham condições de acesso aos serviços de saúde.

O parque tecnológico também precisa ser renovado. É inadmissível que em 2020 serviços básicos não sejam oferecidos pela ausência de computadores, impressoras e até internet.

Regulação

Sem dúvidas a fila do Sisreg tornou-se o maior exemplo de todos os problemas enfrentados pelos cidadãos cariocas na tentativa de acesso à saúde pública. Atualmente há mais de 361 mil pessoas aguardando agendamento para algum procedimento. Alguns deles já estão na fila a mais de quatro anos. Há mais de 14 mil pessoas aguardando uma consulta com o ortopedista e outras 13 mil pessoas aguardando liberação para realização de uma endoscopia digestiva. São mais de 5 mil idosos (com 80 anos ou mais) e mais de 30 mil crianças na fila que deveriam ter seu direito de prioridade garantidos.

Após agendamento e realização dos procedimentos regulados por meio do SISREG, caso haja indicação de algum procedimento eletivo o cidadão/paciente deve entrar em uma nova fila, que hoje possui cerca de 51 mil pessoas aguardando agendamento/autorização para realização de algum procedimento como exames ou atendimento especializado.

Para a fila do Sisreg andar precisamos reerguer o sistema municipal de saúde. As redes de atenção à saúde precisam funcionar adequadamente. Devemos, ao menos por um período de tempo, ampliar funcionamento das unidades, investir nos processos de telemedicina, assim como os serviços de diagnóstico até o limite da

capacidade de assistência. Essa ampliação precisa ser responsável, precisamos iniciar pelo quadro próprio e em seguida a rede complementar já estabelecida.

É preciso ainda garantir formas de agendamento não presencial, prontuário eletrônico, e estabelecer metas para realização de procedimento ambulatoriais (consultas e exames) em até 90 dias.

Gestão da Qualidade e da Integridade

Vamos rever todos os contratos vigentes dentro de no máximo seis meses de governo. Todos os contratos estritamente corretos serão mantidos se necessários e renegociados para que fiquem menos onerosos (economicidade). As compras públicas seguirão rigoroso sistema de planejamento e controle, para que não falte insumos ao trabalho e nem haja corrupção. É preciso também fortalecer o controle social, assegurando a participação dos Conselhos Distritais de Saúde nos processos de tomadas de decisão.

Prevenção e Promoção de Saúde

Se queremos uma cidade saudável, precisamos investir na Atenção Primária. Ela deve ser a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, SUS. Mas infelizmente não é isso que vemos. Houve uma inversão na lógica de funcionamento do sistema, pois o cidadão acaba só recebendo assistência quando passa a precisar dos serviços de urgência e emergência.

Em função do abandono, má gestão e falta de investimentos, o SUS não está conseguindo identificar e tratar as patologias enquanto ainda estão em fase inicial. É preciso recuperar essa capacidade de cuidado e prevenção de agravos por meio de diagnóstico e assistência no âmbito da atenção Primária. A integridade e a continuidade dos serviços foi completamente comprometida com a fragilização da Estratégia de Saúde da Família, ESF.

As doenças do aparelho circulatório representam 28,5% dos óbitos na cidade do Rio de Janeiro, na segunda posição estão as neoplasias (tumores) com 16,7% e os óbitos por doenças no aparelho respiratório com 13,4% do total de óbitos.

Precisamos identificar e tratar essas doenças ainda no começo. Para isso a Atenção Primária precisa urgentemente voltar a fazer promoção em saúde, considerando a diversidade e a pluralidade que reside na cidade.

Vamos priorizar a Atenção Primária para assim desafogar o atendimento secundário e terciário em saúde. Uma Atenção Primária consolidada e efetiva é capaz de resolver até 80% dos problemas de saúde da população conforme aponta o Ministério da Saúde. A Atenção Primária deve articular-se entre os níveis de atenção a saúde, assim como entre diversas políticas, como saneamento, segurança alimentar, educação e assistência social.

Diretrizes:

- ampliar a cobertura da Atenção Primária priorizando as áreas menos desenvolvidas;
- acompanhar e implantar cuidados para todas as fases de vida do cidadão;
- alcançar maturidade na prestação dos serviços;
- considerar e respeitar a diversidade da população carioca.

Propostas

Estratégia de Saúde da Família

Com muita luta, a cidade chegou a computar 70% de cobertura na ESF, mas foi perdendo cobertura e em dezembro de 2019 não chegava à metade. Dados parciais de 2020 indicam que a situação segue piorando. A queda é resultado da diminuição em todos os fatores que compõem o indicador, por exemplo, houve queda no número de horas disponíveis dos profissionais (médico e enfermeiro) e no número total de equipes.

É preciso pontuar, no entanto, que a cobertura nunca foi igualmente distribuída na cidade. Abrindo os dados por território certamente visualizaríamos áreas com taxas

de cobertura mais elevada e outras em uma situação próxima de o que poderíamos denominar como vazio sanitário.

Vamos recompor as equipes das unidades de saúde e da Estratégia de Saúde da Família priorizando as áreas com baixos índices de desenvolvimento social. Ampliaremos os serviços, mas mantendo a proporcionalidade em relação aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Nasf conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB 2017.

Teremos equipes multiprofissionais, interdisciplinares, completas e habilitadas. Capazes de efetivamente acompanhar e adequadamente realizar promoção, educação e reabilitação em saúde. Estabelecendo parceria com outras políticas públicas, inclusive mantendo a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família. Estudos demonstram exaustivamente que o diagnóstico precoce aumenta as chances de cura e representa economia significativa para a área que poderá ser revertido.

Cuidado e Atenção à Saúde da Mulher

À atenção à saúde da mulher é muito mais que cuidados ginecológicos. As mulheres são maioria da população brasileira, além de serem quem mais utiliza os sistemas de saúde. É fundamental possuímos um ambiente humanizado, que seja capaz de acolher e escutar as demandas apresentadas pelas cariocas. É preciso um acompanhamento sistematizado, que vá da imunização ao HPV e do acompanhamento dos processos contraceptivos, até a identificação precoce do câncer de mama e de colo de útero. Além do acompanhamento às fases da vida da mulher como a gestação, o puerpério e a menopausa. Devemos reduzir a mortalidade materna para valores inferiores a 50 por 100 mil nascidos vivos. E as Redes de Atenção à Saúde deve ainda estar preparadas para recepcionar as mulheres vítimas das diversas formas de violências, sendo capaz de dar a devida assistência. Vamos capacitar e preparar toda a rede de saúde para que seja capaz de atender adequadamente a todas as mulheres garantindo a efetivação de seus direitos nas suas mais diversas especificidades de saúde.

Cuidado e Atenção à Saúde da Criança

Estudo demonstram categoricamente que o investimento nas primeiras etapas da vida influencia todo o desenvolvimento humano e até social. As crianças gozam de prioridade legal, devendo ser amparadas e cuidadas em toda sua integralidade. É inadmissível que a vida de crianças seja negligenciada por erros na gestão da saúde pública. Não é possível aceitar que mais de 30 mil crianças de 0 a 9 anos estejam esquecidas na fila do Sisreg.

Quanto à mortalidade no primeiro ano de vida observamos uma pequena queda, mas a taxa de mortalidade infantil em 2019 foi de 12,3 por cada mil nascidos vivos. Precisamos garantir o cumprimento da meta de no máximo 9,5 óbitos por cada mil nascidos vivos e ter ao menos 90% das crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pela Estratégia de Saúde da Família.

Cuidado e Atenção à Pessoa Idosa

A expectativa de vida do brasileiro aumentou e a proporção de pessoas idosas vem então aumentando ano a ano. Contudo, ao mesmo tempo em que passamos a um perfil demográfico mais próximo dos países desenvolvidos, possuímos também uma elevada incidência de doenças crônicas em decorrência do consumo alimentar inadequado e da insuficiente realização de atividades físicas, um cenário tipo dos países em desenvolvimento. É importante compreendermos esta realidade pois os idosos estão vivendo mais, mas precisam lidar com um conjunto de patologias. Nossos idosos lidam com uma sobrecarga de doenças crônicas e infecciosas, além de elevada morbidade decorrente de causas externas como acidentes/quedas. Precisamos de uma ação focada na prevenção de doenças, estabilização das enfermidades crônicas já existentes e na manutenção das capacidades funcionais. É nosso compromisso promover um envelhecimento ativo e saudável, além de ampliar a estratégia de acompanhamento domiciliar.

Saúde Bucal

A cobertura da Saúde Bucal apesar de historicamente baixa, também apresentou redução; saímos de 31,1% para apenas 24,0% de cobertura. É preciso iniciarmos um processo de capilarização da saúde bucal. Este é um serviço essencial, que afeta diariamente a vida e a autoestima de diversos cidadãos. Não podemos permitir que sorrir seja um privilégio. A saúde bucal deve estar bem alinhada a Estratégia

de Saúde da Família – ESF, devendo iniciar já nos primeiros anos de vida afim de se evitar problemas futuros. Sabemos que os problemas relacionados à saúde bucal afeta a saúde do corpo como um todo, mas também possui impactos sociais, vínculos familiares e até laborais são muitas vezes comprometidos em função de patologias na boca e nos dentes. Vamos ampliar a cobertura dos serviços, trabalhando para de imediato recupera a cobertura que a cidade já teve e em seguida estender o atendimento para áreas ainda desassistidas.

Doenças Crônicas

O município já possui programas para acompanhamento de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, no entanto, os quatro principais grupos de doenças crônicas não transmissíveis – DCNT ainda representam cerca de 14% das internações no Sistema Único de saúde considerando doenças cardiovasculares, neoplasias malignas, doenças respiratórias e diabetes. A taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro DCNT foi de 419,3 para cada 100 mil conforme consta no Relatório Anual de Gestão. Precisamos reestruturar os programas para acompanhamento mais efetivo dos pacientes com doenças crônicas. Temos que acompanhar todos os pacientes, disponibilizando assistência farmacêutica e atendimento domiciliar nos casos necessários.

Mortalidade prematura (30 a 69 anos) de residentes da cidade do Rio de Janeiro por Doença Crônica não Transmissível - DCNT - 2015/2019

Doenças crônicas	2015	2016	2017	2018	2019*	Total
(C00-C97) Neoplasias [tumores] malignas(os)	4.784	4.734	4.833	4.818	4.788	23.957
(E10-E14) Diabetes mellitus	921	959	938	1.029	1.084	4.931
(I00-I99) Doenças do aparelho circulatório	6.074	6.654	6.137	6.285	6.446	31.596
(J30-J98) Doenças do aparelho respiratório	822	876	847	890	859	4.294
Óbitos totais	12.601	13.223	12.755	13.022	13.177	64.778

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Agosto de 2020. (*) Dados preliminares.

Doenças Tropicais

Dengue, zika e Chikungunya são doenças transmissíveis que infelizmente já entraram no calendário anual do carioca. Estudos demonstram a relação destas doenças com encefalites, meningoencefalite, mielite, síndrome de Guillain-Barré e microcefalia no caso da Zika. É fundamental a operacionalização de uma estratégia contínua de prevenção ao *Aedes aegypti* e não apenas no curto período que antecede o Verão. Vamos intensificar as unidades sentinela para monitoramento e identificação da circulação do vírus de forma a evitar a instalação de novos surtos.

Outras Doenças Infecciosas

Observamos um aumento de 22,2% nos casos de tuberculose entre 2015 e 2019, uma incidência que superar as médias do Brasil. Em 2016 o município chegou a ocupar ao quarto lugar entre as capitais brasileiras conforme indica o Plano Anual de Saúde – PAS vigente. Quanto as hepatites observamos uma estabilidade no número de casos, no entanto, preocupa a sabida subnotificação. Em relação a sífilis em gestante houve um aumento preocupante entre 20018 e 2016, pulando de 5,9 casos por mil nascidos vivos para 45,1. Os casos de HIV aumentaram, mas ainda sofrem reflexo da obrigatoriedade de notificação desde 2014; antes apenas os casos de Aids eram notificados. Precisamos investir urgentemente em campanhas de prevenção e conscientização.

Casos confirmados de tuberculose em residentes da cidade do Rio de Janeiro - 2015/2019

Ano	Casos
2015	6.792
2016	7.195
2017	7.449
2018	7.778
2019	8.300

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Casos confirmados de hepatites virais em residentes na cidade do Rio de Janeiro por ano - 2015/2019

Ano	Confirmados
2015	1.215
2016	1.129
2017	1.094
2018	784

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net. Dados de 2015 a 2018 atualizados em 30/01/2019, dados sujeitos à revisão.

Casos de AIDS e taxa de detecção (por 100 mil hab.) notificados no SINAN, declarados no SIM e registrados no SISCEL/SICLOM por ano de diagnóstico

	2015	2016	2017	2018	2019
Casos de AIDS	2.301	2.202	2.173	1.858	781
Taxa de detecção	38,4	35,5	33,9	33,3	27,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan. Dados consolidados até 30/06/2019.

Procedimento Ambulatoriais na Atenção Primária

A possibilidade de realização de pequenos procedimentos ambulatoriais no âmbito da Atenção Primária contribui para aumentar a resolubilidade da rede. Uma série de procedimentos simples são possível de ser realizados ainda na Atenção Primária, como remoção de pequenos corpos estranhos (farpas, pregos, vidros), até a exérese de cistos, lipomas e nevos. Mas para isso é preciso garantir formação contínua aos profissionais que se sintam seguros na realização dos procedimentos e protocolos de segurança. Além da disponibilidade de insumos necessários à realização dos procedimentos, o que muitas vezes não tem acontecido. A realização de pequenos procedimentos na Atenção Primária propicia um atendimento mais rápido ao cidadão e evita a sobrecarga do sistema com redirecionamento aos demais níveis da rede de atenção à saúde.

Vacinação

O Datasus nos mostra que em 2019 o Rio registrou 61,7% de cobertura vacinal, a menor taxa dos últimos anos, e uma das maiores taxa de abandono (32,8%) nas

vacinas com mais de uma dose. Precisamos reverter este quadro urgentemente, pois caso contrário, em um futuro breve, poderemos vivenciar surtos de doenças infecciosas que já foram controladas. Precisamos de uma estratégia de imunização que seja eficaz e econômica, focada na sensibilização, principalmente de pais e responsáveis, garantindo o cumprimento do calendário vacinal. As vacinas são seguras e quando planejadas adequadamente, a partir de evidência da Vigilância em Saúde, implica em economia para o sistema de saúde. A retomada da cobertura vacinal é ainda mais importante no contexto imposto pela Covid-10, uma vez, que é preciso trabalharmos para evitarmos surtos epidemiológicos paralelos.

Vigilância Sanitária

Precisamos ampliar e garantir transparência nas ações da Vigilância Sanitária que tem função imprescindível na proteção da saúde humana em relação aos agravos e doenças decorrentes da produção e circulação de bens e serviços e dos ambientes da atividade econômica. Vamos aperfeiçoar e modernizar a estrutura da vigilância sanitária de forma que a população possa sentir-se mais segura o consumo de produtos e serviços gerados na cidade.

Rede de Cuidado Psicossocial e Mental

A Saúde Mental vem realizando diversas transformações nos últimos anos. É preciso investir continuamente na ampliação e consolidação dos serviços no âmbito da saúde mental garantindo cobertura e capilaridade em todas as regiões da cidade.

Rede Hospitalar, Especializada e de Urgência e Emergência

O caos nas UPAs – Unidades de Pronto Atendimento no Rio de Janeiro já é de conhecimento de todos. A superlotação ocasionada pela ausência de leitos, de serviços e de profissionais é o cotidiano das unidades.

Nas Policlínicas faltam os especialistas que deveriam ter nas áreas de ginecologia, cardiologia, dermatologia, ortopedia, pneumologia, otorrinolaringologia. Sem contar a ausência de outros profissionais como os de nutrição, psicologia, fonoaudiologia,

fisioterapia. Se lembramos que os atendimentos nas Policlínicas se dá por meio do Sisreg, fica fácil concluir que é missão quase impossível ser atendido. São 14 mil cariocas aguardando uma consulta com o ortopedista e outros 13 mil esperando ser para ser atendido por um oftalmologias.

Os problemas encontrados nas policlínicas agrava a situação de saúde dos cariocas. A morbidade que não foi previamente identificada na Atenção Primária, também não é devidamente tratada na Secundária. Empurrando o cidadão para um agravamento da situação de saúde e conseqüentemente um dependente dos serviços de urgência e emergência na alta complexidade. Um verdadeiro fluxo que pode levar a morte. Resultando nas altas taxas de mortalidade que a cidade está vivenciando.

Em média cerca de 70% das internações no SUS na cidade do Rio de Janeiro são de se dão de forma emergência, demonstrando claramente que há uma inversão na lógica de atendimento, uma vez que melhor seria se houvesse uma proporção maior de atendimento eletivos em decorrência de atendimentos realizados pela atenção primária de forma a evitar o surgimento de situações emergenciais.

O suporte diagnóstico e terapêutico não atende as demandas da população. A rede da Atenção Secundária composta por UPAs, Policlínicas, Hospitais de Urgência / Emergência e Centros de Emergência Regional está comprometida. Precisamos rapidamente iniciar estratégia que permitam ampliar a capacidade de assistência dentro do orçamento existente. Economizando é possível.

A cidade do Rio de Janeiro conta com oito grandes hospitais de emergência nas principais regiões Centro, Méier, Leblon, Barra da Tijuca, Santa Cruz, Ilha do Governador, Realengo e Campo Grande; mas assim como na Atenção Primária e na Secundária, a rede hospitalar também sofre com a superlotação, quadro deficitário de profissionais e baixa qualidade na gestão. Muitas vezes faltam insumos básicos para a realização dos procedimentos médicos. Sem falar na infraestrutura precarizada por falta de investimentos nos últimos anos.

Diretrizes:

- recompor o quadro de pessoal permanente para garantia de continuidade dos serviços de saúde;

- investir na infraestrutura física e tecnológica das unidades de saúde;
- garantir fornecimento de insumos e medicamentos para realização dos procedimentos;
- ampliar os serviços e os leitos na rede de urgência/emergência e especializada.

Propostas:

Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24 h)

Precisamos reorganizar as UPAs, recompor as equipes e prover os insumos necessários para que os profissionais de saúde possam trabalhar. Precisamos remontar o quadro efetivo e firmar parceria com OSs aonde realmente for preciso. As UPAs precisam recuperar seu papel no atendimento à média complexidade, é preciso retomar sua capacidade de resolução. Atualmente a cidade possui apenas 14 UPAs, é preciso trabalhar a expansão qualificada do serviço.

Policlínicas

As policlínicas são as unidades que deveriam dispor de especialistas para atendimento dos casos que não são possível de serem tratados na Atenção Primária por meio das Unidades Básica de Saúde / Clínicas da Família. Ocorre, no entanto, que a carência de profissionais não permite atender a toda a necessidade da população, falta médico e falta exames. Precisamos recompor as equipes de profissionais especialista nas policlínicas e vamos fazer isso. É fundamental realizarmos um planejamento detalhado e regionalizado sobre as demandas no âmbito da atenção especializada de forma a subsidiar o redimensionamento e a ampliação dos serviços. O carioca não suporta mais a demora para conseguir realizar uma consulta, exame ou procedimento eletivo no Rio de Janeiro. É preciso

ainda um amplo programa de formação continuada para que os profissionais estejam constantemente atualizados para identificação precoce de doenças e para utilização de métodos inovadores de forma a evitar o agravamento da situação de saúde.

Rede Hospitalar

É na rede hospitalar que desembocam todas as questões da saúde pública. Tudo que não foi tratado nos outros níveis de atenção à saúde acaba se agravando e tornando-se questão a ser tratada na rede hospitalar, tanto de urgência/emergência como dos complexos especializados. Os hospitais sofrem com a depreciação em função da ausência de investimentos. Equipes incompletas dificultam a prestação da assistência em saúde. Com o caos das OSs, muitos profissionais ficam sem receber, o que impede a prestação da assistência em saúde. Precisamos implantar um amplo programa de requalificação da rede hospitalar provendo investimentos em infraestrutura física e tecnológica; ampliação de vagas de leito de enfermagem, CTI e UTI; recomposição do quadro de pessoal; e planejamento-controle de insumos e medicamentos.

SEGURANÇA & ORDEM PÚBLICA



Atuar com a segurança e com a ordem requer um olhar transversal das políticas públicas existentes, do alinhamento de estratégias entre os governos municipal, estadual e federal, e de encontrar a raiz do ciclo que gera insegurança, desordem e, conseqüentemente, a degradação da cidade.

O município padece de uma desestruturação generalizada, e concomitante a isso, vemos o aumento significativo do amontoamento de moradia em favelas, do desemprego acelerado, da falta de liderança por parte do poder público, e, principalmente, da corrupção e da impunidade.

As mazelas sociais são absolutamente relevantes na desconstrução de uma ordem social e de uma sociedade segura, mas o exemplo de quem deveria atuar para minimizar a degradação, associada a uma justiça penal leve e demorada, contribuem significativamente para o entendimento de que em nossa sociedade “pode tudo”.

O Rio precisa enxergar que para haver a retomada é preponderante engajar a população e ressignificar o contexto da segurança e da ordem pública no município. E isso não necessariamente significa simplesmente armar a guarda municipal, pois estamos num entendimento absolutamente simplista que a boa segurança é resultado do confronto. Não. As políticas públicas integradas associadas ao exemplo, ao combate à cultura do “jeitinho” e a punição exemplar são muito mais efetivas a médio, longo prazo e de forma sustentável na segurança e na ordem pública da cidade.

Fabiana Bentes

Diretrizes:

- ressignificar o papel da Guarda Municipal;
- censo de Camelôs Rio;
- censo população em situação de Rio com a SMAS;

- campanha massiva de comunicação sobre cidadania moral, ética e de bem estar comum;
- Centro de Operações Rio - COR Cidadão;
- fiscalização e proteção de equipamentos e espaços públicos;
- integração das políticas sociais e econômicas com as de Segurança e Ordem Pública.

Propostas

Guarda Municipal

A GM é imprescindível para a segurança da nossa cidade, mas é uma instituição não militar. Cabe ao município valorizar a classe, dando independência à Guarda. A estratégia de segurança da cidade deve ser comandada pelo Prefeito, e a Secretaria de Segurança e Ordem Pública deve ser a interlocução dessa necessidade. Caberá a GM atuar de forma integrada a Polícia Militar, mas sob o comando interno e direto do município. É preciso:

- implementar na GM, mesmo que em fases para não sufocar financeiramente o município, o plano de “Cargos e Salários”, já aprovado em lei, porém não executado;
- aumentar o efetivo para nove mil agentes, atualmente são sete mil, sendo que cinco mil em operação nas ruas;
- analisar a possibilidade de armamento da GM, pois isso impacta diretamente nas atribuições da guarda municipal e no entendimento claro que o confronto com arma de fogo irá existir, demandando recursos para equipar, treinar e atribuir a GM um papel paralelo ao da Polícia Militar;
- ressignificar a missão da GM e equipar-la para exercer sua função com eficiência com o projeto “Segurança Carioca”: Uma GM participativa,

treinada, engajada, com interlocução direta com lideranças dos bairros, que atua na esfera da cidadania educacional, do trânsito amigo, que é referência no acolhimento mas também em assegurar que há limites no direito e no dever do cidadão.

Comunicação

A comunicação massiva do entendimento da segurança, da ordem, dos direitos e deveres do cidadão são imprescindíveis numa sociedade que perdeu, de certa forma, o valor do bem comum, da cidadania. É importante criar uma rotina de engajamento, principalmente em redes sociais, de pequenas mensagens que reforçam todos os aspectos de cidadania: desde a limpeza urbana, do som alto fora do horário, da não depredação de bens públicos, até seus deveres e direitos como cidadão, além de prover ao carioca ampla e transparente comunicação das ações da prefeitura e do encaminhamento das necessidades com facilidade de acompanhar a resolução. O fortalecimento do 1746 é uma das missões da plataforma de segurança.

Censo

Entender quem são as pessoas que estão nas ruas do município é imprescindível para o reordenamento urbano. O município do Rio é atrativo para pessoas de outras cidades em busca de trabalho, e com o aumento do desemprego e a crise da pandemia, mais pessoas foram levadas ao trabalho informal. Por isso, é importante que para implementar uma política efetiva de segurança e reordenamento urbano, é necessário entender qual é de fato o problema social que estamos enfrentando. Paralelo a isso, temos claramente máfias de produtos roubados, falsificados, venda de drogas entre outras ações criminosas que devemos enfrentar juntamente a segurança pública do Estado, a partir da inteligência com a Polícia Civil e do apoio da Polícia Militar.

COR Cidadão

O Centro de Operações Rio deve ampliar seu trabalho a partir do Censo aplicado com um braço denominado COR Cidadão. O COR Cidadão fará acompanhamento

das questões de reordenamento urbano e segurança pública a partir de uma equipe direcionada para essa função. O COR Cidadão integra questões relacionadas a ocupação irregular de favelas, ambulantes e camelôs, sujeira, pichações e diversas outras questões que implicam o bom funcionamento da cidade para qualquer cidadão. Precisamos de inteligência e acompanhamento gradual nas frentes de cidadania da nossa cidade. Os cariocas devem ter sua cidade reconhecida pela cidadania e não pelo “jeitinho”.

Integra Rio

Um conselho formado por agentes de segurança pública representando as esferas municipal, estadual e federal para contribuir na estratégia de segurança da cidade, otimizando esforços e dando maior capilaridade e integração nas políticas de segurança pública. O Conselho irá traçar estratégias de prevenção, atuação e enfrentamento, bem como terá interlocução direta com as áreas de desenvolvimento econômico e social para suporte ao cidadão que esteja em situação de vulnerabilidade e não em atividade criminosa.